

2º CICLO DE ESTUDOS

MESTRADO EM RISCOS, CIDADES E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

“A multifuncionalidade e a relação tradição-inovação em áreas rurais – o caso de estudo do concelho de Cinfães”

Ana Rita da Silva Ferreira

Setembro de 2016



Ana Rita da Silva Ferreira

“A multifuncionalidade e a relação tradição-inovação em áreas rurais – o caso de estudo do concelho de Cinfães”

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, orientada pela Professora Doutora Maria Helena Mesquita Pina e coorientada pela Professora Doutora Laura Maria Pinheiro de Machado Soares.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2016

“A multifuncionalidade e a relação tradição-inovação em áreas rurais – o caso de estudo do concelho de Cinfães”

Ana Rita da Silva Ferreira

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, orientada pela Professora Doutora Maria Helena Mesquita Pina e coorientada pela Professora Doutora Laura Maria Pinheiro de Machado Soares.

Membros do Júri

Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professor Doutor Hélder Trigo Gomes Marques
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Helena Mesquita Pina
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação obtida: 19 valores

Sumário

Sumário	5
Agradecimentos	7
Índice de Figuras	11
Índice de Tabelas	13
Listas de abreviaturas e Siglas	14
Introdução	16
Metodologia	19
Capítulo 1 – Enquadramento conceptual	21
1 - Áreas Rurais e Espaços de Baixa Densidade	21
1.2 - Desenvolvimento Rural	29
1.3 - Multifuncionalidade	32
1.3.1 - Conservação da Natureza	35
1.3.2 - Agroindústrias	38
1.3.3 - Bioenergia	39
1.3.4 - Turismo em Espaço Rural (TER)	40
1.4 - Tradição e Inovação em Áreas Rurais	42
1.5 - Casos de Sucesso	45
1.6 - Os Espaços Rurais em Portugal e os Quadros Comunitários de Apoio	49
1.7 - Norte de Portugal	56
Capítulo 2 - Caracterização do concelho de Cinfães	58
2.1 – Localização e enquadramento físico	58
2.2 – Enquadramento socioeconómico e cultural	62
2.2.1 – Breve nota histórica	62
2.2.2 – Demografia	66
2.2.3 – Atividades económicas	70
2.3 – Unidades de Paisagem	75
2.4 – Património Natural e Cultural	77
2.5 – GAL (Grupos de Ação Local)	94
Capítulo 3 - Cinfães na perspetiva dos cinfanenses	97
3.1- Resultados da aplicação de inquéritos	97
3.2 Problemas do concelho de Cinfães	103
3.3 - Potencialidades Turísticas do concelho de Cinfães	106
Conclusão	115

Relatório de estágio	117
Referências Bibliográficas	121
Anexos	125

Agradecimentos

Ao longo desta caminhada, muitas foram as pessoas que contribuíram para que esta dissertação chegasse a “bom porto”, partilhando conhecimentos e opiniões, que, conjugadas com a aquisição de competências e de muita paciência, possibilitaram a realização deste estudo. A todas as pessoas que fizeram parte desta longa viagem contribuindo para o sucesso da mesma, o meu mais sincero agradecimento.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus pais, pois sem o incentivo e suporte que me deram, nada seria possível. É acima de tudo a eles que dedico o fim desta etapa e de todo o meu percurso académico, não só pela paciência e estímulo, mas também pelo esforço que investiram em mim, incluindo o económico, ao longo destes cinco anos. Sabem que são o meu maior pilar e a base de tudo o que faço, por isso, aos meus pais o meu mais sincero obrigada e, relembro, que todas as minhas vitórias são vitórias vossas também.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer a paciência, dedicação e empenho da minha orientadora, Professora Doutora Maria Helena Mesquita Pina, não só pelo seu profundo conhecimento sobre as áreas rurais, que me fizeram desde a sua primeira aula encontrar o meu caminho, mas, acima de tudo, pelo seu afinho em transformar esta dissertação em algo que nos deixasse orgulhosas. Agradeço à professora Helena Pina, todo o incentivo que me foi dando ao longo deste último ano, por me ter ajudado a escrever uma dissertação que demonstra todo o meu amor pelas áreas rurais e por ter me ter ajudado a perceber o quanto estas podem ser multifuncionais.

Em terceiro lugar, agradeço à Professora Doutora Laura Maria Pinheiro de Machado Soares, por todo o auxílio que me prestou na execução desta dissertação e, acima de tudo por me ter ajudado a enfrentar as minhas dificuldades em termos de SIG e me ter auxiliado com bibliografia e informação matricial. A professora Laura Soares, auxiliou-me a conhecer melhor o meu concelho e o seu património, fomentando a minha vontade em fazer mais e melhor por Cinfães.

Em quarto lugar, um agradecimento de “coração cheio” a toda Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), onde executei o meu estágio curricular. A toda a Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT), por me terem recebido de uma forma tão próxima e, acima de tudo, por me terem ensinado tanto sobre ordenamento do território, legislação e do modo como tudo se opera. Gostaria de agradecer especialmente à Dr^a Fernanda Neves, responsável pela Mapoteca da

CCDRN, por me ter ensinado a trabalhar em planeamento e ordenamento do território e por ter tido a paciência necessária para que eu evoluísse, tanto em termos profissionais, como pessoais. O meu mais sincero agradecimento por todas as horas que passou e ensinar-me novas funções e a tornar-me aos poucos, competente profissionalmente. Muito obrigada pela sua dedicação e amizade, nestes últimos meses. Agradeço de modo particular também à Doutora Cristina Guimarães, Diretora de Serviços e a toda a minha equipa de trabalho na Mapoteca (os DSOT’Kids) por todo o auxílio que me prestaram e por estarem sempre prontos para me ajudar.

Muito obrigada também de um modo particular ao meu namorado, Samuel Teixeira, por todas as tardes que passou comigo a fazer entrevistas à população e aos responsáveis hoteleiros e de estabelecimentos de TER, pela paciência e incentivo que me deu ao longo dos últimos anos. Agradeço também a toda a minha família por me terem incentivado a seguir para o ensino superior e por se disponibilizarem sempre a ajudar. Agradeço, de igual modo, à minha melhor amiga, Sara Santos que, mesmo longe, me ajudava sempre, com opiniões e ideias para seguir com a minha dissertação. Agradeço ainda às excelentes amigas que fiz neste percurso académico, que me acompanharam e me deram suporte e alegria para seguir em frente, Andreia Bastos, Sandra Borges, Sara Diogo e Maria Aparecida Fonseca. Sem vocês seria tudo muito mais difícil.

Agradeço também à Câmara Municipal de Cinfães, especialmente ao Prof. Serafim Rodrigues e ao Eng^o Carlos Cardoso, pelas reuniões concretizadas e pelo material aconselhado. Obviamente, o meu muito obrigado também à Escola Secundária de Cinfães, sobretudo às professoras Regina Zélia e Margarida, por terem tornado possível a aplicação de 127 inquéritos aos estudantes. Gostaria igualmente de agradecer aos proprietários de hotéis e estabelecimentos de TER que me receberam e me cederam alguns minutos de entrevista e às 173 pessoas que, amavelmente, me responderam aos inquéritos.

Agradecer por fim, à DOLMEN CRL, por me terem elucidado sobre a situação atual da região do Douro Verde e apresentado alguns projetos em curso. E ao Arouca Geoparque por me indicarem algum material para a elaboração da minha dissertação. Para terminar, agradeço ao Sr. Lourenço Pereira, pela cedência de algumas fotografias do concelho.

A todos os acima descritos dedico a conclusão de mais uma etapa.

Resumo

As áreas rurais são reconhecidas pela tipologia de povoamento e pelos espaços envolventes, onde era executada a prática agrícola e florestal. Este modelo de povoamento vigorou até ao advento da industrialização, concretizada a ritmos diferentes nos países considerados desenvolvidos e que se repercutiu também num longo e acentuado processo de êxodo rural para os núcleos citadinos. Atualmente, a população urbana continua a aumentar, enquanto a rural diminui, atingindo-se com frequência proporções que conduzem à concentração de problemas, dadas as escassas oportunidades de desenvolvimento e inovação descobertas nos meios rurais, instituindo-se um carácter repulsivo para a fixação da população nestes espaços.

Não obstante nos últimos 30 anos, aproximadamente, têm surgido modelos que auxiliam a manutenção e preservação das áreas rurais, sobretudo modelos de multifuncionalidade, ou seja, na concentração de várias funções distintas nestes territórios. Existe uma tendência recente na qual população jovem e qualificada, com raízes citadinas, procura as áreas rurais para residir, fenómeno intitulado de naturbanização. Por outro lado, é impossível pensarmos em áreas rurais sem associarmos às mesmas o aumento da qualidade de vida e a um contacto mais direto com a natureza, contudo estas representam mais do que isso, nomeadamente quando encontramos vestígios históricos e arqueológicos relevantes para a compreensão do passado, e das raízes destes cenários, onde encontramos as tradições mais genuínas. Com o auxílio de políticas direcionadas para a redução das assimetrias regionais, os espaços rurais tornar-se-ão cada vez mais atrativos, o que facilitará a fixação demográfica e o seu desenvolvimento.

No que se relaciona com o concelho de Cinfães, neste território desde meados do século passado que o declínio demográfico é significativo. Todavia, Cinfães apresenta-se pleno de potencialidades, que se dividem entre a beleza paisagística da serra do Montemuro e a natureza preservada que envolve o rio Bestança, afluente do rio Douro, um “beijo” entre a altitude da serra e o leito de um dos mais importantes rios do nosso país. É um concelho com inúmeros pontos de interesse entre os quais sobressai o património histórico e cultural, as tradições ainda muito marcadas por uma população cheia de histórias e memórias, para além da tranquilidade e segurança destes meios pequenos, mas onde ainda persistem vários serviços especializados. Se associarmos todas estas vantagens à promoção de novas oportunidades, o concelho de Cinfães ganhará uma nova dinâmica, objetivo primordial desta dissertação.

Palavras-chave: áreas rurais; desenvolvimento rural; multifuncionalidade; Cinfães;

Abstract

Rural areas are recognized by type of settlement and the surrounding areas, where agricultural and forestry practice was performed. This settlement model lasted until the advent of industrialization, implemented at different rhythms for developed countries and that is also reflected in a long and severe process of rural depopulation for city cores. Currently, the urban population continues to increase, while rural decreases, reaching with frequency ratios that lead to concentration problems, given the scarce opportunities for development and innovation discoveries in rural areas, instituting a repulsive character to the fixing population in these spaces.

Nevertheless in the last 30 years or so, there have been models that support the maintenance and preservation of rural areas, especially multifunctionality models, in other words, the concentration of several different functions in these areas in an attempt to energize and attract young and skilled population, with city roots phenomenon titled *naturbanização*. On the other hand, if it is impossible to think of rural areas without affiliating to the same increased quality of life and a more direct contact with nature, but they represent more than that, especially when we find very relevant historical and archaeological remains to understanding of the past and the roots of these scenarios, where we find the most genuine traditions. With the help of targeted policies to reduce regional disparities, rural areas become will increasingly attractive, which will facilitate the demographic fixation and its development.

As it relates to the Cinfães municipality, in this territory since the middle of last century that the demographic decline is significant. However, Cinfães presents full potential, which are divided between the scenic beauty of the Montemuro mountains and unspoilt nature that surrounds the Bestança river, the Douro River tributary, that scenario it's like, a "kiss" between the high of the mountain and the bed of a the most important rivers of our country. It is a town with numerous points of interest among which stands out the historical and cultural heritage, traditions still very marked by a full population of stories and memories, in addition to the tranquility and safety of small means, but where there are still a number of specialized services. If we associate all these advantages to promote new opportunities, Cinfães municipality will gain new momentum, primary objective of this dissertation.

Keywords: Rural areas; Rural development; Multifunctionality; Cinfães;

Índice de Figuras

Figura 1 - Constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza.	36
Figura 2 - Localização e quadro administrativo de Cinfães.	58
Figura 3- Compartimentos geológicos do Norte de Portugal (A) e hipsometria de Cinfães (B).	59
Figura 4- Enquadramento estrutural de Cinfães.	60
Figura 5- Variação da temperatura e precipitação média anual em Cinfães.	61
Figura 6 - Rede hidrográfica no concelho de Cinfães, em 2015.	62
Figura 7- Densidade populacional (hab/km ²), no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2011.	66
Figura 8- Taxa de variação da população (hab/km ²) no concelho de Cinfães, por freguesia, entre 1991 e 2011.	67
Figura 9- Idade média da população, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2011.	68
Figura 10- Taxa de abandono escolar, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 1991, 2001 e 2011.	68
Figura 11- Proporção de população com ensino superior, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2011.	69
Figura 12- Empresas do setor primário, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2014.	71
Figura 13- Taxa de variação da SAU (ha), no concelho de Cinfães, por freguesia, entre 1989 e 2009.	72
Figura 14- Empresas do setor secundário, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2014.	73
Figura 15- Empresas do setor terciário, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2014.	75
Figura 16- Unidades de paisagem, no concelho de Cinfães, em 2016.	77
Figura 17- Património arqueológico e imóvel, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2015.	82
Figura 18- Igrejas e capelas, no concelho de Cinfães,	83
Figura 19- Alminhas (exemplos), no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2015.	87
Figura 20- Resposta à pergunta número 2 dos inquéritos (jovens).	98
Figura 21- Respostas à pergunta número 2 (adultos).	99
Figura 22- Respostas à pergunta número 4 (jovens).	99
Figura 23- Respostas à pergunta número 4 (adultos).	100
Figura 24 - Respostas à pergunta número 5 (jovens).	100
Figura 25 - Respostas à pergunta número 5 (adultos).	101
Figura 26 - Respostas à pergunta número 6 (jovens).	101
Figura 27 - Respostas à pergunta número 6 (adultos).	102
Figura 28 – Respostas à pergunta número 7 (jovens).	102
Figura 29 - Respostas à pergunta número 7 (adultos).	103
Figura 30 - CRIF, por escalões, no concelho de Cinfães, em 2015.	106
Fig. 31- Carta de aptidão dos solos, por classes, no concelho de Cinfães, em 2015.	108
Figura 32- Rotas do Arq´Cinfães, em 2016.	114
Figura 33 - Número de explorações agrícolas com culturas permanentes, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 1989, 1999 e 2009.	126
Figura 34 - Número de explorações com culturas temporárias, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 1989, 1999 e 2009.	126
Figura 35- Número de efetivo animal da exploração agrícola, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 1989, 1999 e 2009.	127
Figura 36- Explorações agrícolas com máquinas (Nº), no concelho de Cinfães, por freguesia, em 1989, 1999 e 2009.	127
Figura 37- Carta de Ocupação do Solo (COS), no concelho de Cinfães, em 2007.	128

Figura 38 - Densidade de alojamentos (Nº/Km2), no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2001 e 2011	128
Figura 39- Índice de dependência de idosos (Nº), no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2001 e 2011	129
Figura 40 - Moinho de água no rio Bestança, em Vila de Muros, 2009	134
Figura 41- Moinho de água Bestança, em Pias, Cinfães	134
Figura 42 - Levadas no rio Bestança, Pias, 2014	135
Figura 43 - Levadas no lugar de Arrabalde, Cinfães, 2016.....	135
Figura 44 - Canastros no Outeiro, Cinfães, 2016.....	136
Figura 45 - Canastro no Outeiro, Cinfães, 2016.....	136
Figura 46 - Flyer de apresentação dos roteiros do Arq'Cinfães	137

Índice de Tabelas

Tabela 1- Variáveis e fontes utilizadas em Portugal, para definir TBD.....	24
Tabela 2- Quadros Comunitários de Apoio que vigoraram entre 1989 a 2020.....	52
Tabela 3- Número de indivíduos, por grupo etário, no concelho de Cinfães, em 2011	68
Tabela 4- Variação da população ativa no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2001 e 2011	70
Tabela 5- Empresas do setor primário, por atividade, em 2014.....	71
Tabela 6- Empresas do setor secundário, por atividade, em 2014	73
Tabela 7- Empresas do setor terciário, por atividade, em 2014.....	74
Tabela 8- Quintas e casas apalaçadas no concelho de Cinfães, em 1985.....	85
Tabela 9 - Investimentos por fundos comunitários, diretos e indiretos, no concelho de Cinfães	95
Tabela 10 - Principais características dos geossítios do TMG, no município de Cinfães	96
Tabela 11- Número de cabeças de gabo bovino arouquês, por concelho, em 1985/1999 e na atualidade	110

Listas de abreviaturas e Siglas

ADRMAG – Associação de Desenvolvimento Rural das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira
AML – Áreas Metropolitana de Lisboa
AMP – Áreas Metropolitana do Porto
CCDRALGV – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CCDRALT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
CCDRCC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CCDRNLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CEE – Comissão Económica Europeia
CM – Câmara Municipal
DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGOTDU – Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DOLMEN, CRL – Desenvolvimento Local e Regional, CRL
DSOT – Direção de Serviços de Ordenamento do Território
EUA – Estados Unidos da América
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola
FSE – Fundo Social Europeu
GAL – Grupos de Ação Local
IBAS – *Important Birds Areas*
INE – Instituto Nacional de Estatística
IUCN – International Union for Conservation of Nature
LBPSOTU – Lei de Bases de Políticas dos Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo
LEADER - *Liaison Entre Actions de Développement de l'économie Rurale*
MAB - *Man and the Biosphere*
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OT – Ordenamento do Território
PAC – Política Agrícola Comum
PAL – Plano de Ação Local
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
PIB – Produto Interno Bruto
PDM – Plano Diretor Municipal
PPDR - Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
RAN – Reserva Agrícola Nacional
REN – Reserva Ecológica Nacional
RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas
RSI – Rendimento Social de Inserção
SIG – Sistemas de Informação Geográficos
TBD – Territórios de Baixa Densidade
TER – Turismo em Espaço Rural
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

TMG – Território do Montemuro e Gralheira

UE – União Europeia

UFABGR – União de Freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

União de Freguesias ABGR - União de Freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires

VAB - Valor Acrescentado Bruto

Introdução

“Na Natureza nunca eu descobriria um contorno feio ou repetido! Nunca duas folhas de hera, que, na verdura ou recorte, se assemelhassem! Na Cidade, pelo contrário, cada casa repete servilmente a outra casa; todas as faces reproduzem a mesma indiferença ou a mesma inquietação; as ideias têm todas o mesmo valor, o mesmo cunho, a mesma forma, como as libras; e até o que há mais pessoal e íntimo, a Ilusão, é em todos idêntica, e todos a respiram, e todos se perdem nela como no mesmo nevoeiro... A "mesmice" - eis o horror das Cidades!”
(Eça de Queiroz, *A cidade e as Serras*)

Ao longo deste trabalho vamos definir áreas rurais e demonstrar as suas potencialidades, de modo a garantir que nem só em áreas urbanas existem oportunidades. Iremos dar exemplos de áreas rurais bem-sucedidas e de como podemos travar o constante aumento de população nas áreas urbanas, especialmente as localizadas no litoral português.

Conceito que assume perspetivas distintas entre os vários países da Europa, os espaços rurais interligam-se com o ritmo de urbanização que ocorreu em épocas díspares nos diversos países, originando, conseqüentemente, grandes assimetrias territoriais. Exemplo claro desses contrastes são os que existem entre a Europa do Norte e a Europa Mediterrânea, ou ainda as evidenciadas entre o ocidente e o oriente Europeu. Efetivamente o território Europeu é marcado por diferenças notórias entre países, ou mesmo de região para região, facto visível em termos paisagísticos, sociais, económicos e culturais.

Perante a multiplicidade de cenários, não é de estranhar que proliferem as definições de “espaço rural”, acompanhando as mutações detetadas no tempo e nos distintos espaços. Uma das mais referenciadas é da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2013) que distingue o rural e o urbano através da densidade populacional, referindo que as áreas rurais são aquelas que possuem menos de 150 hab/km². Acresce a esta definição uma classificação em diferentes níveis: “Regiões Predominantemente Rurais”, aquelas em que mais de 50% da população vive em comunidades rurais, ou seja, com uma densidade demográfica abaixo de 150 hab/Km²; “Regiões Intermediárias” aquelas onde 15% e 25% da população vive em unidades rurais e “Regiões Predominantemente Urbanas”, aquelas onde menos de 15% da população está em espaços com menos de 150 hab/Km². Recorde-se que em 2006, a OCDE identificou as áreas rurais ou predominantemente rurais, como dominantes no espaço europeu, abrangendo mais de 90% do território e 56% da população. Como é óbvio, reportava-se à população que aí residia e não à população agrícola, muito inferior, uma vez que raramente atingia os 20%. Apesar do elevado êxodo rural registado por toda a Europa, as

áreas rurais geravam 43% do valor acrescentado bruto (VAB), num período em que viver em áreas rurais já era considerado repulsivo (Magalhães, 2010, p. 11).

Há porém que recuar no tempo, no sentido de contextualizar as áreas rurais e as fases distintas do seu povoamento. Como a população se sedentarizou aproximadamente no século V a.C., esta detinha um modo de vida rural e permaneceu assim até à proliferação dos núcleos urbanos. Esta urbanização só foi notória aquando da revolução industrial que se iniciou no século XVIII, em Inglaterra, privilegiando sobretudo as indústrias metalúrgica e têxtil, as mais incisivas na época, mas num contexto indissociável da dinamização e modernização do setor dos transportes, nomeadamente do ferroviário, com a invenção da máquina a vapor. Graças a estas inovações, a produção industrial cresceu, assim como a sua rentabilidade, o que induziu a investimentos na indústria, especialmente pela burguesia.

Ainda no século XIX, a revolução industrial expandiu-se para outros países como a Bélgica, a França e a Alemanha e mais tarde para a Itália, Rússia, Estados Unidos da América e o Japão. A revolução industrial alterou o modo de vida da população, induzindo a significativos processos de urbanização, enquanto estimulava inovações técnicas e a introdução de novas espécies (culturas) nas áreas rurais. Em Portugal, por outro lado, os reflexos de uma revolução industrial só começaram a observar-se no início do século XX, traduzindo-se numa modernização tardia. As diferentes fases de industrialização na Europa contribuíram para a instituição de distintos quadros socioeconómicos e níveis de desenvolvimento entre os vários países da Europa.

Atualmente, apesar das suas potencialidades, as áreas rurais atravessam inúmeras dificuldades. Tal repete-se em Portugal onde as assimetrias regionais se impõem de forma crescente, refletindo um despovoamento indissociável do êxodo rural, da emigração e do conseqüente envelhecimento estrutural dos remanescentes. Por conseqüência, muitas explorações agrícolas foram abandonadas, assim como o setor da pecuária, o que afeta a qualidade de vida das populações e promove a descaracterização paisagística. Além disso, a débil formação técnica também é um problema incisivo nas áreas rurais, já que a maioria dos habitantes possui formação empírica e uma literacia que não ultrapassa o nível básico. Mas, apesar de todas as dificuldades que estas áreas evidenciam, existem hipóteses para as revitalizar, sobretudo apoiadas na multifuncionalidade.

Não é, por isso, difícil justificar a opção de abordar nesta dissertação as áreas rurais. Espaços extremamente ricos em património cultural e natural, bem como em tradições e memórias, as áreas rurais congregam em si variadíssimas oportunidades baseadas nos

recursos endógenos, que devem ser explorados em benefício das mesmas e da coesão territorial do país. Neste contexto, o objetivo principal deste projeto é evidenciar as potencialidades das áreas rurais e apresentar estratégias capazes de atenuar as fragilidades das mesmas, minimizando o seu carácter repulsivo.

Como estudo de caso optamos pelo concelho de Cinfães, muito fundamentado no conhecimento pessoal deste município, onde assentam as nossas raízes familiares. Trata-se de um território problemático mas, em simultâneo, atrativo e pleno de potencialidades que abarcam desde os seus “picos do Montemuro”, debruçados sobre o rio Douro, envoltos em memórias coletivas e em tradições, num esplendoroso património paisagístico, edificado e natural. Cinfães é, na realidade, um destino “naturalmente único”, que, bem explorado, poderá tornar-se apelativo para a fixação da população, atraindo empresas e potenciando-se como destino turístico.

Na caracterização deste projeto, há que referir que adotamos distintas metodologias subdividimos este trabalho em diferentes fases. Assim o primeiro capítulo é relativo à revisão dos conceitos básicos associados ao mundo rural, como territórios de baixa densidade e a sua evolução e o impacto do desenvolvimento rural nas mesmas áreas. No segundo capítulo fez-se o enquadramento do concelho de Cinfães, muito baseado em cartografia temática e pesquisa documental, complementados com a análise dos resultados obtidos na aplicação dos inquéritos. Estes auxiliarão na perceção do município de Cinfães, por diferentes extratos etários e sociais, no passado e atualmente, analisando-os e transformando-os em tabelas e/ou mapas. O terceiro capítulo será baseado na análise dos inquéritos e na integração dos resultados dos mesmos na identificação de problemas/fragilidades e nas soluções/potencialidades do concelho de Cinfães, o que nos conduzirá à discussão dos resultados e conclusões.

Metodologia

Em termos metodológicos, para a concretização desta dissertação, transitamos por diferentes fases.

A primeira fase baseia-se em pesquisa bibliográfica, orientada para a elaboração do enquadramento conceptual da temática em estudo, o estado de arte. Assim, procedemos a uma síntese dos conceitos mais importantes para o desenvolvimento desta dissertação, focando igualmente os principais autores e estudos que têm abordado a nossa temática.

Numa segunda fase do trabalho, pretende-se caracterizar o concelho de Cinfães e o seu panorama atual. Após uma ampla pesquisa bibliográfica e documental sobre o concelho de Cinfães, muito diversificada em termos temáticos e documentais, dada a abordagem polifacetada que adotamos, conjugamos documentos históricos, com outros técnicos (demográficos, enquadramento físico, evolução económica, entre outros), dos quais destacamos diversas publicações do INE e dados estatísticos, de onde extraímos indicadores vários, sobretudo derivados dos censos da população e dos recenseamentos agrícolas.

Do conjunto desta informação, deriva o enquadramento geral de Cinfães, ilustrado pelo tratamento estatístico (em *Microsoft Office Excel*) e cartográfico dos dados (em ArcMap, versão 10.1). Desta fase, faz ainda parte o trabalho de campo, centrado em inquéritos/entrevistas distintos direcionados a setores específicos da população. Assim, o primeiro que estruturamos direcionou-se aos proprietários de estabelecimentos de TER situados no concelho de Cinfães, trabalho que complementamos com uma entrevista aos responsáveis pelo estabelecimento de apoio ao turismo situado no centro da vila de Cinfães e outro à coordenadora da loja de recordações e produtos locais. Numa outra fase, no sentido de adquirir uma maior abrangência e diversidade de opiniões sobre Cinfães, enriquecendo deste modo o nosso trabalho, estruturamos um segundo inquérito direcionado à população jovem e à adulta do concelho. Foi objetivo central aferir a opinião dos primeiros sobre o que é atualmente viver nesta área e quais as suas necessidades mais permanente, ao mesmo tempo que se pretende que os adultos estabeleçam comparações entre o passado e o presente. Ainda em termos de trabalho de campo, complementando a elaboração de entrevistas, estabelecemos contactos com os agentes locais responsáveis pelo planeamento e gestão e desenvolvimento do território, designadamente da Câmara Municipal de Cinfães, Associação de Desenvolvimento Rural das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (ADRIMAG), do GeoPark de Arouca e da DOLMEN (Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega).

Em simultâneo, efetuamos um levantamento fotográfico das áreas mais relevantes em termos de património natural e cultural, para nos guiarmos no que concerne ao património, consultamos os *sites* da Progeo-Portugal (Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico) e LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia), de modo a elaborarmos cartografia representativa do património.

Num terceira etapa analisamos os 300 inquéritos executados, de modo a integrar o resultado dos mesmos com as potencialidades e as fragilidades do concelho, de modo a potenciar o seu desenvolvimento, apontando-se algumas soluções/estratégias para superar os principais problemas, destacando-se os recursos endógenos ainda pouco explorados.

Capítulo 1 – Enquadramento conceptual

Seguidamente, apresentamos o primeiro capítulo desta dissertação, onde iremos definir os conceitos fulcrais da temática abordada, focando também a história das áreas rurais e a sua evolução na Europa nos últimos anos.

1 - Áreas Rurais e Espaços de Baixa Densidade

Denominamos como espaço rural uma área de baixa densidade, tanto ao nível da população como de edificado. São, normalmente, áreas de fraco investimento e onde a taxa de emprego se apresenta abaixo da média nacional, observando-se a existência de vários défices a nível de serviços e qualificação dos seus habitantes. A envolvente agrícola/pecuária ou florestal, tende a dominar, embora seja um cenário em mutação, já que com o advento da industrialização existiram mudanças, privilegiando a especialização, o aumento da produtividade e maior rentabilidade. Não obstante, estes espaços continuam a ser subalternizados pelos de cariz urbano, dada a persistência, ou mesmo o agravamento, de um quadro local social e económico problemático. Contudo, começam a surgir tendências de valorização das áreas rurais, apoiadas na sua multifuncionalidade, abrindo, deste modo, as portas a novas atividades e ao conseqüente desenvolvimento local.

O conceito de rural é extremamente complexo, razão pela qual não existe unanimidade entre os autores que o discutem, sucedendo-se diferentes abordagens e distintas perspetivas. Normalmente, a definição de áreas rurais é determinada pelo número de habitantes existentes num determinado espaço contínuo, num quantitativo insuficiente para atingir o estatuto de cidade, valor este muito diversificado. Por exemplo, no caso de Portugal, embora não exista um valor indiscutível para determinar o que são áreas rurais, está definido que um núcleo urbano tem que preencher os seguintes requisitos (Lei nº 11/82 de 2 de Junho, artigo 13º): “Uma vila só pode ser elevada à categoria de cidade quando conte com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 8000 e possua, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: a) Instalações hospitalares com serviço de permanência; b) Farmácias; c) Corporações de bombeiros, casa de espetáculos e centro cultural, museu e biblioteca, instalações de hotelaria, estabelecimento de ensino preparatório e secundário, estabelecimento de ensino pré-primário e infantários, transportes públicos, urbanos e suburbanos e parques e jardins públicos”.

Se refletirmos bem sobre estas exigências, percebemos que nem todas as cidades portuguesas cumprem todos estes critérios, existindo vários exemplos de cidades com menos densidade populacional do que a exigida no nosso país, como é exemplo Vila Nova de Foz Côa (aproximadamente 8000 habitantes) e Gouveia (aproximadamente 3500 habitantes)¹ (Hogart, 1995).

O mesmo se repete quando se ultrapassam as fronteiras e incidimos noutros países da União Europeia, onde os requisitos diferenciadores dos espaços rurais/urbanos variam de país para país, adaptando-se às realidades em causa.

Segundo a OCDE (2005), são consideradas rurais, áreas com densidades populacionais inferiores a 150 habitantes por km². De acordo com este critério, salienta que as áreas rurais continuam a congregar pelo menos 75% do território e aproximadamente ¼ da população residente, nos países da OCDE. Neste contexto, países como a Dinamarca, França, Irlanda, Itália e Suécia classificam como rurais as áreas administrativas que não atingem o estatuto de cidade, verificando-se, por exemplo que, em Itália ou Espanha, para uma área ser considerada cidade, tem de agregar “10.000 ou mais habitantes num espaço contínuo”. Já na Dinamarca ou na Suécia são consideradas áreas urbanas as que reúnam 200 pessoas desde que não residam a mais de 200 metros de distância entre si (Hogart, pág. 21 a 23). Em França, as áreas com 2.000 ou mais habitantes são consideradas cidades, enquanto as rurais apresentam um limiar inferior a 30 habitantes por km². Estas áreas, no caso francês, representam 48% do território e albergam 5.3 milhões de residentes permanentes (Datar, 2011, p. 151).

Em termos históricos, ou seja se recuarmos no tempo e procurarmos a definição de áreas rurais, estas são descritas e caracterizadas tendo em consideração os seguintes aspetos: a função primordial em termos económicos traduz-se na produção de alimentos de origem vegetal, associada ou não à pecuária e a outras atividades como a florestal ou a apícola; apresentam uma combinação muito diferenciada e em constante mutação de acordo com o quadro físico que o enquadra; as características sociais são também muito vincadas e diferenciadoras, sobressaindo famílias de agricultores com um modo de vida e comportamentos específicos, embora a evolução técnica e tecnológica e a difusão dos meios audiovisuais, conjugados com a melhoria das acessibilidades e dos meios de transporte, possibilitem uma progressiva aproximação de perfis, aspirações e tendências,

¹ <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho>
<http://www.wecportugal.com/pt/cidade-de-gouveia/a-cidade/>

entre o mundo urbano e o mundo rural. Não obstante, na atualidade persistem diferentes níveis entre as áreas urbanas e as rurais, distinções que, no caso de Portugal, são ainda muito acentuadas. Assim permanece a subalternização dos espaços rurais, agregando habitualmente a população mais envelhecida, menos qualificada e com menor rendimento.

Na realidade, tradicionalmente as áreas rurais ostentam baixas produtividades, o que fundamenta a persistência de múltiplos problemas, como o despovoamento e o progressivo empobrecimento dos autóctones. Como consequência, as potencialidades endógenas e diferenciadoras vão-se diluindo, degradando, perante a aparente passividade dos gestores/atores locais e regionais, e da população residente. Há que reverter este cenário, porque se uma área rural preservar os seus focos de produção, seja a nível da agricultura ou do turismo, é possível que contrarie a “repulsão” que as caracteriza.

A produtividade das áreas rurais varia consideravelmente entre regiões e países da União Europeia (UE), dependendo muito das medidas da Política Agrícola Comum (PAC) e do período em que aí foram implementadas. Cada vez mais assistimos ao aumento da pluriatividade, como por exemplo a conjugação da produção agrícola com a comercialização de produtos e o turismo, uma das atividades em grande expansão nas áreas rurais (Magalhães, 2010). Assim se responde a anseios dos urbanos, enquanto se dinamiza e se dilata os rendimentos dos agricultores.

A distinção entre os espaços rurais e os urbanos foi-se tornando mais óbvia com o passar do tempo, sendo que em países fortemente urbanizados como a Alemanha, a Bélgica e a Holanda, as disparidades entre as mesmas são notórias, especialmente nas políticas de planeamento e no uso do solo.

Por outro lado, não existe consenso entre os autores sobre o conceito mais correto para designar estes espaços, divergindo entre o conceito de “Áreas Rurais” ou o de “Territórios Rurais de Baixa Densidade” (TBD). Este último determina que “se classifica normalmente um território rural quando a densidade populacional é inferior a um limiar previamente fixado, como por exemplo, 10 a 36 habitantes por km²” (Bento e Ramos, 2012, p. 7). Mas ainda persistem dúvidas quanto a TBD: a primeira é sobre as “grandes variabilidades e especificidades que marcam o território”, e a segunda refere-se às necessidades de associar “um conjunto de outras componentes e problemáticas além da demografia e do povoamento”, - nomeadamente, - “a ocupação humana, o isolamento e perifericidade geográfica, o esvaziamento e envelhecimento populacional e a dependência agrícola e o declínio económico” (Bento e Ramos, 2012, p 9).

Perspetiva-se uma classificação consensual, o mais abrangente possível das características e dinâmicas destes espaços numa ótica evolutiva, adaptada às distintas realidades. Neste contexto, ao longo das últimas décadas, os parâmetros que determinaram os territórios de baixa densidade foram-se alterando. Atualmente os principais critérios recaem sobre, “as dinâmicas e as densidades populacionais, os níveis de desenvolvimento e dinâmicas socioeconómicas, as relações urbano-rurais e acessibilidades e o multicritério” (Bento e Ramos, 2012, p. 11).

Apesar dos esforços, ainda não existe um conceito universal para os TBD, nem à escala nacional, nem à escala europeia, muito porque, embora aparentemente seja fácil de aplicar, o conceito de TBD é complexo e difícil de operacionalizar, como se pode comprovar através da tabela 1.

Tabela 1- Variáveis e fontes utilizadas em Portugal, para definir TBD.

Perfis	Variáveis	Fontes
Densidade	<ul style="list-style-type: none"> Densidade populacional por freguesia 	<ul style="list-style-type: none"> Censos 1991, 2001 e 2011 provisórios (INE)
Perfil territorial	<ul style="list-style-type: none"> Hipsometria Amplitude Térmica Uso do Solo 	<ul style="list-style-type: none"> ASTER GDEM 30m BIO7 – Global Climate Data OS2007 - IGP
Perfil demográfico	<ul style="list-style-type: none"> Variação da população residente Proporção da população residente com 65 ou mais anos Proporção da população residente com 14 ou menos anos 	<ul style="list-style-type: none"> Censos 1991, 2001 e 2011 provisórios (INE)
Perfil de povoamento	<ul style="list-style-type: none"> Proporção da população residente em lugares com 2000 ou mais habitantes Proporção da população residente em lugares com 100 ou menos habitantes 	<ul style="list-style-type: none"> Censos 1991, 2001 e 2011 provisórios (INE)
Perfil socioeconómico	<ul style="list-style-type: none"> Ganho Médio Mensal Importância da população agrícola familiar na população residente Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo completo 	<ul style="list-style-type: none"> MTSS- 2004 e 2009 (INE) Recenseamento agrícola 1989,1999 e 2009 (INE) Censos 1991, 2001 e 2011 provisórios (INE)
Perfil de acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> Tempos de acesso das sedes de freguesia aos respetivos centros municipais, distritais e regionais 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração com base nas funções de routing do Google Maps

Fonte: adaptado de Bento e Ramos, 2012

Uma das definições mais completas de TBD incorpora cinco dimensões, como se comprova a partir do seguinte extrato: “um território marcadamente rural, climaticamente

severo, com uma população envelhecida e em perda, de povoamento escasso e disperso, funcionalmente periférico e com uma acessibilidade decrescente aos principais serviços e bens públicos, economicamente marginal e dependente de uma agricultura de subsistência e/ou das prestações sociais públicas”. (Bento e Ramos, 2012, p. 11).

No caso concreto de Portugal, o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, refere que os espaços rurais ou predominantemente rurais, ocupam 92,7% do território, 46,3% do mesmo é ocupado por agricultura, 26,4% por floresta e 20% por áreas naturais. Em termos administrativos, 69,8% das freguesias são predominantemente rurais, e outras 22,1% são significativamente rurais, abrangendo 48% da população (Direção Geral de Desenvolvimento Rural, 1997).

Portugal apresenta uma grande diversidade de áreas rurais. A título de exemplo refira-se o Noroeste de Portugal com paisagens tradicionais, diferenciando-se do Nordeste especialmente dedicado às culturas do azeite e do vinho, ou a Região Demarcada do Douro, marcada pelos socalcos com vinha e o Alentejo, com vastas planícies (Bento e Ramos, 2012).

Mas recuemos no tempo para melhor perceber as diferenças territoriais existentes e a forma como evoluíram, retomando a escala europeia. Posicionemo-nos em 1800. Na Europa, já então se multiplicavam as diferenças territoriais (Hogart, 1995). Abordemos os países do Norte que em tudo divergiam da ocupação atual e do restante espaço europeu. A título de exemplo, se na Inglaterra e na Escócia dominavam as grandes propriedades e fazendas comerciais, na Bélgica, na Holanda, ou na Escandinávia, ou ainda a Noruega e na Suécia, sobressaía a pequena propriedade, explorada por conta própria ou por arrendamento. Era a grande diversidade territorial que efetivamente se realça no espaço europeu, já que aos exemplos anteriores podemos anexar outros demonstrativos desta afirmação. Com efeito, em países como a Áustria (alpina), Dinamarca, França, Irlanda e no Norte de Portugal e de Espanha misturavam-se a pequena propriedade e os grandes domínios senhoriais, enquanto na Áustria (não alpina), no leste da Alemanha e no Sul de Itália, Portugal e Espanha, sobressaíam as grandes herdades senhoriais (Hogart, 1995, p. 80).

Esta diversidade era incisiva pelos seus reflexos na população, já que antes da revolução industrial a generalidade dos indivíduos ativos trabalhava no setor agrícola, recorrendo a técnicas rudimentares que proporcionavam baixas produtividades e, conseqüentemente, baixos rendimentos. Eram, em múltiplas situações, a única hipótese de sobreviver, particularmente nos países onde vivências feudais persistiam com mais

intensidade, como eram os do Sul da Europa. Por outro lado, naqueles onde a inovação e a industrialização despontavam, o cenário alterava-se em termos económicos, mas também sociais e culturais, já que o fenómeno da industrialização se fez acompanhar por processos de urbanização. Em simultâneo, as atividades agrícolas tradicionais desvalorizam-se, sobrevivendo apenas as explorações de maior dimensão e as que se modernizaram, tornando-se mais competitivas e lucrativas.

Como já se foi indicando, as assimetrias eram indisfarçáveis, proporcionando a ascendência do Norte industrial e, conseqüentemente, a vertente económica, já que os países mediterrâneos foram os últimos a transitar para um modelo de industrialização e, por consequência, para a urbanização. O número de explorações agrícolas decresceu acentuadamente, assim como a população residente nas áreas rurais.

Em simultâneo, até ao final do século XIX, sucederam-se as alterações legais na Europa que mitigavam os problemas de estrutura fundiária, sobretudo o parcelamento geracional, enquanto que nos países como Portugal, tal ocorreu apenas na segunda metade do século XX. Por seu lado, nos países do Norte da Europa como Inglaterra, França e Alemanha, após a II Guerra Mundial, existiu uma enorme perda de população agrícola, já que estes rumaram para as áreas urbanas. Nos países mediterrâneos, por seu turno, este processo foi mais lento e tardio, incidindo sobretudo entre as décadas de 50 e 70 do século XX, quando se registou uma diminuição de cerca de 20 milhões de trabalhadores agrícolas, o que se traduziu num declínio demográfico nos meios rurais, enquanto se incrementavam os processos de urbanização e de suburbanização (Marques, 2000). Entre 1945 e 1975, período denominado como os “30 anos gloriosos”, a produtividade agrícola dilatou-se, muito devido à mecanização e às trocas comerciais incrementadas pela globalização.

Foi após a II Guerra Mundial que surgiram grandes alterações, mas todas com implantação territorial diferenciada, como a reestruturação económica e social, o aumento da produtividade associado à mecanização e ao dilatar da formação dos agricultores, contribuindo para o elevado êxodo rural registado.

Focando agora a partir de 1970, nos EUA e um pouco por todos os países desenvolvidos, surgiu um novo fenómeno. Com a banalização do automóvel e a melhoria das acessibilidades, a população optou por residir nas áreas rurais de modo a aproveitar as vantagens e a qualidade de vida aí existentes, o que gerou movimentos pendulares associados a um novo modo de vida, com casas unifamiliares rodeadas por solo agrícola,

longe dos centros urbanos, já que o preço do solo diminui à medida que nos afastamos destes núcleos (Marques, 2000).

Nesta breve apresentação dos principais traços evolutivos dos espaços rurais, há que acrescentar que durante a segunda metade do século XX surgiram as primeiras ideias de sustentabilidade e conservação da natureza, revitalizando a agropecuária e o ambiente (Marques, 2000).

Entretanto, o setor agrícola permanecia incisivo, mas com recurso a baixa tecnologia, num cenário onde a inovação surgia pontualmente e onde, por inércia, persistiam os sistemas agrícolas tradicionais, como sucedera sobretudo no Sul Europeu. Em Portugal, a reestruturação das áreas agrícolas resultou num aumento do número de sociedades, enquanto as condições de produção agrícola também se viram melhoradas, muito em consequência da progressiva mecanização dos processos, o que minimizava o trabalho do homem. Por isso, os trabalhadores agrícolas viram-se obrigados a abandonar as áreas rurais em busca de melhores condições de vida. Lentamente, a produção agrícola tornou-se mais comercial e menos tradicional, seguindo o “modelo fordista (economias de escala, mecanização, especialização, *standardização*/normalização)” (Marques, 2000, p. 8 e 9). Todavia, e apesar do aumento da produtividade, estes ganhos tiveram consequências negativas, como o “esgotamentos dos solos ou a poluição dos aquíferos” (Marques, 2000, p. 9). Neste contexto, nascem movimentos contrários às tendências anteriores.

Dada a importância desta temática, sucederam-se os autores que a abordaram. António Covas, por exemplo, apresenta-nos de forma sintética a evolução da agricultura e a sua incidência nas áreas rurais, distinguindo diversas etapas. Recuando no tempo, a primeira, antes da industrialização, correspondia a uma economia camponesa denominada como “produção de campo”, dominando as grandes propriedades senhoriais trabalhadas pelos servos; as energias utilizadas eram maioritariamente naturais e a produção agrícola destinava-se ao autoconsumo.

Na segunda, imperou o “caos agrícola pré-moderno”, baseado numa economia marcadamente agroindustrial, com excessos, degradação, poluição, que, como reação, induziu a conceitos como conservação da natureza. Por outro lado, gradualmente o setor secundário substituiu o primário e as importações começaram a ser mais importantes do que a agricultura de autoconsumo e autossustentação.

A terceira etapa denomina-se de “nova ordem” detendo uma “intensa escala de intensificação, especialização, profissionalização, acumulação, exportação e êxodo rural” (Covas, 2006, p. 109 e 110). Sucedendo-se a interferência de grandes cadeias alimentares,

inseridas em grandes centros urbanos, com exigências avultadas em termos de abastecimento, transportes, distribuição, entre outros (Covas, 2006).

O século XXI, por fim, é marcado pelos avanços científicos em áreas como a física e a química, com repercussões na agricultura, surgindo uma nova economia “agro rural e eco rural, marcada pela reposição da biodiversidade, pela pluriatividade das atividades energéticas, pela multifuncionalidade das atividades, a sustentabilidade dos processos e dos recursos naturais, a qualidade e a segurança dos alimentos e o ciclo do empreendedorismo agro-rural, o que originará, a ordem multifuncional pós moderna, a segunda modernidade da agricultura ou o ciclo eco rural” (Covas, 2006, p. 110 e 111).

Na sequência destas alterações surgiram vários problemas nomeadamente o aumento do desemprego, do subemprego e da exclusão social e a redução populacional, indissociável do envelhecimento contínuo da população. Persistiam também as deficientes acessibilidades a grandes centros urbanos e a distância aos serviços especializados, enquanto no setor agrícola, particularmente em Portugal, prosseguia uma fraca modernização (Hoggart, 1995).

Em termos ambientais a deteriorização dos recursos facilita processos de desertificação, com implicações económicas e sociais, cenário que ainda se agrava na sequência das variações climáticas, das atividades humanas ou do abandono das explorações agrícolas. Outro resultado é o aumento notório das assimetrias regionais, restringindo o tecido produtivo, enquanto se dilata o subaproveitamento das infraestruturas, a estagnação ou o decréscimo da economia regional (Direção Geral de Desenvolvimento Rural, 1997). Nas últimas décadas, os problemas acima descritos assolavam sobretudo países como Portugal, Grécia, Finlândia e Irlanda, para além de regiões como o leste da Alemanha, o sudeste de Itália e parte da Espanha (Direção Geral de Desenvolvimento Rural, 1997).

Perante os cenários evidenciados em meios rurais, particularmente em Portugal, muito problemáticos mas plenos de potencialidades e onde podem ser incrementadas diversas medidas, não obstante estas áreas são normalmente ignoradas nos planos estratégicos de desenvolvimento. Nesta dissertação pretendemos mitigar os problemas registados nas áreas rurais, apontando alguns dos caminhos para atingir esse objetivo, apostando no desenvolvimento rural.

1.2 - Desenvolvimento Rural

Desenvolvimento rural é um conceito que tem ganho dimensão sobretudo nas duas últimas décadas. Pode ser definido como um conjunto de processos de desenvolvimento que devem recair sobretudo na melhoria das condições de vida da população residente em áreas rurais, abrangendo os princípios de “eficiência económica, a equidade social e territorial, a qualidade patrimonial e ambiental, a sustentabilidade, a participação democrática e a responsabilidade cívica”².

Existindo várias dimensões de desenvolvimento rural, há que as abordar neste trajeto conducente ao construtivismo agro-rural, distinguindo-se diversas tipologias: a primeira é o denominado rural profundo, áreas com acentuado despovoamento e envelhecimento da população; a segunda é uma versão municipal neo-tradicional que aposta na promoção do concelho através de feiras, festas e mercados de artesanato, o rural municipalizado; a terceira dimensão baseia-se numa versão revivalista do ciclo familiar, com atividades agrícolas contíguas à área de residência, o rural difuso; a quarta tipologia está ligada a uma versão neo-ruralista relacionada com a sociedade da informação e conhecimento, apostando em setores especializados que detêm alto valor acrescentado no mercado, o rural comercial; a quinta dimensão é uma versão eco-capitalista que engloba grandes empreendimentos, normalmente associados a capital estrangeiro, de base produtiva reduzida ou convertida a um rural exótico ou cosmopolita; por fim, a sexta tipologia, é uma versão conservacionista ligada à política, ao ordenamento do território, ao ambiente e cada vez mais intervencionada e controlada por associações. A todas estas dimensões de desenvolvimento rural, denominamos construtivismo agro-rural (Covas, 2006).

Mas, quais os fatores que bloqueiam o desenvolvimento rural? Um dos “entraves” é de ordem política, já que as áreas rurais não são consideradas uma prioridade. E, apesar de constituírem uma temática muito abordada, é quase sempre subalternizada pelas áreas urbanas. Outro obstáculo está relacionado com o mercado fundiário, que se apresenta pouco atrativo, quer para promover o aumento do número de agricultores, quer para fomentar o aumento de investidores. Aliás, a inexistência de políticas eficazes direcionadas para o arrendamento, cria obstáculos ao rejuvenescimento populacional na atividade agrícola, já que, em Portugal, os prédios rústicos são geralmente do próprio agricultor. A questão fundiária é incisiva dado o predomínio de prédios rústicos de reduzidas dimensões, a existência de explorações agrícolas familiares muito parceladas e dispersas, com rendimentos exíguos que conduzem ao abandono (Covas, 2006). Tal

² http://www.ipv.pt/millennium/19_spec10.htm

poderia ser minimizado se existisse um “banco de solos” ou “bolsa de terras”, instrumento criado pela Lei nº 62/2012 de 10 de Dezembro (da responsabilidade da DGADR), que tem como objetivo “facilitar o acesso à terra através da disponibilização de terras, designadamente quando as mesmas não sejam utilizadas, e, bem assim, através de uma melhor identificação e promoção da sua oferta. A bolsa de terras disponibiliza para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência as terras com aptidão agrícola, florestal e silvo pastoril do domínio privado do Estado, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas. A bolsa de terras disponibiliza ainda terrenos baldios, nos termos previstos na Lei dos Baldios”³.

É igualmente negativo que as atividades agro-rurais não sejam controladas por nenhuma entidade responsável especializada, nomeadamente nos usos improdutivos e /ou especulativos do solo. A tudo isto acresce ainda o problema de não existir um regime integrado de empreendedorismo agro-rural.

Outro entrave ao desenvolvimento rural decorre do quase inexistente associativismo, representativo e equipado técnica e culturalmente, que minimize os problemas de rentabilidade. É um aspeto básico, já que a concorrência internacional vulnerabiliza cada vez mais as áreas rurais. Atualmente o associativismo está mais presente na procura do que na oferta, o que desfavorece cada vez mais os pequenos produtores ou aqueles que atuam de forma individual (Covas, 2006).

Outro grande entrave já antes aflorado, relaciona-se com a formação e divulgação dos conhecimentos, assim como de técnicas e de culturas. Ainda existem outros problemas, de âmbito social, tais como: a influência dos grandes proprietários ou de corporações; o exagero burocrático que limita o número de iniciativas, e por fim, um excesso de “municipalização”, através das infraestruturas e outras intervenções por parte dos municípios (Covas, 2006, p.12).

Para existir desenvolvimento rural é necessário apostarmos na descentralização e na cooperação entre entidades públicas e privadas. Em algumas áreas, dado o seu grau de periferismo, o desenvolvimento rural privilegiaria a manutenção ambiental com a valorização do património natural, mas também do cultural e do social. Para atingir o desenvolvimento rural é necessário apostar no setor agrícola, mas tal implica outras atividades e serviços. Esta relação é de algum modo essencial, privilegiando a multifuncionalidade e a pluriatividade, aproveitando-se os recursos endógenos e incentivando o investimento e a instalação de empresas, tudo num contexto

³<http://www.bolsanacionaldeterras.pt/quem.php> (20/07/2016) O concelho de Cinfães, não integra este instrumento da DGADR, que poderia facilitar a utilização dos prédios neste território.

para a União Europeia no sentido de atenuar os problemas das áreas rurais, criando infraestruturas e recursos adequados de modo a proporcionar o seu desenvolvimento económico e social.

O desenvolvimento rural aposta também na existência de um sistema agrícola inovador e eficaz, para responder às necessidades da população, ampliando assim os rendimentos provenientes desta atividade. Por outro lado, há também que implementar as atividades não agrícolas, apostando na multifuncionalidade sustentável, forma de preservar os recursos naturais e o ambiente (Direção Geral de Desenvolvimento Rural, 1997). Para tal, existem fundos comunitários como o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e o FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola), para além do FSE (Fundo Social Europeu) mais dirigido para o emprego, ou ainda os programas LEADER. Neste último programa incentiva-se a diversificação social e económica dos meios rurais de modo a obter mais serviços de proximidade, valorizando-se os recursos endógenos e apostando-se na subsidiariedade, na programação e na contratualização especializada. Pretende-se conseguir que a população participe de modo cívico, apostando em iniciativas integradas de base territorial que incluem diferentes parceiros económicos, sociais e institucionais, tendo por fim a criação de redes de solidariedade interterritorial (Direção Geral de Desenvolvimento Rural, 1997).

Do mesmo modo que existem entraves ao desenvolvimento rural, é possível definir um conjunto de fatores que o favorecem. É o caso da melhoria das acessibilidades e da propagação das TIC, facilitando a mobilidade de pessoas, bens e informação, mas também o aumento das qualificações da população e a melhoria das condições de vida, fatores que influenciaram o avolumar de empreendedores. Por seu turno, a multiplicação dos equipamentos nas cidades de média dimensão, promove a descentralização e a permanência ou retorno da população aos meios rurais, onde persiste a segurança e a tranquilidade. O aumento do tempo livre e das horas de lazer entre a população permite executar atividades diferentes e imaginativas, auxiliando no desenvolvimento das áreas rurais. Aliás, as áreas isoladas e desfavorecidas despertam cada vez mais o interesse da comunidade científica e dos empreendedores.

Por outro lado, o aumento significativo da esperança média de vida originou novas possibilidades de emprego, mais flexíveis, apoiadas nas TIC, para além de uma forma diferenciada de pensar, muito alicerçada na qualidade de vida, que facilita o retorno às áreas rurais, e com isso a renovação e a autoalimentação de todo o sistema agro-rural

(Covas, 2006). Assim, as áreas rurais são encaradas como oportunidade porque são espaços onde existem mais recursos, que devem ser valorizados e bem aproveitados, para além de que está presente na ideologia da sustentabilidade e da conservação da natureza, até porque as áreas rurais só são áreas desfavorecidas porque ainda valorizamos mais o mercado do que as questões ambientais (Covas, 1997).

A par com a segunda modernidade está uma nova economia rural baseada no ordenamento, na sustentabilidade e na conservação de áreas protegidas, como a RAN (Reserva Agrícola Nacional), a REN (Reserva Ecológica Nacional), entre outras, mas também uma economia de inovação e conhecimento que incluem redes de conhecimento, a formação e a investigação.

Outro aspeto recai sobre a economia de produção e de consumo, muito ligada à produção alimentar, florestal e energética, mas também ao recreio e ao lazer, ou ao TER (Turismo em Espaço Rural), bem como, a novos serviços e atividades. Assim nascem projetos multifuncionais que tornarão as áreas rurais cada vez mais interessantes, encaradas como oportunidade, já que aí persistem recursos endógenos que, quando bem valorizados e aproveitados, favorecem a sustentabilidade e a conservação da natureza (Covas, 2006).

Em conclusão, podemos dizer que os objetivos estratégicos do processo de desenvolvimento rural devem basear-se na equidade e na interdependência territorial, através da flexibilização das políticas. De modo a obter competitividade, todo o processo de desenvolvimento deverá assentar no associativismo, para promover a identidade cultural e a formação. O desenvolvimento rural deve ainda apoiar-se em fundos comunitários como o LEADER e programas como Interreg e o PPDR (Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional). Assim, a essência da área será preservada e existirá um desenvolvimento permanente e não transitório.

1.3 - Multifuncionalidade

Um dos pilares do desenvolvimento rural é a multifuncionalidade, um conceito recente muito ligado ao setor agrícola e à paisagem rural. O conceito de paisagem, por seu lado, é complexo e encontra-se em constante atualização, muito porque este é utilizado em várias áreas, não existindo por isso uma definição transversal, embora seja muitas vezes interpretada como a “entidade resultante da interação da natureza com o Homem” (Magalhães, 2007a, p. 104). Com efeito, apesar da agricultura ser a função

dominante nos espaços rurais, surgem outras funções como a “conservação, qualidade dos recursos naturais, recreio e lazer, preservação da identidade cultural” (Vejre *et al*, 2006, p. 97). Por seu turno, multifuncionalidade pode ser observada em diferentes escalas, podendo incidir sobre o setor agrícola, ou numa perspectiva mais ampla, sobre a paisagem rural tendo como objetivo principal o seu ordenamento e gestão. A multifuncionalidade da paisagem pode ser analisada segundo três abordagens principais: a primeira é a científica que se encontra muito ligada à visão da ciência e onde a paisagem é vista como objetiva; a segunda é a visão aplicada, mais associada às ciências naturais e sociais, sendo a paisagem observada objetivamente mas tendo em conta componentes relevantes para a análise da mesma; a terceira visão é a humanista, que é uma visão mais subjetiva (Michel Jones, 1991).

Quando estudamos uma determinada paisagem rural, começamos por a caracterizar, bem como a sua envolvente, as dinâmicas do território, o sistema agrícola, o património natural, o povoamento, as acessibilidades, a demografia, o turismo e outras atividades económicas. Assim se detetam unidades de paisagem semelhantes, que comparamos em termos funcionais mas também potenciais, tendo em atenção os “recursos e oportunidades para que o desempenho das várias funções possa ser melhorado, exigindo medidas de gestão em conformidade” (DGOTDU, 2011, p. 60). A metodologia para tornar esta comparação possível decorre de trabalho de campo e entrevistas, sendo as áreas pontuadas consoante o seu potencial para a multifuncionalidade (DGOTDU, 2011).

A utilização de multifuncionalidade como um conceito analítico significa a avaliação das funções suportadas por uma determinada paisagem, num determinado momento, e como se definem sinergias ou conflitos entre elas. “As funções podem ser definidas como bens (amovíveis) ou serviços (não amovíveis), disponibilizados na paisagem, e que provêm às necessidades, procuras e expectativas do Homem, no sentido lato, sendo assim valorizadas pela sociedade” (Groot, 2006, adaptado de Pinto-Correia, 2007).

A paisagem rural pode ainda ser definida segundo dois eixos que se interligam: a sua materialidade influenciada pela atividade humana tendo em conta as potencialidades, as limitações, as características e a identidade da área em questão; as relações socioeconómicas e as ideias culturais através de instrumentos de gestão que influenciem o uso da paisagem (Pinto Correia, 2007).

Uma das abordagens sobre multifuncionalidade menciona que, de modo a completar os dois eixos acima mencionados, a caracterização de uma paisagem, deve considerar as características, a dinâmica e até a complexidade da mesma (Pinto Correia,

2007). Com a aposta na multifuncionalidade das áreas rurais “a agricultura deixa de ser o setor que suporta a economia rural, para passar a ser a economia rural, a que fornece bases de suporte da agricultura” (Clive Potter, 2005, adaptado de Pinto-Correia, 2007).

A multifuncionalidade não deve ser aplicada apenas à agricultura, mas a todo o território, perspetivando o desenvolvimento e a inovação, sendo visíveis as transformações que as áreas rurais europeias têm sentido, tanto a nível da estrutura como no modo como é utilizada. Sendo uma nova perspetiva para a agricultura e para as áreas rurais, representa “a formulação e integração de políticas, não agrícolas mas de conservação da natureza, sociais ou outras” (Veire et al, 2005, p. 97).

A multifuncionalidade fornece inúmeras vantagens para as áreas rurais:

1. “Permite ultrapassar o impasse conceptual e estratégico a que facilmente se chega nesta mudança de paradigma: que papel tem a agricultura no conjunto do território rural? Que externalidades garante ou pode garantir? O que deve ser assegurado, para que a agricultura possa manter-se, ou desenvolver-se?”
2. Pode ser explorada por outros atores que não os produtores agrícolas, novos agentes de diversificação, inovação e de novas formas de desenvolvimento;
3. Permite justificar a agricultura para além da sua capacidade e função económica, ou pelo menos para além da sua função de produção;
4. Pode garantir a flexibilização das expectativas e da definição de prioridades: nem todo o território rural tem que assegurar todas as funções, e várias combinações de funções são possíveis, o que resulta assumidamente numa especialização e diferenciação do espaço, que na realidade ocorre espontaneamente” (Pinto Correia, 2006, p. 166).

Nesta sequência, há que abordar outra vertente da multifuncionalidade, a agricultura multifuncional, ou seja, “a gestão sustentável das explorações assente numa combinação de funções complementares à produção alimentar e que abrangem o ambiente, a natureza, a cultura, a paisagem, a saúde e qualidade de vida.” (Delgado, 2010, p. 40). Efetivamente, a multifuncionalidade agrícola pode traduzir-se no aumento das funções, para além da produção agrícola e agroalimentar.

Em suma existem vários modelos de multifuncionalidade que podem atuar no território, individualmente ou em conjunto. Um deles conjuga a agricultura com o recreio e lazer, muito ligados ao TER e a atividades semelhantes; outro modelo privilegia a conservação da natureza e a qualidade dos recursos naturais; um outro modelo respeita à preservação da identidade cultural e, por fim o último modelo defende a implementação

de agroindústrias e a produção de bioenergia (Pinto Correia, 2007). É, por isso, evidente a relação entre a multifuncionalidade e a conservação da natureza.

1.3.1 - Conservação da Natureza

Como qualquer projeto multifuncional deve ser tendencialmente sustentável, a conservação da natureza deve ser não só um critério, mas também um auxiliar precioso, cada vez mais valorizado. Efetivamente, esta vertente tem aumentado a sua importância, numa ótica de uso sustentável dos recursos naturais, minimizando a perda de biodiversidade e a anulação de habitats naturais (EEM, 2015).

Embora a ideia de conservação da natureza recue no tempo, os verdadeiros antecedentes deste conceito advêm da Europa nos séculos IX e X, quando se adotaram técnicas que se generalizariam (EEM, 2015), como o recurso a culturas extensivas, importante na gestão dos solos. A mesma época foi também marcada pelo recurso a técnicas rudimentares, fundamentando-se numa ocupação do solo não contínua e num consumo mínimo de fertilizantes, sendo essencialmente de autoconsumo.

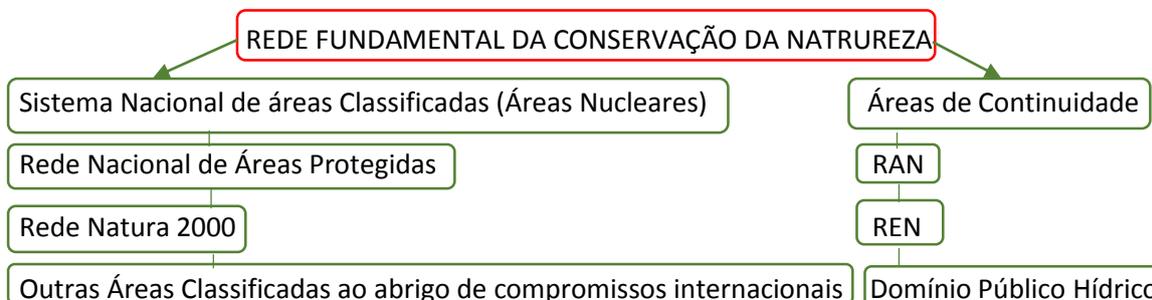
A mais significativa alteração porém, surgiu com a revolução industrial, nos séculos XVIII e XIX, com a conseqüente evolução demográfica e do pensamento, surgindo movimentos dedicados à conservação da natureza, como foi o caso do denominado ambientalismo. No entanto, só posteriormente esta “ideologia” se integrou nas políticas públicas, enquanto se transformava o modo de vida da população. Assim, com a evolução científica e a melhoria da qualidade de vida da população, observam-se também alterações políticas e culturais, conduzindo a que nos anos 60, do século XX, se fundasse uma disciplina focada no ambiente, a ética ambiental e ecológica, induzindo ao uso racional dos recursos e à boa relação Homem-Meio (EEM, 2015).

Em termos da aplicação no território de medidas de conservação da natureza, aquela que é considerada uma das mais importantes a nível internacional remonta a 1872. Nesta data foi criada a primeira área protegida, o Parque Nacional Yellowstone, nos Estados Unidos da América. Em Portugal, a primeira medida relacionada com esta temática remonta a 31 de Dezembro de 1864, com o Decreto Real sobre o Domínio Público Hídrico (EEM, 2015).

Para as divulgar, tanto a nível nacional como internacional, multiplicaram-se os eventos. Podemos destacar a primeira conferência da UNESCO – Fundação IUCN, em 1948; o Tratado de Roma e a fundação da CEE, em 1956, da qual surgiu o Comité Europeu de Peritos para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais; o Comité

para a Poluição das Águas, nasceu em 1962; em 1968 surgiu a Carta Europeia da Água, enquanto, a Carta Europeia de Ordenamento do Território foi divulgada em 1983, podendo também referir-se o Tratado de Lisboa de 2007 (EEM, 215, p. 148 a 153).

Figura 1 - Constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza.



Fonte: EEM, 2015, p. 155

No caso concreto de Portugal, existem na atualidade, diferentes tipologias de espaços direcionados à conservação da natureza, destacando-se a Rede Natura 2000 que abrange 5.330.956 ha, a que se adicionarmos as áreas convergentes (2.387.341 ha), abarcar-se-á cerca de ¼ do território de Portugal continental. Ainda com bastante importância em termos de área abrangida sobressai o IBAS (Important Bird Areas) e a RNAP (Rede Nacional de Áreas Protegidas), instrumentos de conservação da natureza de grande importância à escala nacional e europeia.

Especifiquemos um pouco cada uma das tipologias indicadas no esquema. A “Rede Natura 2000” “é uma rede ecológica para o espaço comunitário que resulta na aplicação da Diretiva Aves Nº 79/409/CEE e da Diretiva Habitats Nº 92/23/CEE e tem como objetivo assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados na Europa” (EEM, 2015, p. 157). Representa o instrumento mais significativo na conservação na natureza em termos europeus, através do qual se defende que as atividades antrópicas devem sempre assegurar a preservação de espécies e habitats.

A “Rede de Reservas Bioenergéticas do Conselho da Europa” (1973), por seu lado, é um programa de proteção dos habitats, focando-se não só na conservação dos habitats em qualquer meio, mas também na evolução da investigação científica (EEM, 2015). Por seu lado, as “Áreas Importantes para Aves” ou “Importante Bird Areas” (IBA), remontam a 1981, pretendendo-se a conservação das áreas identificadas à escala global através de critérios científicos. Daqui resultou numa rede para a conservação de áreas selvagens (EEM, 2015, p. 160).

Com a RNAP “pretende-se criar um estatuto legal de proteção adequada à manutenção da biodiversidade, dos serviços do ecossistema e do património geológico, bem como a valorização da paisagem” (EEM, 2015, p. 156). As RNAP são objeto de regulamentação desde 1970, quando foram criados o Parque Nacional da Peneda Gerês e algumas Reservas Naturais. Recordemos que a RNAP incide a várias escalas, sendo a mais destacada o Parque Nacional, seguindo-se as Reservas Naturais e por fim, a paisagem e o monumento natural.

Por outro lado, existem as áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais como a convenção de *Ramsar*, ou a convenção para as “Zonas Húmidas de Importância Internacional”, uma vez que estas representam uma das áreas com maior diversidade de habitats e que congregam uma enorme biodiversidade biológica. É importante proteger estas áreas, uma vez que são muito vulneráveis devido a “ações de drenagem, a poluição e sobre-exploração” (EEM, 2015, p. 158).

Existe ainda o programa “MAB” ou “Rede Mundial de Biosfera da Unesco”, que congrega a atenção entre a sociedade e os ecossistemas. Programa multidisciplinar, embora tenha como objetivo a conservação da biodiversidade, perspetiva também o desenvolvimento económico sustentável, suportando a investigação, a monitorização e a educação ambiental (EEM, 2015, p. 159).

Outras áreas preservadas são os geossítios, nos quais “a geodiversidade diz respeito à variedade natural de minerais, rochas, fósseis e geoformas, sendo o seu valor diversificado, contemplando fatores intrínsecos, culturais, ecológicos, estéticos, económicos, funcionais, científicos e educativos” (EEM, 2015, p. 169). Estas áreas devem ser protegidas e usufruídas de forma racional, encontrando-se estrategicamente associadas à conservação da natureza, ao ordenamento do território, à política educativa e ao turismo de natureza (EEM, 2015).

Existem ainda as “Áreas de Continuidade” que pretendem salvaguardar o intercâmbio genético de espécies, quer de fauna, quer de flora, de modo a promover a “continuidade espacial e a conectividade de componentes de biodiversidade”, enquadrados com as ações humanas (EEM, 2015, P. 161). O “Domínio Público Hídrico”, por seu lado, é um “conjunto de áreas contíguas aos cursos de água interiores e de águas do mar, que pela sua natureza, a lei submete a um regime de carácter especial. Esta medida está regulamentada por decreto-lei desde 1964. (EEM, 2015, P. 161)

À listagem anterior há ainda que anexar a RAN, um dos principais instrumentos de proteção do solo. Significa uma restrição à utilidade pública, já que condiciona o uso não

agrícola do solo quando este apresenta boa aptidão agrícola. O principal objetivo é a proteção do solo, meio de “produção de bens alimentares, fibras de madeira, regulação do ciclo da água e do carbono e na sustentação da biodiversidade, entre outros” (EEM, 2015, p. 162).

A REN, por seu turno, abrange as áreas de grande valor ecológico. Começou a ser executada em 1983 e reúne “todas as áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização racional dos recursos naturais, tendo em vista o correto Ordenamento do Território”. No último Decreto-Lei foram consideradas REN as “áreas de proteção do litoral, áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e áreas de prevenção de riscos naturais” (EEM, 2015, p. 162), pelo que, atualmente, é um meio de conservação da natureza muito importante. Estas duas últimas tipologias são as mais representativas em Portugal, uma vez que quase todos os concelhos detêm RAN e REN como restrições à utilidade pública.

Resta acrescentar que a conservação da natureza é complexa, uma vez que requer cooperação institucional, pública e privada. Aliás, a base da conservação da natureza é quase sempre biológica, o que a torna mais representativa nas áreas rurais, podendo contribuir para o incremento da multifuncionalidade. Assim, para o seu desenvolvimento, pretendem-se abarcar também todas as funções e ocupações do território, independentemente de serem agrícolas, industriais ou quaisquer outras. Debrucemo-nos sobre a vertente industrial e os seus impactes no mundo rural.

1.3.2 - Agroindústrias

O conceito de agroindústria surgiu da conjugação da agricultura, do setor alimentar, com a transformação industrial de alimentos. A palavra “agro”, conjuga as atividades e os problemas socioeconómicos ligados à agricultura, sejam estes, os produtos, os mercados de escoamento, a população residente e a qualidade de vida da população, ou ainda as técnicas produtivas. Por outro lado, a palavra indústria, representa o setor secundário da economia, ligado à transformação dos produtos (Vukovic, 2009).

A agroindústria detém um grande peso na economia de alguns países europeus, especialmente na Europa de Leste. Ao longo das últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX, as agroindústrias transitam de pequenos negócios familiares tradicionais para grandes unidades industriais e, embora registassem alguns retrocessos (1991-1994), têm aumentado na sequência de políticas que “destruíram” os produtores

individuais e as empresas de pequena dimensão. Não obstante, há produtores que apostaram nas agroindústrias, obtendo sucesso.

Existem vários fatores que influenciam as agroindústrias, entre os quais, a adaptação do produto às características de mercado, sejam estes em termos de procura, oferta ou estrutura, mas também, o nível de desenvolvimento dos mercados de escoamento. Recorde-se que as agroindústrias se direcionam não só à produção de artigos simples destinados à transformação, mas também à criação de produtos usados sem transformação técnica significativa, ou ainda à produção de acordo com o volume de negócios e o mercado/consumo (Vukovic, 2009).

1.3.3 - Bioenergia

A questão da transformação de produtos pode levar-nos a outra função das áreas rurais, a produção de energias a partir dos recursos renováveis, como é exemplo a energia eólica, solar e a biomassa. Com efeito, dada a existência de biomassa, possuímos um dos combustíveis para a produção de bioenergia, aproveitando-se o “recurso natural renovável de maior relevância em Portugal” (Bioatlas, 2015, p. 7).

Existem vários modos de produção de biomassa para fins energéticos, mas o mais importante é de origem florestal, decorrente de “operações de gestão e exploração florestal, ou através das culturas energéticas ou das atividades consequentes da indústria transformadora dos produtos florestais (serrim, restos e outros subprodutos), ou da reciclagem de produtos lenhosos em fim de vida, de origem diversa” (Bioatlas, 2015, p. 7).

Os biocombustíveis podem apresentar-se em estado sólido, como por exemplo em “pellets”, ou em estado líquido. Com efeito, a bioenergia pode também ser produzida através de óleos e gorduras concentrados, detendo poderes caloríferos superiores ao do petróleo, embora o processo seja menos rentável. Pode também ser gerada energia a partir de microalgas, uma vez que estas crescem rapidamente e têm um alto teor fotossintético, não exercendo pressão sobre o solo. É ainda possível gerar energia através de resíduos agroindustriais, produzindo biogás, processo extremamente sustentável, uma vez que revaloriza os resíduos.

A energia proveniente de biomassa está muito direcionada para o aquecimento dos edifícios e de Águas Quentes Sanitárias (AQS), sendo mesmo a fonte de energia mais utilizada para este fim em Portugal, através de recuperadores de calor e de caldeiras a estilha ou “pellets” (Bioatlas, 2015). A produção de biomassa pode ser executada através

de produtos tão simples como “pellets”, estilhas, caroços de azeitona e cascas de amêndoa.

Como a União Europeia valoriza cada vez mais o conceito de sustentabilidade, a aposta na produção de energia através de biomassa, esta é cada vez mais utilizada, contribuindo para o desenvolvimento económico e para o crescimento de emprego nas áreas onde estes meios de produção são instalados. Como a maioria se localiza em áreas rurais onde a floresta é abundante, a produção de bioenergia pode contribuir para o desenvolvimento destas áreas, favorecendo também o setor agrícola e a pecuária, uma vez que, na irrigação são muitas vezes utilizados combustíveis fósseis que podem ser substituídos por bioenergia. “A agricultura é, por sua vez, cada vez mais bioindústria, ou seja, uma agricultura sem sazonalidade e sem ritmo natural de vida” (Covas, 2006, p. 107).

1.3.4 - Turismo em Espaço Rural (TER)

Quando se aposta numa perspetiva multifuncional, inquestionavelmente nos referimos a uma das tipologias que mais gera emprego e mais contribui para a multifuncionalidade das áreas rurais: ao Turismo em Espaço Rural (TER).

Setor em expansão, o turismo nas suas diversas vertentes (balnear, cultural, gastronómico, ecológico...) tem ganho relevância, impulsionando o desenvolvimento de distintas áreas. Das várias definições de turismo, selecionamos a de Swarbrooke; “as diferentes atividades realizadas pelos indivíduos aquando das viagens e estadia dos mesmos, numa área que difere da habitual, por um período que não ultrapasse um ano” (adaptado de Swarbrooke, 1999, Luís, 2001/2002, p. 63). Atividade muito atrativa e responsável por uma parte significativa do PIB mundial, criando centenas de milhares de postos de trabalho, não obstante, o turismo deve ser sustentável, motivo pelo qual tem de ser eficiente economicamente, facilitar a equidade social e a conservação ambiental (adaptado de Swarbrooke, 1999, Luís, 2001/2002, p. 63).

O TER pode ainda servir de vetor para o desenvolvimento local, privilegiando a vocação de cada área ao valorizar os fatores únicos e diferenciadores endógenos. No decorrer das últimas décadas, esta tipologia de turismo começou a ser percebida como um setor fulcral para o desenvolvimento rural, alicerçando-se nas paisagens, no ambiente e nas características socioculturais da área. Neste sentido, o Estado deve contribuir para a expansão do TER, na medida em que a maioria das áreas rurais são desfavorecidas,

assumindo que os fundos comunitários por si só, não representam uma solução para o seu desenvolvimento. O Estado deve assumir uma posição pró-ativa (Luís, 2001/2002, p. 75).

Tendo as suas raízes institucionais nos anos 70 do século XX, o TER surgiu numa tentativa de diversificação do mercado turístico, revertendo a progressiva degradação das áreas rurais. Visto como um dinamizador destes espaços, embora sem grande expressividade (Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2008), com esta atividade consolidou-se também a competitividade das áreas rurais respondendo às solicitações da população citadina, invertendo-se assim a tendência do turismo de praia e sol.

Em Portugal e em termos legais, o TER só foi regulamentado através do Decreto-Lei nº 256/86, estabelecendo-se as primeiras normas do seu desenvolvimento. Onze anos depois surgiu o Decreto-Lei nº 169/97, que com o Decreto Regulamentar nº37/97, aprovou o regime jurídico e regulamentou o TER. Já no início do século XXI, foram alterados os regimes de instalação de estabelecimentos de TER, bem como os requisitos mínimos sobre o funcionamento de empreendimentos em áreas rurais, surgindo vários Decretos-Lei e Portarias sobre este tipo específico de turismo.

O TER expandiu-se significativamente na Europa com a criação do programa LEADER I, em 1991, já que agregou grande parte dos fundos inscritos neste programa financeiro, proporcionando em Portugal aumentos de cerca de 30% entre 1990 e 1991 (Albergaria, 2000). Tal dinâmica prosseguiu entre 1994-1999, com a operacionalização do LEADER II e, entre 2000-2006, com o programa LEADER+. Assim se perspetiva o desenvolvimento sustentável das áreas rurais (Albergaria, 2000), estratégia ainda consolidada a partir dos anos 90, com outros apoios comunitários, como os decorrentes da Medida Agris, extremamente associada à dinamização do TER e do Turismo de Natureza (TN). Em suma, o TER avoluma-se nos países desenvolvidos, servindo uma população com mais tempo livre e recursos económicos para o recreio e lazer, mas também associado a uma nova ordem ambiental e à sustentabilidade (Luís, 2001/2002, p. 63 e 64). Não obstante, é sazonal, já que é mais significativo no Verão (entre Maio e Outubro). Em relação à dimensão, a maioria das casas TER são pequenas, possuindo até doze quartos e muitos destes estabelecimentos são empresas familiares.

Com o aumento do fluxo de turistas de TER, foram surgindo adaptações e novas tipologias, interligadas com as alterações legais. Uma dessas tipologias é o “Turismo de Habitação”, que foi regulamentado ainda antes do TER (decreto-lei nº 251/84). Esta variante é implementada em habitações de elevado teor histórico-cultural, com frequência solares ou casas apalaçadas, correspondendo a uma forma de preservar estas habitações.

O Agroturismo, outra tipologia de TER, regulamentado através do decreto-lei nº 256/86, consiste num contacto mais direto com a natureza e com a vida rural, já que os turistas participam em atividades marcadamente rurais como as vindimas, as desfolhadas, as malhadas, entre outras, consideradas entretenimento para os turistas, mas que são um modo de mantermos vivas as tradições.

As restantes tipologias de TER surgiram após as anteriores, como o “Turismo de Aldeia”, inserindo-se em aldeias típicas, como é caso das “Aldeias de Portugal”, que para deterem este estatuto, têm que agregar pelo menos cinco casas típicas. Nestas, os turistas contactam com o modo de vida rural e as tradições de cada aldeia, bem como com o património natural (Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2008, p. 12 a 26) (fauna e flora), o edificado, a gastronomia, ou mesmo com as feiras e romarias típicas de cada aldeia. Desde 2008 foram publicadas vários diplomas com legislação sobre o TER, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto que estabelece o conceito de Alojamento Local, impedindo que modo estabelecimentos que não preenchem todos os requisitos legais exigidos, podem prestar serviços de alojamento temporário.

As “Casas de Campo”, outra variante do TER, são espaços de tranquilidade e lazer, que podem servir para umas férias ou para um fim-de-semana, de um indivíduo ou de toda a família. Os “Hotéis Rurais”, muitas vezes denominados como “Rural Chic” ou “Hotel de Charme”, são de pequenas dimensões, exaltando a história e as especificidades locais ou os produtos autóctones, como a cortiça dos montados alentejanos ou as vinhas do Douro. Com frequência, estes hotéis são negócios familiares, mas também surgem projetos individuais.

Os “Parques de Campismo Rurais”, por seu lado, marcam a maior proximidade possível com a natureza. Instalados em diferentes localizações e com propósitos distintos, perto do mar, rios ou lagoas, próximos de pequenas florestas ou no fundo dos vales, correspondem a um modelo *low-cost* de TER, com maiores vantagens para os amantes da natureza.

Estas modalidades de TER encontram-se associadas a diversas atividades que se desenvolvem nas áreas adjacentes às infraestruturas de modo a induzir os turistas a permanências mais longas (Luís, 2001/2002).

1.4 - Tradição e Inovação em Áreas Rurais

Um outro modo de potenciar o desenvolvimento em espaços rurais é através da inovação, ou então, conjugando a tradição com a inovação.

Sendo os portugueses um povo muito ligado às tradições, aos “costumes, formas de trabalhar, cantar e rezar, que perduram por séculos de vida” (Ferreira, 2005, p.132), há que as preservar, quer as de índole material, quer as imateriais, pois correspondem a “um fator dinâmico de transmissão, manutenção e transformação da herança recebida, cuja importância, advém do facto de nos vir de um passado imemorial, que herdamos e que é autêntico e diferente” (Cunha, 2012, p. 1349). Deste modo, as tradições não representam apenas o passado, mas também a ideia de continuidade. Por outro lado, associada à tradição, encontramos muitas vezes a inovação, e a conjugação destas duas vertentes pode beneficiar as áreas rurais, atraindo turistas, residentes e projetos, ou mesmo o empreendedorismo, sobretudo quando existe receptividade por parte dos mercados.

Sendo as áreas rurais cada vez mais apelativas, dada a inexistência de congestionamento de trânsito e do ritmo frenético das áreas urbana, nos dias de hoje as TIC detêm um papel importante de promoção destas áreas, fundamentando o teletrabalho e outras atividades efetuadas pela internet, o que atrai população jovem, com formação, a residirem nas áreas rurais. Assim surgem estruturas familiares e tradicionais, para além de empresas mais inovadoras que aqui se sediam e se desenvolvem.

A inovação pode surgir através de “técnicas, ideias e conhecimento”, mas para haver criatividade, tem que existir a chamada “regra dos quatro I’s, ou seja, a informação, a identificação, a investigação e a inovação” (Cunha, 2012, p. 1348). Efetivamente, para existir inovação é necessário que vários elementos se conjuguem:

1. “Investigação na identificação, no desenho e na monitorização dos projetos multifuncionais inovadores;
2. *Stakeholders* para os projetos mais inovadores, com a participação dos Grupos de Apoio local (GAL) apostados num Plano de Ação Local (PAL), de forma a aumentar as possibilidades de sucesso;
3. Reforçar as temáticas de cooperação transacional, uma vez que é uma forma de dispor de boas práticas e de obter novas experiências, executando assim, uma espécie de *benchmarking* agro-rural;
4. Criar ligações com as universidades e as escolas superiores agrárias de modo a promover a inovação na agricultura e nas áreas rurais e até uma nova forma de governança;

5. Criar um “nível federativo regional das associações de desenvolvimento” (Covas, 2006, p. 117 e 118).

Em suma, podemos dizer que após uma primeira análise exploratória das necessidades da área em questão, há que motivar os agentes socioeconómicos através, por exemplo, de um PAL inovador. Para garantir que todo este processo é viável, há que monitoriza-lo e adicionar outros elementos, preferencialmente simbólicos, de modo a atrair mais investimento por parte das empresas (Covas, 2006).

Por último, refira-se que estamos numa nova fase de pensamento, já que, se pretendemos inovar, devemos ter em conta também a “agrobiologia, a engenharia biotecnológica, a conservação agro-alimentar e a biodiversidade, a segurança agroalimentar, o bem-estar animal, a engenharia biofísica, a arquitetura paisagística, a recuperação do património arquitetónico rural, a inclusão social” (Covas, 2006, p.119).

Um caso recente de inovação no âmbito do desenvolvimento rural é o “Projeto Da_Vide”, coordenado pelo jovem engenheiro Pedro Teixeira, um apaixonado pelas paisagens e gentes do Douro, mas sem grande conhecimento vitivinícola. Quando se transferiu para a Região Demarcada do Douro (RDD), apercebeu-se que, durante o período das podas das vides, eram geradas milhares de toneladas de resíduos, vides que se aglomeram no solo, sendo depois queimadas ou trituradas, o que aumenta as despesas para os produtores num quadro pouco eficaz, tanto a nível da sustentabilidade como na otimização de recursos. Para inverter esta situação surgiu o projeto Da_Vide.⁴ O conceito central do *Projecto Da_Vide* é o “Modelo de Produção Agrícola em Ciclo Aberto de Carbono” (Pina e Teixeira, 2014, p. 10), o que requer soluções tecnológicas de modo a que estes sejam transformados, aproveitados como sucede com a produção de artesanato, “canetas de vide”, biodegradáveis que substituem o plástico. Uma segunda aplicação conduz à produção de “madeira de fibras de vide, já que existindo nas vides quatro tipos distintos de tecidos com grande eficiência energética”, é possível o enfraquecimento de uma componente, a lignina, separando-a das fibras; se as fibras forem posteriormente impregnadas com a lignina enfraquecida e consolidada, criam-se as condições para a produção de um material semelhante à madeira natural” (Pina e Teixeira, 2014, p. 11), representando, mais uma vez, um modelo ecológico e sustentável.

Os resíduos das podas das videiras podem também proporcionar a “produção de papel e cartão, 100% ecológicos, “constituídos exclusivamente por fibras obtidas das videiras, sem adição de produtos químicos nem recurso a processos onerosos, (...) assim se reduz a emissão de CO₂ e de CH₄” (Pina e Teixeira, 2014, p. 11).

⁴Relembremos que até 1960 e 1970, os resíduos resultantes da poda, eram utilizados para o aquecimento das habitações, contudo esse método foi destituído com a banalização do gás e da eletricidade.

Com as vides, anteriormente desperdiçadas, produz-se também energia elétrica, tendo por base a higroscopia e a existência de água na vide “o que induz à hidrólise lenta e a outros processos electrodinâmicos, essenciais para a produção de pilhas e baterias “*Combustível Sólido Inteligente (CSI)*”, de fácil ignição e registos próprios de acordo com biodegradáveis” (Pina e Teixeira, 2014, p. 11 e 12). Com este resíduo produz-se também a necessidade do processo, o que possibilita poupança de energia e o controlo de sistemas como os associados às Salamandras (Pina e Teixeira, 2014, p. 12). Por fim, com os mesmos resíduos, a partir de fibras extraídas de vides, é possível produzir ainda materiais com a consistência da “*cortiça*”, ou de produtos com comportamento físico idêntico ao plástico (mas sem os seus impactes ambientais). Assim se criam produtos com o “ciclo fechado na vinha”, ou seja, com o papel e cartão de fibra de vide são produzidos os rótulos e as embalagens em cartão, enquanto com a madeira de fibra de vide são feitas as embalagens e com a “*cortiça*” as rolhas. Com a *super-madeira* também se poderiam produzir as pipas, obtendo, assim, um ciclo associado ao Vinho do Porto, exclusivamente construído com os recursos das vinhas (uvas e vides).

Este projeto, para além de ser uma inovação, detém uma notória vertente formativa, muito ligada à educação ambiental, sobretudo à sustentabilidade, para além de rentabilidade económica e da valorização dos quadros sociais e ambientais locais.

1.5 - Casos de Sucesso

Como é notório, a inovação pode trazer vários benefícios para as áreas rurais, como se comprova através da apresentação de alguns casos de sucesso. Exporemos três exemplos específicos, um em Portugal, ligado à implementação de um ecomuseu, outro em Espanha associado ao turismo cultural e terceiro em França, indissociável da qualidade de vida e do teletrabalho.

a) Paredes do Rio, Montalegre

A aldeia de Paredes do Rio, situada no concelho de Montalegre, é atualmente um núcleo dinâmico, muito devido à implementação do “Ecomuseu”. Como tantas outras aldeias no interior do nosso país, Paredes do Rio estava a perder população e dinamismo, sobejando apenas a mais idosa e caindo as tradições em desuso. Era necessário travar este processo. Para tal, Paredes do Rio valorizou o que tinha de melhor, começando pelas suas paisagens. Implantada no sopé da Serra de Mourela e sob a coordenação da Associação Social e Cultural Local, recriou festas de convívio tradicionais como a malhada, o

magusto, o cantar dos reis ou a matança do porco, atividades que começaram a atrair visitantes à aldeia.

Mas, inquestionavelmente, foi a construção do Ecomuseu Barroso no centro de Montalegre, que impulsionou este espaço rural. Infraestrutura que acolhe documentação, investigação e interpretação de valores quer naturais, quer culturais da região barrosã, o museu é um elemento estratégico de “desenvolvimento integrado e sustentável do território Barrosão” (Cunha, 2012, p. 1351). Situado na envolvente do castelo de Montalegre, a visita ao Ecomuseu promove a deslocação às aldeias do concelho, complementando o percurso com a visita a moinhos, canastros, fontes e outro património edificado do concelho (Cunha, 2012).

Dadas as fragilidades existentes nas áreas rurais, na atualidade, as correntes de desenvolvimento rural estão muito ligadas à sustentabilidade e a processos de inovação, contudo, ainda falta incrementar todo um processo evolutivo das áreas rurais em Portugal, tema que vamos abordar no próximo subcapítulo.

b) Albarracín, Espanha⁵

Albarracín, município espanhol localizado na província de Aragon ou Aragão, situa-se a 1171 metros de altitude e insere-se numa área com elevado interesse em termos de património natural, num meandro do rio de Guadalquivir. É uma área serrana, habitada desde a pré-história, onde podemos encontrar vestígios de arte rupestre levantina e das ocupações dos romanos e muçulmanos. Detém um núcleo muralhado, muito rico em património construído e paisagístico, interligado por ruas estreitas e sinuosas. É uma área pitoresca considerada por muitos como um dos mais belos lugares de toda a Espanha.

Assim como muitas regiões do interior espanhol, no último século Albarracín foi perdendo população, fenómeno que se tornou mais evidente nos últimos quarenta anos, acelerando-se no município o despovoamento, o abandono e a degradação. Para reforçar o problema, Albarracín era uma área com um débil aproveitamento agrícola, com más acessibilidades internas e de ligação, nomeadamente a Madrid, aspetos que estavam a arruinar este território.

⁵<http://www.escapadarural.com/que-hacer/albarracin>
<http://fundacionsantamariadealbarracin.com/>
<http://www.unizar.es/centros/eueeh/master/LACAMBRA.pdf>

Entretanto, na sequência de alterações legais as áreas rurais começaram a ser abordadas como áreas de elevado potencial, criando-se instrumentos políticos que, associados a meios financeiros, as recuperam. Havia que revitalizar Albarracín de uma forma sustentável e distinta das ofertas já existentes e, para tal, apostou-se num cenário multifuncional que potenciase o repovoamento deste território. Neste enquadramento, valorizou-se o património natural e paisagístico da região, de importância extrema, dinamizando Albarracín. Para tal, numa primeira fase foi privilegiado o ambiente e postas em prática algumas medidas de ordenamento territorial, enquanto na segunda, a aposta foi na sustentabilidade.

Mas a chave da recuperação de Albarracín baseou-se no turismo, especialmente o turismo cultural. Neste contexto, nos últimos vinte anos foram aplicados fundos comunitários em Albarracín como o “Escuelas Taller” e a Fundação Santa Maria de Albarracín, medidas pioneiras que se desenvolveram entre 1988 e 1996 e fomentaram a criação de emprego jovem e a fixação de população. A conceção da “Associação para o Desenvolvimento Integral da Serra de Albarracín” (ASIADER), auxiliou na gestão dos fundos comunitários procedentes do LEADER II e de LEADER + e colaborou na divulgação e elaboração de produtos locais, o que desenvolveu o município (Gambau, p. 6 e 7).

Atualmente Albarracín possui o “Museu de Albarracín” e o “Museu Diocesano”, o castelo, a Torre Branca, uma Catedral, atividades para escolas, espaços para reuniões e congressos, residências para férias ou para albergarem os que executam atividades culturais durante semanas ou meses, cursos e exposições. Em síntese, o turismo cultural foi o motor para o dinamismo e desenvolvimento do município. Pelo seu pioneirismo e sucesso, Albarracín recebeu a medalha de mérito turístico e, em 2014, a distinção Hispania Nostra.

c) Auvergne⁶

Auvergne é uma região administrativa francesa, localizada a Sul de Paris, em pleno maciço central. Território protegido, muito devido à existência de vulcões, lagos e bosques, não obstante a sua localização periférica em relação aos núcleos urbanos, tornou-se pouco atrativa ao longo do século XX.

⁶<http://pt.france.fr/pt-br/a-descobrir/em-auvergne-0>

A forte industrialização verificada em França, no final do século XIX e o impacto das duas Guerras Mundiais, fizeram com que Auvergne perdesse, aproximadamente, 80% da população residente, sendo, por isso, necessário travar o despovoamento. Com efeito, embora, entre 1954 e 1982, em França se registasse um significativo crescimento demográfico e económico, na região de Auvergne ele continuava abaixo da média nacional, nomeadamente em termos de natalidade, e saldo migratório. Com a modernização, subsequente à aplicação das políticas da CEE (Comunidade Económica Europeia), na região assistiu-se a um aumento do êxodo rural, razão pela qual em 2000 foi eleito um novo conselho regional. Este criou, em 2005, a “Agência Regional de Desenvolvimento do Território de Auvergne”, que congregou vários especialistas de diversos setores do conhecimento que tentaram dinamizar a área, de modo a atrair e fixar população. Em consequência deste processo, residem em Auvergne indivíduos de diversas proveniências, sendo que muitos trocaram um estilo de vida urbana por um rural.

Segundo Gerard Lombardi, são necessárias cinco etapas para atrair a população: a primeira é comunicar e atrair a população para residir numa determinada área; a segunda, a mesma área tem que oferecer um fator diferencial; a terceira, há que fomentar a vinda de população oferecendo benefícios, enaltecendo os pontos positivos da área; quarta é necessário a intervenção ativa dos municípios, de modo a obter uma dimensão significativa, e a quinta etapa e mais relevante, estas edilidades, têm de criar e manter condições para que as pessoas continuem a residir na área, fixando-se.

Auvergne conjugou todas as etapas acima descritas, aproveitando os recursos endógenos, destacando-se as paisagens naturais e a existência de vulcões. Por outro lado, enalteceu também a gastronomia, especialmente a vinculada à produção de queijos e, por fim, aproveitou a sua vertente histórica. Para a divulgação, foi criado um *site* que correspondia a uma “janela” para o Mundo, através do qual as pessoas exógenas percebessem o que poderiam encontrar e o que estava disponível na região. Para potenciar esta estratégia, foram atribuídas verbas mensais e disponibilizados dois a três fins-de-semana à população em geral, para que os eventuais novos residentes pudessem conhecer a área e a dinâmica local.

Existe igualmente, uma grande aposta no ecoturismo, alicerçado em fundos da União Europeia, destinados sobretudo à produção de cerveja artesanal e à pesca. Auvergne valorizou o seu fator diferenciador, pois, ao contrário da agitação vivida em Paris, é uma área calma mas bem infraestruturada.

Apesar dos esforços, o repovoamento desta área é um processo lento. A mais recente campanha de Auvergne assenta na ruralidade moderna, na ideia de viver numa área rural com acesso a um salário, à casa, a um escritório ou a laboratório e à possibilidade de formação para a criação do próprio emprego, ou de teletrabalho. Assim, em Auvergne, desde 2008, nasceram 36 negócios digitais que trouxeram 94 novos residentes.

Para que exista evolução, inovação e dinamismo nas áreas rurais, há sobretudo que investir nas mesmas de forma racional e programada. É necessário que as políticas e os fundos comunitários sejam aplicados nestes espaços, como se verificará no próximo subcapítulo, nomeadamente em Portugal.

Para percebermos melhor a evolução das áreas é necessário porém recuarmos no tempo, sobretudo para compreendermos principalmente a influência dos diferentes quadros comunitários de apoio e da PAC nas áreas rurais e nos espaços agrícolas.

1.6 - Os Espaços Rurais em Portugal e os Quadros Comunitários de Apoio

Portugal foi, até 1850, um país caracterizado pela iletracia, o que contribuiu para o atraso técnico em relação aos restantes países da União Europeia, já que os proprietários agrícolas e os jornaleiros, à semelhança da maioria da população, não detinham qualquer tipo de qualificações escolares, sendo elevadíssimas as taxas de analfabetismo. Tal decorre das estratégias políticas seguidas nessa época, já que na segunda metade do século XIX, Portugal privilegiou o desenvolvimento das acessibilidades, nomeadamente os caminhos-de-ferro, mas também os telégrafos e os portos e só depois se apostou na formação da população, com o aparecimento de escolas industriais e até de bacharelatos. Mas o investimento na agricultura não era suficiente e, em 1871, autorizava-se a criação de “um lugar de agrónomo em cada um dos distritos administrativos”, investindo-se no ensino agrícola e veterinário de modo a tornar a agricultura mais eficiente (Marques, 2000, p. 67). Tal cenário perpetuou-se até ao golpe de Estado de 1926.

No plano organizativo, no setor agrícola, felizmente, registaram-se algumas melhorias. Por exemplo, no fim do século XIX, foram criadas várias associações de cooperação agrícola, que utilizavam maquinaria e adquiriram as sementes de forma coletiva. Contudo, tais iniciativas eram ocasionais e restritas em termos territoriais, fracassando com frequência. Será necessário avançar até meados do século XX para descobrir alterações mais pronunciadas.

Entre 1953 e 1974, Portugal era governado de acordo com os Planos de Fomento, o primeiro dos quais, começou a ser preparado em 1950 e vigorou entre 1954 e 1958, com suporte económico do Plano Marshall⁷. Este visava sobretudo a reconstrução da economia portuguesa, numa altura em que esta permanecia marcadamente agrícola, pouco dinâmico e com múltiplas deficiências. Não obstante, os setores mais abrangidos pelo 1º Plano de Fomento foram sobretudo “a florestação, o programa da rega e o povoamento”, embora as obras públicas sobressaíssem nos investimentos (Almeida, 1997, p.37). A florestação não captou muito investimento, uma vez que não houve “vontade política para alterar essa situação”, sob a do, os resultados não se apresentaram tão visíveis como seria de esperar, especialmente na influência de grandes proprietários agrícolas (Almeida, 1997, p.38).

O segundo Plano de Fomento, vigorou entre 1959 e 1964 e foi considerado uma continuação do primeiro, se bem que, ao mesmo tempo que descontinuava a política económica direcionada para as ex-colónias, pretendia-se a liberalização do sistema económico. Existiram, contudo, inúmeros entraves, especialmente políticos. Na verdade, no decorrer deste plano foram registados graves prejuízos humanos e materiais na sequência da guerra colonial, o que implicou adaptações do orçamento em função da guerra. Assim surgiu o Plano Intercalar de Fomento (Almeida, 1997, p.38).

No mesmo período, em 1960, Portugal aderiu à EFTA, o que possibilitou a entrada de capital estrangeiro e o fomento de indústrias como a siderurgia, a química, a construção naval e a eletromecânica, aumentando as oportunidades de emprego nas áreas urbanas, o que alimentou também a primeira vaga notória de êxodo rural (Magalhães, 2010, p. 18). Este Plano durou apenas dois anos, 1965 a 1967, mas constituiu um ponto de viragem na estratégia, dados os prejuízos provocados pela guerra colonial e pelo impacto do início da atividade turística significativa em Portugal.

O terceiro Plano de Fomento vigorou entre 1968 e 1974, época em que foi criado o Planeamento Regional, facto que alterou a estrutura do planeamento em Portugal. Entretanto, agrava-se a guerra colonial, enquanto aumentava o descontentamento da população portuguesa.

Neste período despontavam mudanças significativas na economia portuguesa, associadas a projetos de maior dimensão, como é o caso do “projeto de Sines”, com a

⁷Criado em 1947 pelos EUA, sobretudo numa tentativa de ajudar a Europa a reconstruir-se após a II Guerra Mundial

aposta na siderurgia, ou seja, amplia-se o investimento na indústria e em projetos de grandes dimensões (Almeida, 1997, p.38).

O quarto Plano de Fomento vigoraria entre 1974 e 1978, mas foi interrompido pela revolução de 25 de Abril de 1974 que restaurou a democracia em Portugal. Este tinha como objetivos fundamentais “a modernização das estruturas produtivas e a diversificação de atividades no interior do país”, para além da redução do congestionamento e da anarquia ligadas às duas áreas metropolitanas (AML e AMP) e o aumento dos equipamentos, de carácter básico, sobretudo no interior do país (Almeida, 1997, p.38), ou seja, o Plano estava muito direcionado para a mitigação das assimetrias regionais, se bem que obedecendo a diretrizes como a manutenção do emprego e a distribuição de rendimentos, enquanto se fomentava o crescimento económico.

Assim, em 50 anos, Portugal transitou de um país marcadamente rural para um país urbano, já que a população se deslocava para os núcleos urbanos do litoral, terciarizando-se. Neste contexto, o interior do país perdeu dinâmica e população jovem, observando-se uma forte degradação no setor agrícola. Não obstante, o que subsistia, embora lentamente, modernizava-se e tornava-se mais competitivo, focando mais nas solicitações do mercado. Todas estas transformações tiveram repercussões no território, o que se traduziu, por vezes, numa especialização em determinadas culturas. Assim, se no Entre Douro e Minho se apostou na bovinicultura e na produção de leite, em Trás-os-Montes, na “Terra Fria” predominavam os frutos secos e a oliveira; no Alto Douro a ascendência da vinha era inegável, se bem que compartilhada com a oliveira e a amendoeira; na Beira Litoral, por seu lado, predominava a agricultura intensiva e a pecuária, enquanto, na Beira Interior se venceu a especialização no olival; no leste ribatejano predominavam já as culturas hortícolas e vitivinícolas, já no Alentejo apostou-se na agricultura extensiva, com a produção de cereais e a pecuária; por fim, no Algarve predominavam as culturas hortícolas e frutícolas (Magalhães, 2010, p.16). Para tal foram essenciais os apoios financeiros inscritos nos quadros comunitários (tabela 2).

Para compreendermos melhor a incidência dos fundos comunitários, recordemos que Portugal integrou a CEE em 1986 e, entre 1989 e 1993, surgiu o primeiro Quadro Comunitário de Apoio, através do qual se geriram os Fundos Comunitários destinados a Portugal. Embora tardiamente, teve início a “implementação de políticas estatais intervencionistas” (Marques, 2000, p. 13), com maior foco no setor cooperativo, instituindo um setor agrícola especializado e empresarial em setores como o vinho e o leite.

O uso dos fundos comunitários contribuiu também para o aumento da agricultura pluriativa, nomeadamente no Noroeste de Portugal, tornando-se a agricultura a tempo parcial, para autoconsumo, cada vez mais significativa. Portugal era, no ano 2000, um país apoiado numa agricultura frágil, quando comparada com outros países da União Europeia. Entretanto, o litoral de Portugal, desde a mesma época, evidenciava-se mais dinâmico, com mais oportunidades de emprego, dada a proximidade da maioria dos serviços especializados, enquanto o interior do país se encontrava cada vez mais marcado pelo despovoamento, pela estagnação ou pelo retrocesso económico.

Atualmente, as assimetrias mais nítidas, são entre as áreas urbanas e as áreas rurais, uma vez que os núcleos urbanos do interior também representam dinamismo, enquanto as áreas rurais são pouco atrativas para a população.

Tabela 2- Quadros Comunitários de Apoio que vigoraram entre 1989 a 2020.

Quadro Comunitário	Em vigor entre	Objetivos	Eixos / Programas Operacionais	Valor total de investimentos
Quadro de Apoio Comunitário I (QCA I)	1989 a 1993	- Aumentar a formação profissional; - Investimento na indústria e serviços, especialmente direcionados aos transportes, agricultura e pescas.		3.441 milhões de contos dos quais 1.708 milhões de contos advieram de fundos comunitários
Quadro Comunitário de Apoio II (QCA II)	1994 a 1999	- Melhorar as acessibilidades; - Melhorar questões relacionadas ao abastecimento e tratamento de águas residuais e saneamento básico; - Tratamento de resíduos sólidos urbanos; - Recuperação de Zonas Ribeirinhas, frentes Atlânticas e dos Centros Históricos; - Dinamizar economias locais; - Apoiar movimentos associativos; - Redução das assimetrias regionais internas	EIXO 1 - Qualificar os Recursos Humanos e o Emprego EIXO 2 - Reforçar os Factores de Competitividade da Economia EIXO 3 - Promover a Qualidade de Vida e a Coesão Social EIXO 4 - Fortalecer a Base Económica Regional	5.641,6 milhões de contos, dos quais 3 115,3 milhões de contos advieram de fundos comunitários
Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III)	2000 a 2006	- Fomentar o papel de Portugal como fronteira Atlântica; - Aumentar a competitividade e o uso de novas tecnologias; - Privilegiar a conservação da natureza e da biodiversidade; - Valorizar a solidariedade e a coesão;	EIXO 1 - Elevar o nível de qualificação dos portugueses promover o emprego e a coesão social EIXO 2 - Alterar o perfil produtivo para atividades do futuro EIXO 3 - Afirmar a posição geoeconómica do país EIXO 4 - Promover o desenvolvimento sustentável das regiões	20.528 milhões de Euros
Quadro de Referência Estratégica	2007-2013	- Convergência - Competitividade Regional e Emprego	- Programas Operacionais Regionais do Continente	21,5 mil milhões de Euros

Nacional (QREN)		- Cooperação Territorial Europeia	Programas Operacionais das Regiões Autónomas Programas Operacionais de Cooperação Territorial Programas operacionais de Assistência Técnica	
Portugal 2020	2014-2020	- Crescimento sustentável - Crescimento inclusivo - Crescimento inteligente	- Programas Operacionais Temáticos no Continente - Programas operacionais Regionais no Continente - Programas Operacionais Regionais nas Regiões Autónomas - Programas de Desenvolvimento Rural - Programa Operacional de Assistência Técnica - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia - Programa para o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas em Portugal - Iniciativa Portugal Inovação Social	27,8 mil milhões de Euros

Fonte: adaptado de Almeida, 1996 e 1997; Neves, 1994; MAOTDR, 2007; Silva, 1994

Para melhor entendermos os fundos estruturais, há que salientar que no ano de 1988 e em 1993 a União Europeia tentou combater as problemáticas que incidem no mundo rural, através de políticas de desenvolvimento não setorializadas, repartindo as responsabilidades e incrementando a cooperação entre os agentes locais (Direção Geral de Desenvolvimento Rural, 1997, p. 20).

O Programa de Desenvolvimento Rural 2020, por seu lado, vigora entre 2014-2020 e promove um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Este programa é definido por três objetivos estratégicos: “crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura, promoção de uma gestão eficiente e proteção de recursos e por fim, criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural” (PDR, 2014, p. 14).

O PDR 2020 apresenta um diagnóstico sobre a situação atual das áreas rurais, das preocupantes assimetrias, da diminuição progressiva da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) e do constante despovoamento destas áreas. Para combater estes problemas é necessário atrair inovação e investimento às áreas rurais, de modo a torná-las mais competitivas, perspetivando sempre a sustentabilidade e salvaguarda dos recursos.

Em modo conclusivo, é necessário apostar no desenvolvimento local, uma vez que atrair investimentos significa a revitalização demográfica e económica, nomeadamente dos serviços nos espaços rurais.

Apesar de uma parte significativa da população considerar as áreas rurais repulsivas, a verdade é que o modo de vida nestes espaços se assemelha cada vez mais ao cidadão. No entanto, é nas áreas urbanas que encontramos uma população mais jovem e qualificada, os níveis mais elevados de terciarização e as taxas mais baixas de desemprego. Mas, para percebermos as dinâmicas portuguesa e europeia, é necessário entendermos em que setores os fundos são aplicados e se têm sido usados de modo a atenuar as assimetrias regionais.

A aplicação da PAC (Política Agrícola Comum) que no caso de Portugal começou a ser implementada em 1986, aquando da adesão à CEE, correspondeu a “um conjunto de normas e mecanismos que regulam a produção, as trocas e o processamento dos produtos agrícolas” (Magalhães, 2010, p. 35). Os principais objetivos da PAC eram o aumento da produtividade e o fomento de novas técnicas de produção, para além de assegurar a qualidade de vida da população agrícola, estabilizar o mercado e manter preços razoáveis para a população.

Aquando da imposição da PAC, os países do Norte e centro da Europa foram privilegiados face aos do Sul. Inicialmente, com o apoio de fundos comunitários, melhoraram-se as condições de trabalho e de produção agrícola, alterando-se a estrutura das explorações agrícolas e as culturas utilizadas, privilegiando-se culturas extensivas e industriais como o tomate, a beterraba, os cereais e a pecuária. Rapidamente surgiram excedentes e, com estes, as quotas. Posteriormente impulsionaram-se as culturas mediterrâneas, sobretudo devido à abertura dos mercados entre os países integrantes da União Europeia, mas a concorrência exterior fez com que os rendimentos agrícolas voltassem a diminuir, embora em Portugal, mais recentemente, culturas como a cerejeira e o castanheiro, tenham evoluído positivamente. A pecuária acabou por regredir, refletindo as novas normas alimentares, mais rigorosas e controladas (Magalhães, 2010, p. 18).

Tendo a PAC passado por sucessivas reformas ao longo do tempo, recuemos à primeira reforma, em 1992. Perante a existência de excedentes, havia que diminuir os preços dos produtos agrícolas de modo a tornar o mercado interno mais competitivo, enquanto se implementaram medidas de proteção aos agricultores, ao mercado e ao ambiente. O agricultor passa a intervir no desenvolvimento e ordenamento do território e na proteção do ambiente.

No início do século XXI, por seu turno, surge a Agenda 2000, uma reforma mais significativa. Tendo como objetivo fomentar a competitividade europeia em termos de produção agrícola, e implementar a multifuncionalidade, conceito anterior à Agenda 2000, mas adotado pela mesma. Persistiam, contudo, profundas assimetrias, continuando a valorizar os países do Norte e Centro⁵. Em 2003, houve uma nova reforma na PAC, muito por incumprimento da Agenda 2000, tendo como objetivo primordial o apoio às áreas rurais e ao setor agrícola, promovendo o desenvolvimento rural e a proteção da natureza (Magalhães, 2010, p. 36 a 39).

Atualmente os objetivos da PAC são os seguintes:

1. “Incrementar a produtividade agrícola, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional dos fatores de produção, designadamente da mão-de-obra;
2. Assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola;
3. Estabilizar os mercados;
4. Garantir a segurança dos abastecimentos;
5. Assegurar preços razoáveis e a proteção dos consumidores;
6. A promoção de um nível de emprego elevado;
7. A proteção do ambiente, a fim de promover um desenvolvimento sustentável;
8. Salvaguardar os requisitos em matéria de bem-estar dos animais;
9. A proteção da saúde pública;
10. A coesão económica, social e territorial”⁸

Atualmente, a situação económica portuguesa encontra-se numa fase de crescimento, mas muito assimétrica em regiões como Trás-os-Montes e Alto Douro,

Centro Interior e Minho e Lima, onde “a agricultura é pouco competitiva, mas com grande peso social. A maioria das oportunidades de emprego são na indústria e nos serviços, mas a população encontra-se envelhecida, pouco qualificada e onde a taxa de desemprego é elevada contudo persiste alguma população jovem e existe potencial de inovação” (Pinto Correia, 2006, p. 151). Por outro lado, no vale do Douro e no Douro litoral, a população é mais jovem e a agricultura mais competitiva, o que poderá mitigar o despovoamento, dada a existência também de oportunidades de emprego, como sucede na Área Metropolitana do Porto.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo e no Oeste algarvio deparámo-nos com uma elevada dispersão das atividades económicas representantes dos três setores, se bem que

⁸http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.2.1.html

com nítida ascendência do setor terciário. O sistema agrícola apresenta-se bastante competitivo, perante a interação com as cidades envolventes. Por fim, no Alentejo dominam as baixas densidades populacionais, apenas contrariadas pela concentração de pequenos núcleos urbanos. Apesar disto, o sistema agrícola mantém a sua importância, embora a taxa de desemprego seja muito elevada, cenário que tenderá a agravar-se na sequência da contínua recessão demográfica. Em termos físicos, urge reconhecer a aptidão dos solos, de modo a potenciar o setor agrícola (Pinto Correia, 2006, p. 64).

Em resumo, podemos dizer que se assiste, em Portugal, a uma transição do produtivismo para o pós-produtivismo, emergindo novas funções. Em algumas regiões as funções não-agrícolas já dominam, embora nas áreas sem grande aptidão agrícola se invista no em funções como o recreio, na preservação do património natural e arquitetónico e na conservação da natureza, entre outras funções. Todavia, é a grande diversidade territorial que sobressai, exigindo-se a aplicação das políticas mais corretas.

As funções produtivistas, em conjugação com as pós-produtivistas, podem traduzir-se também na multifuncionalidade, mas tendo sempre em consideração as especificidades endógenas. É o caso da região do Alentejo, antes associada à produção agrícola ou à pecuária, e que na atualidade conjuga as duas funções a que anexam ainda o turismo.

Noutras regiões observou-se uma intensificação produtiva, associada à vinha e ao regadio, o que poderá conduzir à sua especialização, associada ao turismo e a outras funções. Em síntese, podemos dizer que a multifuncionalidade do espaço rural, potencia a distinção entre os espaços, o que ajuda na candidatura e na gestão de fundos comunitários, definindo a melhor forma de os aplicar. Nos últimos 50 anos, em Portugal transitou-se para um país urbanizado e litoralizado. Estas transformações decorreram da diminuição do emprego no setor agrícola e do decréscimo do número de explorações, perdendo o interior a dinâmica populacional e económica (Marques, 2000, p.16).

Começam a surgir, porém, sinais de mudança, apesar das questões políticas não auxiliarem, já que o Homem tem tendência a pensar a curto prazo, quando a resolução dos problemas das áreas rurais varia entre o médio e o longo prazo. Acresce que, para tal, é necessário alterar mentalidades de modo a que a preservação destes espaços se discuta e se dinamize, se bem que tendo em atenção as especificidades regionais.

1.7 - Norte de Portugal

Há, porém, que desenvolver algumas características específicas das áreas rurais e da agricultura do norte de Portugal, uma vez que é onde se situa o caso de estudo.

As áreas rurais no Norte de Portugal são caracterizadas pela sua “diversidade física, climática e socioeconómica” (Magalhães, 2010, p. 19), embora sobressaiam as enormes discrepâncias entre o litoral urbanizado e o interior despovoado. Não obstante, é de salientar que, em 2009, 87,4% do território do Norte de Portugal era rural (Magalhães, 2010).

Para facilitar a análise destas áreas rurais, as mesmas foram divididas em quatro tipologias distintas: a primeira denominada como “produção intensiva ou mosaico agrícola-florestal”, compreende o Norte Litoral, a bacia do rio Tâmega e a área Barroso/Padrela; a segunda designada “sistemas de montanha, domínio florestal e silvo-pastorícia”, integra territórios de montanha onde predominam os sistemas tradicionais de cultivo e algumas das áreas florestais mais relevantes, para além de grande parte das áreas classificadas e protegidas; a terceira categoria agrega “produção extensiva, uso multifuncional e sistemas agro-silvo-pastoris”, abrangendo os setores vitivinícola, olivícola, o frutícola e a agropecuária, para além da fileira florestal, incidindo sobretudo na sub-região de Trás-os-Montes e Alto Douro; o quarto e último domínio, denominado como “Douro vinhateiro, domínio de especialização produtiva vitivinícola”, abrange a Região Demarcada do Douro e os seus vinhedos (PROT-Norte, 2009). De salientar que o concelho de Cinfães se integra nos “sistemas de montanha, domínio florestal e silvo-pastorícia”.

Área onde sobressai uma estrutura fundiária muito deficitária, dominando as pequenas explorações de estrutura familiar, não obstante, modernizou-se, se bem que mais lentamente do que o restante espaço europeu. Se reunirmos a este quadro uma elevada percentagem de solos sem aptidão agrícola, potenciando o atraso económico e a agricultura de subsistência característica da região.

Como ultrapassar estes problemas no noroeste de Portugal as tradicionais associações cooperativas do setor agrícola permaneceram pouco dinâmicas, já que o principal objetivo era a sua subsistência tendo algumas raízes no Estado Novo, após as sucessivas mudanças, nomeadamente da crescente urbanização, surgiram dois modelos diferentes, persistindo contudo o domínio dos sistemas agrícolas familiares tendo em visto o autoconsumo (Magalhães, 2010, p. 15). Como revitalizar este setor, já que nas áreas rurais o que falta, verdadeiramente, é “autoridade, competência e permanência” (Covas, 2006)? Não é suficiente a existência de projetos, exigindo-se uma abordagem integrada de modo a que todos beneficiem. Em Cinfães, a agricultura é de subsistência e operada em propriedades de pequena dimensão, razão pela qual no setor agrícola e na

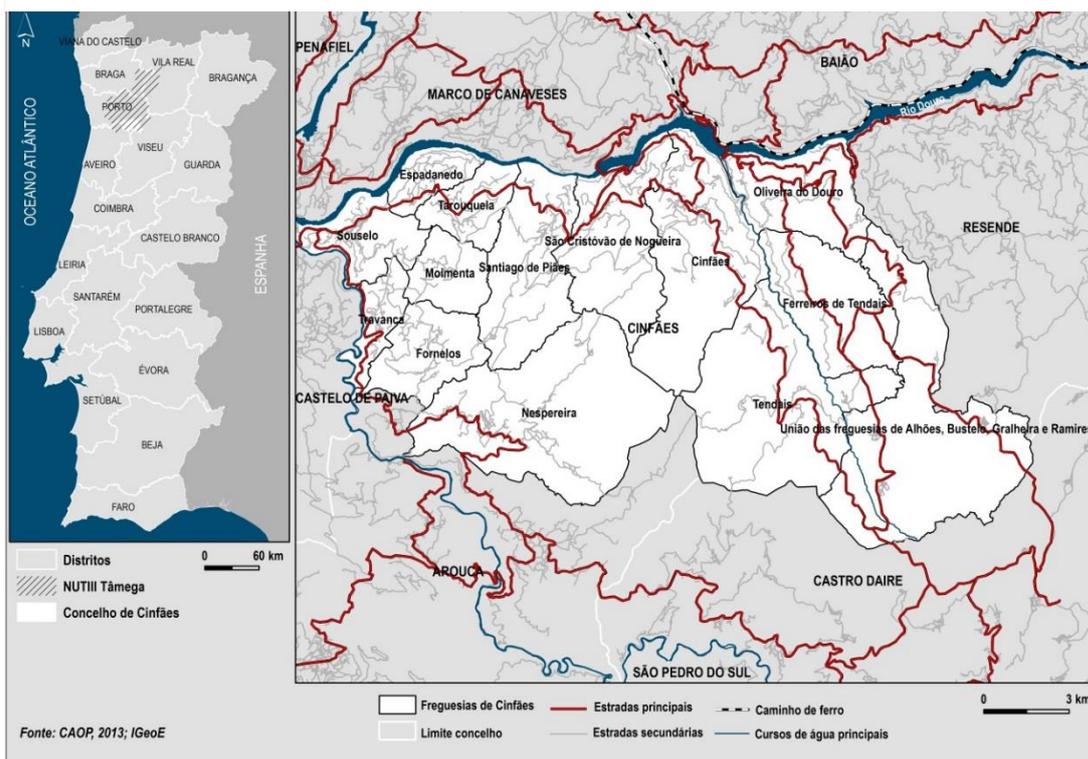
pecuária têm-se registado decréscimos significativos, especialmente registados nos últimos 20 anos.

Capítulo 2 - Caracterização do concelho de Cinfães

“Meiguice pelas funduras atascadas de verdor; arrebatamento pelas cumeeiras de magos horizontes. Terna a cobertura da zona ribeirinha. Árvores frutíferas, em copiosa variedade, abertas, ora no beijo das flores, ora no sorriso dos frutos. Desabrida, já por altitudes superiores, onde o resfolegar do vento põe, aos tremoções, macieiras ou castanheiros. Povoamento disperso, a toda a largura, pelas partes baixas; em aglomerados, pelos pontos que se aninham na serra” (Monterey, 1985, p. 11)

2.1 – Localização e enquadramento físico

Figura 2 - Localização e quadro administrativo de Cinfães.



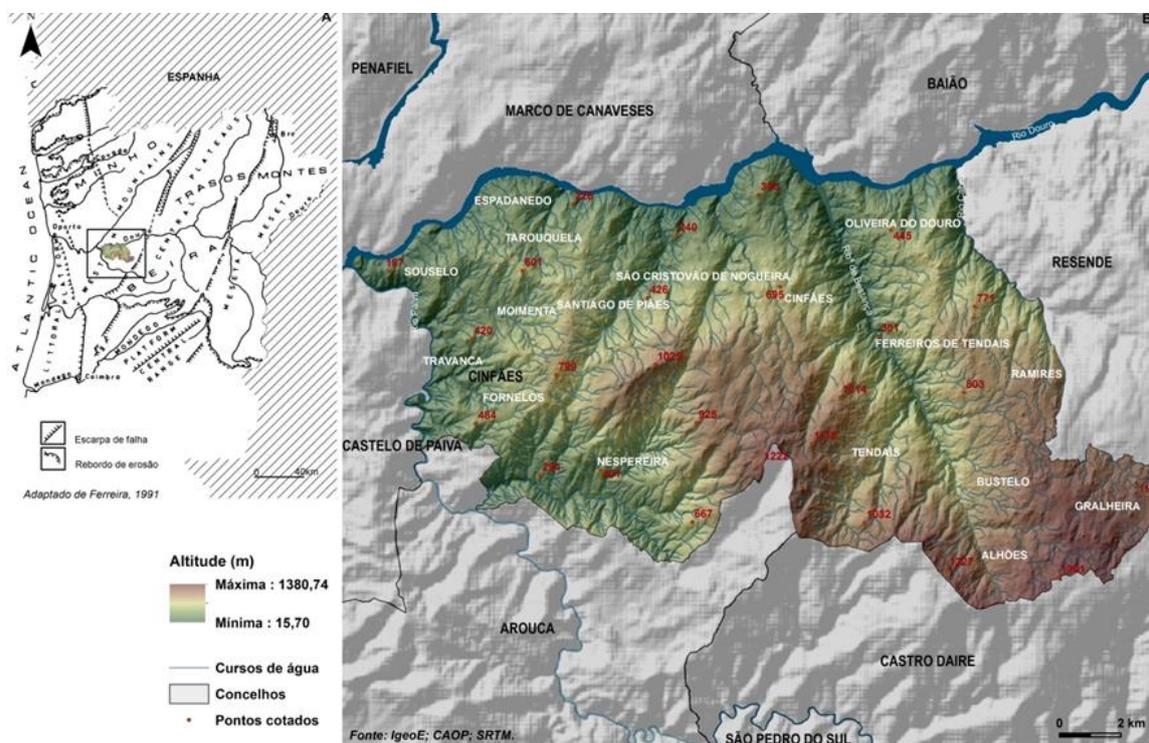
Cinfães é um concelho rural do norte de Portugal, integrado no distrito de Viseu e na NUT III Tâmega (Figura 2). Situado a sul do Rio Douro, dista cerca de 75 km da cidade do Porto e, à data dos censos de 2011, registava uma população residente de 20.427 habitantes. Na sequência da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica (Lei nº

11-A/2013, de 28 de Janeiro), o município passou a ser constituído por catorze freguesias⁹ que, no total, ocupam uma área de 293km². Os concelhos que o enquadram são Baião e Marco de Canaveses a norte, Resende a leste, Castro Daire a sul, Arouca a sudoeste e por fim, Castelo de Paiva a oeste.

Do ponto de vista geomorfológico, Cinfães apresenta um relevo acidentado com extensas vertentes de forte declive e vales de configuração retilínea e muito encaixados, denunciando o seu condicionamento tectónico (Figura 3). O concelho é limitado pelo Rio Cabrum a nascente, pelo rio Douro a norte e pelo rio Paiva a poente, mas é o vale do Bestança que possui mais destaque no concelho, este atravessa todo o município segundo uma orientação NNW-SSE, envolvendo-se por paisagens inolvidáveis muito recortadas: “Torrentes e outros fenómenos abriram, ao longo de milénios, vales profundos e deixaram a descoberto cabeços e píncaros descarnados, ao mesmo tempo que condicionaram o sistema de lavoura desde o tempo dos romanos...” (Monterey, 1985, p. 123).

Neste contexto, salientam-se duas unidades morfológicas que integram o compartimento das Montanhas Ocidentais, considerando a tipologia de Ferreira (1991): o vale do Douro e a serra de Montemuro.

Figura 3- Compartimentos geológicos do Norte de Portugal (A) e hipsometria de Cinfães (B).

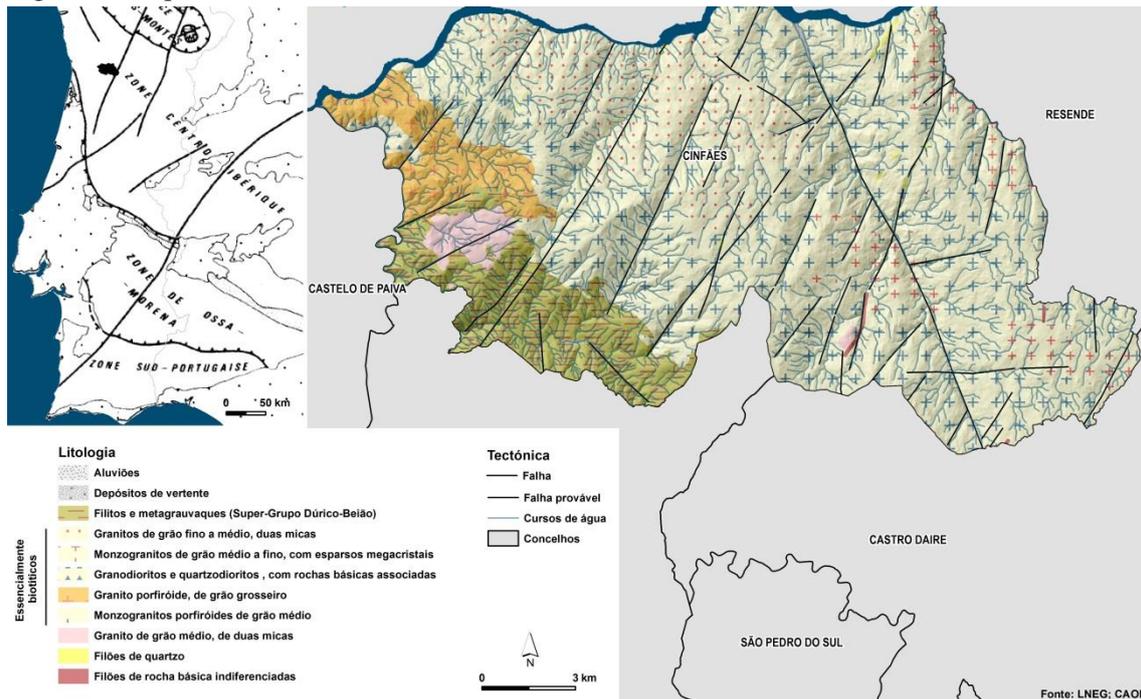


⁹ União de Freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires; Cinfães, Espadanedo, Ferreiros de Tendais, Fornelos, Moimenta, Nespereira, Oliveira do Douro, Santiago de Piães, São Cristóvão de Nogueira, Souselo, Tarouquela, Tendais e Travanca.

O primeiro assume-se como um elemento polarizador, constituindo a maior bacia hidrográfica da Península Ibérica (nasce em Espanha, mais concretamente na província de Sória) com uma extensão total aproximada de 850 km, até desaguar entre o Porto e Vila Nova de Gaia. Evidenciando uma direção marcadamente E-W, num amplo vale ladeado por vertentes abruptas, detém várias barragens das quais assume particular interesse para Cinfães a de Carrapatelo. Refira-se ainda o rio Cabrum, que separa os concelhos de Cinfães e Resende, tendo como afluentes as ribeiras da Gralheira, do Enforcado e o rio Mau. O rio Bestança por seu lado, divide as freguesias de Oliveira do Douro, Ferreiros de Tendais (margem direita) e Tendais (margem esquerda), detendo como principais afluentes as ribeiras de Alhões, Tendais e Ourique. Este vale de fratura, é considerado um ‘jardim’ arborizado com terrenos cultivados e vinhedos (Monterey, 1985, p. 125 a 131).

A segunda unidade corresponde à serra do Montemuro. Desenvolve-se no sentido E-W por aproximadamente 40 km e apresenta uma altitude máxima de 1381 metros no extremo SE do concelho, na fronteira com Castro Daire. O seu limite oriental coincide com o desligamento tardi-hercínico Verín-Régua-Penacova, que define a transição para os Planaltos Centrais de Trás-os-Montes e cujo rejogo é responsável pelo soerguimento “(...) de norte para sul, [d]a Serra do Montemuro, [d]o Maciço da Gralheira e [d]a Serra do Caramulo” (Ferreira, 2004, p.103).

Figura 4- Enquadramento estrutural de Cinfães.

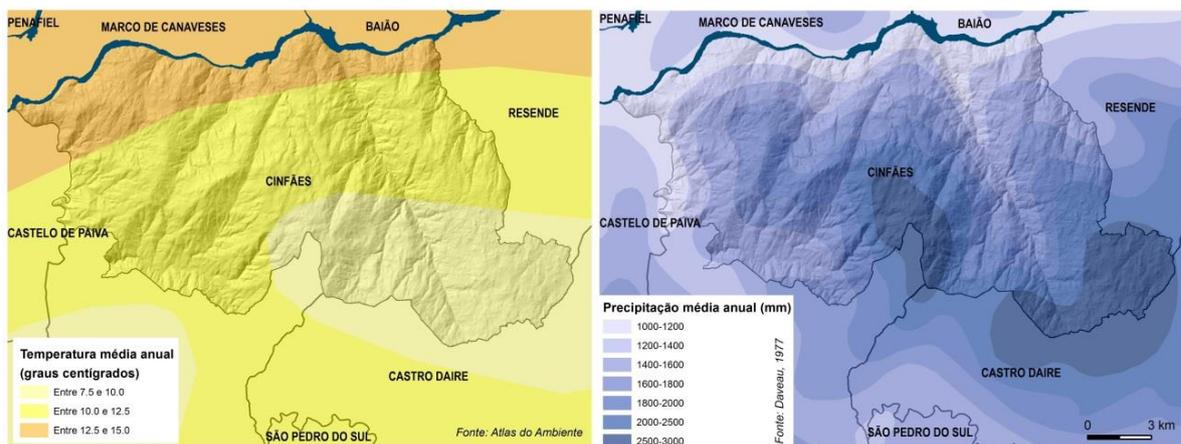


Aliás, toda a área em que se insere o município de Cinfães manifesta, do ponto de vista estrutural, uma forte ligação à orogenia Hercínica, integrando-se na Zona Centro Ibérica do Maciço Varisco. Com efeito, este maciço, que ocupa cerca de 70% do território de Portugal continental, é constituído por um vasto conjunto de rochas sedimentares, ígneas e metamórficas ante-mesozóicas, consolidadas sobretudo aquando dos movimentos hercínicos, responsáveis pelas suas orientações de conjunto e pela promoção de extensos fenómenos de granitização (Figura 4).

Consequentemente, o concelho de Cinfães é sobretudo composto por rochas graníticas, na maioria calco-alcálicas (profiróides ou não e essencialmente biotíticas), apresentando um pequeno afloramento de granito alcalino de duas micas a sul de Fornelos (fig.3). Em torno deste pequeno batólito e estendendo-se para SE, desenvolve-se ainda uma estreita faixa de rochas metassedimentares, constituída por filitos e metagrauvaques do Super-Grupo Dúrico Beirão (Sousa *et al.* 1993).

A posição e morfologia do município reflete-se nas suas características climáticas, determinando contrastes térmicos e pluviométricos associados principalmente às diferenças de altitude e à exposição das vertentes (Figura 5). Os valores médios anuais de temperatura rondam 12,50°C, mas as áreas de serra registam-se muitas vezes temperaturas negativas, enquanto no vale do Douro as temperaturas são mais amenas no inverno e mais elevadas no verão. A precipitação média anual regista valores de cerca de 1200 mm nos vales dos rios Paiva e Douro e de 2500 mm na Serra do Montemuro, sendo nítido o seu progressivo aumento com a altitude. Vários temporais afetaram o concelho de Cinfães durante o século XX, sendo de realçar os de 11 e 15 de Fevereiro de 1941, quando se registaram enormes prejuízos. Em termos de rede hidrográfica, o concelho de

Figura 5- Variação da temperatura e precipitação média anual em Cinfães.

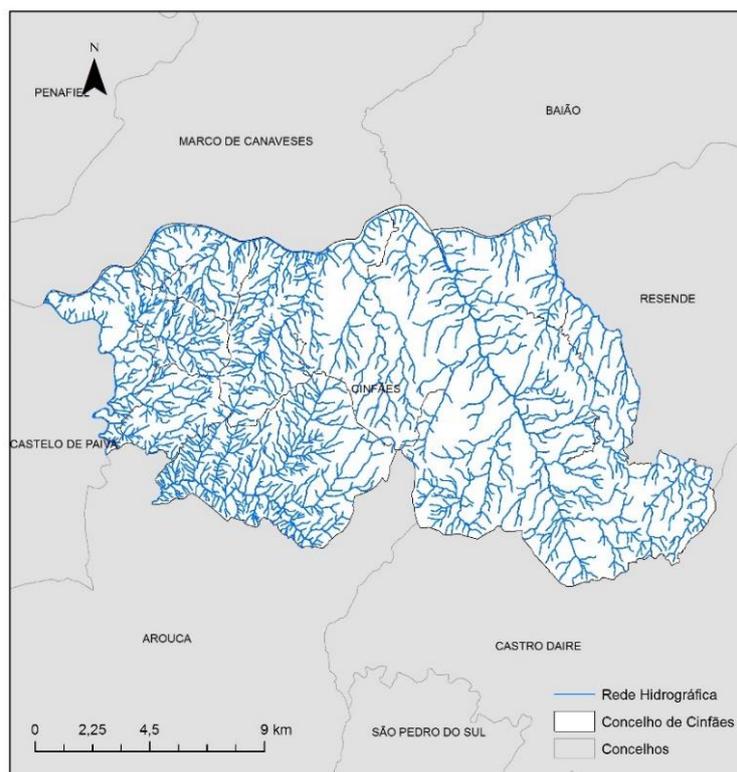


Cinfães detêm uma densidade significativa de rios e ribeiros. A Norte do concelho corre o rio Douro, detentor da maior bacia hidrográfica da Península e que deambula por um amplo vale ladeado por vertentes de forte declive.

O rio Douro detém várias barragens, das quais de destaca a barragem de Carrapatelo (1966), pois modificou muito a paisagem do concelho.

Dos afluentes já nos referimos ao Cabrum, que separa os concelhos de Cinfães e Resende, mas realçamos o rio Bestança dada a sua importância no concelho de Cinfães, com um vale considerado um “jardim arborizado”, com terrenos cultivados e vinhedos (Monterey, 1985, p. 127 a 131). Acrescem ainda várias ribeiras como é o caso do São Paio ou Sonoso, Joazim e Valbom. Por fim o rio Paiva, que separa os concelhos de Cinfães e Castelo de Paiva. De salientar ainda que os ribeiros de menor dimensão no concelho, são pouco encaixados e na sua maioria orientados a NE/SW. (Vasconcelos, 2000, p. 9 a 11) (Figura 6).

Figura 6 - Rede hidrográfica no concelho de Cinfães, em 2015.



Fonte: CAOP, 2015 e Instituto Hidrográfico, 2015

2.2 – Enquadramento socioeconómico e cultural

2.2.1 – Breve nota histórica

Para compreendermos as dinâmicas do concelho de Cinfães e contextualizarmos a sua evolução, é inevitável abordarmos um pouco da sua história.

Recuemos à pré-história, quando o atual concelho de Cinfães era coberto por floresta e mato, entrecortados por alguns povoados, especialmente nas proximidades do rio Douro, pois os rios eram as vias de comunicação.

Para se protegerem, os povos pré-celtas deslocaram-se das margens do Douro para áreas mais altas e interiores. Já nos séculos IX e VIII a. C., os Celtas e outros povos Indo-Europeus invadiram a Península Ibérica, alterando o mapa étnico, cultural e social de dois terços da mesma Península. Do cruzamento destes povos com os Iberos, surgiram na idade do Ferro (aproximadamente 2000 a. C.) os Lusitanos que permaneceram na área denominada Lusitânia. Devido aos roubos e à violência, os povos que se fixaram no território decidiram edificar construções, em áreas de elevada altitude e de difícil acesso, de modo a facilitar a defesa, construindo castros, protegidos com muralhas de pedras soltas (coroas) (Monterey, 1985, p. 20). Assim se alterou o povoamento.

No atual concelho de Cinfães existiam duas citânias, a de S. Fins, situada na freguesia de Santiago de Piães e a citânia de S. Paio, localizada em São Cristóvão de Nogueira. Existiam, previsivelmente, mais duas citânias, uma nas Portas de Montemuro, e outra no Monte das Coroas, na freguesia de Ferreiros de Tendais (Bravo, 2000). São referenciados também vários castros no atual concelho de Cinfães (Monterey, 1985, p. 22 a 26).

Avancemos para o século III a. C. quando se modificou radicalmente o modo de vida local, já que apareceram novos instrumentos de ferro que proporcionaram melhorias técnicas no setor agrícola e na caça. A agricultura também se desenvolveu, devido à introdução de novas técnicas, dada a existência de solos férteis, várias culturas, nomeadamente os castanheiros, que conquistaram uma enorme importância a uma altitude intermédia.

Com o passar do tempo, os Lusitanos desceram dos castros serranos para os vales, de modo a trabalhar os solos mais férteis, aproveitando a paz estabelecida entre os povos Ibéricos e a pouca interferência sentida no atual espaço concelhio decorrente da invasão Árabe (Monterey, 1985, p. 40 e 41).

Com a reconquista cristã que começou nas Astúrias, surgiu o primeiro reino cristão da Península Ibérica, Castela e Leão. No entanto, só no século VIII, D. Afonso I atravessou o Douro, devolvendo a liberdade aos cristãos do atual concelho de Cinfães, conquistando a villa de Sonosello (Souselo), onde foi construída uma igreja conventual. No período medieval, o atual território do concelho de Cinfães estava sob a alçada do

convento de Alpendurada (construído em 1054) (Monterey, 1985, p.43 a 48), passando posteriormente para Coimbra, não só administrativa como eclesiasticamente.

Há que destacar, porém, D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, já que este passou quase toda a sua juventude por terras cinfanenses, na Quinta de Cosconhe, com o seu aio D. Egas Moniz. Cosconhe, sede do julgado de Sanfins da Beira, correspondia a uma vila constituída por ruas estreitas e casas de granito, mas também por solares. No ano de 1128, o atual concelho de Cinfães se encontrava dividido entre os irmãos, D. Egas Moniz (julgado de Sanfins) e D. Mem Moniz (julgados de São Salvador, Ferreiros de Tendias e Tendais). No ano de 1134 foi construído o mosteiro de Tarouquela, atual igreja de Santa Maria Maior de Tarouquela, bem como a capela de Nossa Senhora da Natividade, em Escamarão, exemplares do estilo românico (Monterey, 1985, p. 55 a 72).

Repartia-se, então, o concelho por várias terras ou julgados, como era a terra de Ferreiros de Tendais que congregava as atuais freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires¹⁰, mas também Ferreiros e Oliveira do Douro, ou ainda Tendais, que compreendia aproximadamente a área da atual freguesia. Existia ainda a terra de São Salvador, que congregava as atuais freguesias de Cinfães e São Cristóvão de Nogueira, e a terra de São Finz, que compreendia várias freguesias do NW do concelho.

Na idade média, Cinfães já era sede das terras de São Salvador, onde existiam diversas vilas, como se confirmou através das inquirições de D. Diniz, em 1288. Com o início do século XII, perante o progressivo despovoamento das áreas concelhias, sobretudo dos espaços serranos, onde os terrenos eram menos férteis, apostou-se no seu repovoamento. O processo foi executado através de “Cartas de Foro”, base organizativa dos aglomerados populacionais¹¹. As inquirições de 1258, a mando de D. Afonso II, e as de 1288, por D. Dinis, ajudaram a perceber muitos factos sobre o concelho de Cinfães, como a identificação de Coutos¹², Honras¹³, Cartas de Foro, Reguengos¹⁴, ou ainda os limites de freguesias como a da Gralheira e a localização de povoações, ou o número de casais que residia em Alhões (11 casais)¹⁵. Por outro lado em Tendais, para além da igreja

¹⁰Atualmente existe uma junção das quatro freguesias em questão

¹¹Durante os séculos XII e XIII começaram a surgir os primeiros forais e conseqüentemente o que conhecemos das suas representações simbólicas, nomeadamente os pelourinhos, os selos e as bandeiras.

¹²Terra imune, ou seja, pertencente a nobres

¹³Semelhantes a coutos

¹⁴Reguengos eram propriedades reais que existiam um pouco por todo o concelho, nomeadamente, em Ferreiros de Tendais, Alhões e outras freguesias

¹⁵ Cartas de Foro de D. Mem Moniz

em honra de Santa Cristina, existiam outros templos, enquanto em São Cristóvão de Nogueira se refere um convento e inúmeras honras; junto ao rio, em Mourilhe, existiam pesqueiras, referidas na carta de foral, e um barco para efetuar a travessia do rio aos homens do rei. Por todo o concelho existiam terras honradas por mosteiros ou ordens religiosas, como por exemplo, Ruivais em Ferreiros de Tendais e Vila Chã da Ordem dos Templários.

Avancemos para o século XV, quando por toda a Europa o panorama da administração local era extremamente variado, mas em Portugal, os concelhos eram, na sua maioria, administrados de acordo com os forais do século XII e XIII. Estes representavam instrumentos fulcrais para a orientação de um município, já que declaravam o direito público local e regulamentavam as prestações fiscais entre os residentes e o senhor da Terra, apontavam os valores das multas por delitos, as garantias de liberdade dos indivíduos, as obrigações militares, para além dos encargos e regalias dos cavaleiros e a hierarquização da sociedade. Os forais definiam ainda os limites administrativos do concelho e auxiliavam no “fomento económico e social”.

Foi D. Manuel I que decretou a reforma dos forais, dados os antagonismos existentes entre a população e o poder do rei. Assim, o século XV foi marcado por forte instabilidade, mas também por mudanças diversas em consonância com o desenvolvimento da área em questão. Esta foi uma das mais complexas reformas administrativas no nosso país (Marques e Resende, 2013).

Cada vez mais limitados pelo poder real, no século XVIII, os forais começaram a ser questionados, até serem suprimidos pelo decreto de 13 de Agosto de 1832, de Mouzinho da Silveira, facto que marcou o advento do liberalismo (Marques e Resende, 2013). Neste contexto, em finais do século XIX, Cinfães era uma vila pouco povoada com escassas vias de comunicação; as condições de vida eram precárias e os edifícios eram marcados pela insalubridade e por obras inacabadas. Devido ao decréscimo da população, foram extintos os concelhos de Sanfins da Beira, Tendais e Ferreiros de Tendais, enquanto Cinfães se integrava na Comarca de Lamego entre 1830 e 1855. Já no século XX, apesar de não existirem acessos dignos aos concelhos limítrofes, e o quadro socioeconómico continuar muito precário, foi necessário aguardar pelo ano de 1929, para observar alterações na vila: a construção da estrada de ligação ao concelho de Castelo de Paiva e a eletrificação da vila. Já no ano de 1933, surge o telefone fixo, grande impulsionador económico, mas também jardins e entre 1934 e 1945, o empedramento do

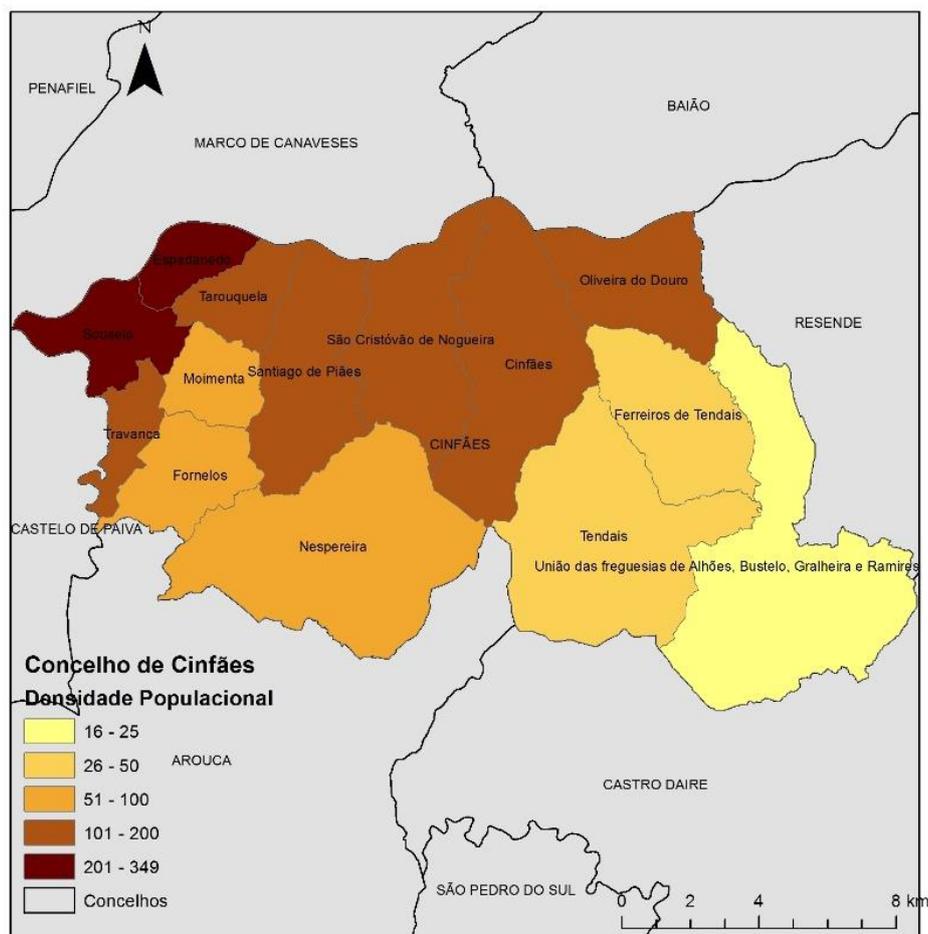
largo da feira do gado e do centro da vila. Posteriormente outras áreas foram empedradas (Monterey, 1985).

Assim em 1985, Cinfães era um concelho essencialmente agrícola, muito marcado pela produção de cereais, produtos hortícolas, fruta e criação de gado. Desde as médias altitudes até às áreas ribeirinhas encontrávamos múltiplos pomares, para além das oliveiras e nas margens do Douro milho e vinha. A maiores altitudes, sobressaíam os castanheiros.

A pesca era uma atividade recorrente no concelho de Cinfães, contudo, após a construção da barragem de Carrapateiro a esta atividade refuncionalizou-se privilegiando o lazer.

2.2.2 – Demografia

Figura 7- Densidade populacional (hab/km²), no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2011.

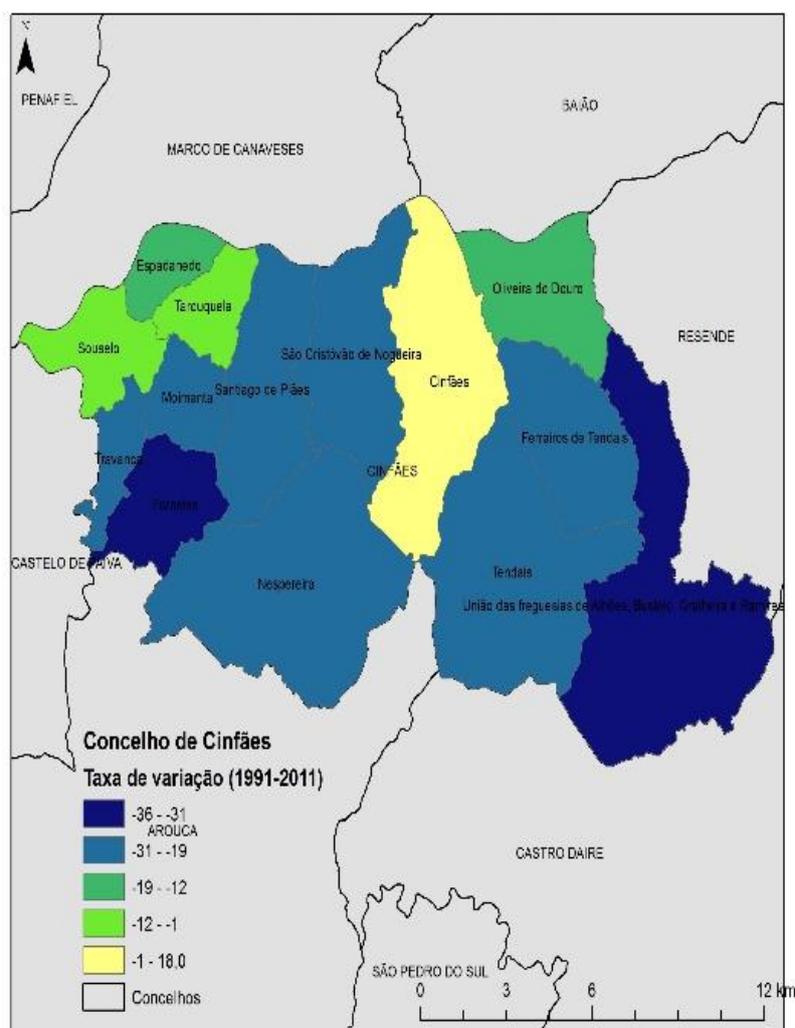


Fonte: CAOP, 2015 e INE, 2011

O povoamento em Cinfães é aglomerado, sobretudo no este do concelho, onde os núcleos são pequenos e rodeados por uma envolvente rural. Por outro lado, à medida que

“caminhamos” para o oeste do concelho, o povoamento torna-se mais disperso, aproveitando um relevo mais aplanado (Figura 7). Há, no entanto, que apresentar traços mais significativos da população local e a sua evolução. Assim, registe-se que desde meados do século XX que o concelho de Cinfães perde população consecutivamente, o que resultou num envelhecimento demográfico. Embora este declínio tenha as suas raízes nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX, tal acelerou-se sobretudo nas freguesias de morfologia serrana, proporcionando que entre 1991 e 2011, algumas freguesias perdessem $\frac{1}{3}$ da população, sendo a única exceção Cinfães, embora com um crescimento mínimo, que não ultrapassou os 18% (Figura 8).

Figura 8- Taxa de variação da população (hab/km²) no concelho de Cinfães, por freguesia, entre 1991 e 2011.



Fonte: CAOP, 2015 e INE, 2011

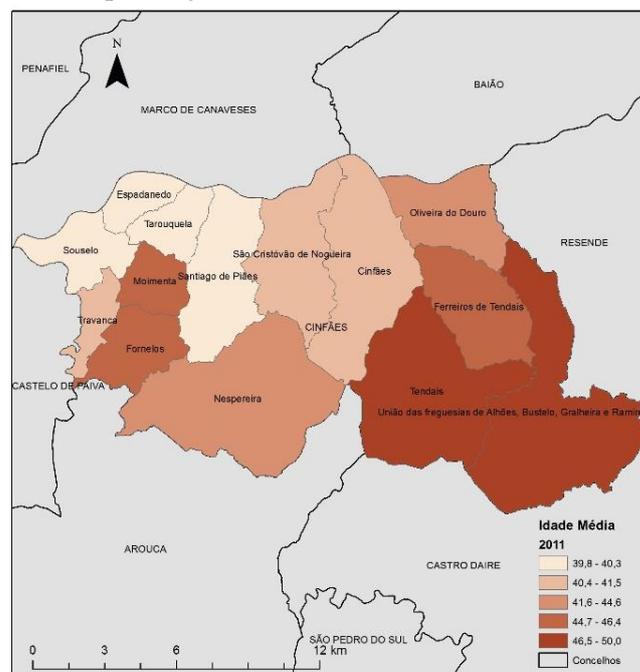
É o reflexo do êxodo rural, e à semelhança do que aconteceu na maioria das áreas rurais portuguesas, a população que partiu para as cidades era essencialmente jovem, o que contribuiu para o aumento da idade média da população remanescente.

Tabela 3- Número de indivíduos, por grupo etário, no concelho de Cinfães, em 2011

Freguesia	Número de indivíduos por grupo etário (HM)			
	0 - 14 anos	14 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
Cinfães	559	376	1809	651
Espadanedo	203	173	719	223
Ferreiros de Tendais	90	82	306	217
Fornelos	85	73	358	187
Moimenta	55	34	215	104
Nespereira	263	240	994	480
Oliveira do Douro	213	199	767	350
Santiago de Piães	265	248	967	317
São Cristóvão de Nogueira	305	232	1040	353
Souselo	514	373	1781	534
Tarouquela	193	159	682	208
Tendais	99	70	350	288
Travanca	122	109	455	143
UFABFR	56	67	31	171
Total	3022	2435	10744	4226

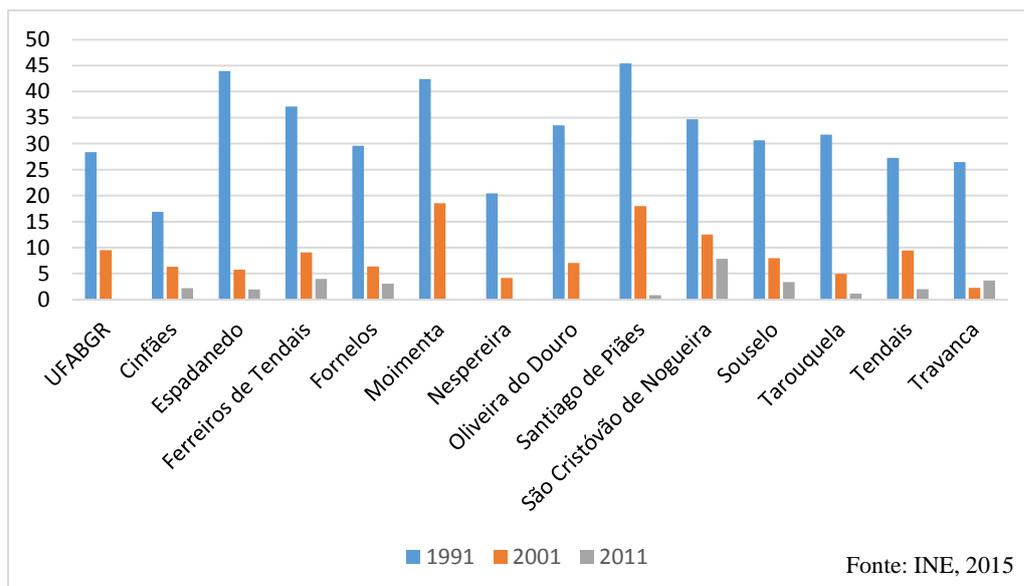
Fonte: INE, 2016

Figura 9- Idade média da população, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2011.



Fonte: CAOP, 2015 e INE, 2011

Figura 10- Taxa de abandono escolar, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE, 2015

2.2.3 – Atividades económicas

À semelhança de outras áreas em Portugal, que se ressentem do contínuo êxodo rural, a população ativa no concelho de Cinfães decresceu em média 22% em apenas 10 anos (2001/2011), se bem que seja sobretudo a mais jovem que abandona o concelho. Este valor excede muito os 25% nas freguesias serranas. Por outro lado, a perda de população ativa afetou todos os setores económicos (tabela 4), ainda que seja mais acentuada no setor primário (-66%), valor seguido pelos abandonos no setor terciário, como serviços e reparações ou ainda nos transportes e armazenagem, com decréscimo de 65%. Nas atividades relacionadas com o setor secundário, como a indústria transformadora e

Freguesias	Total 2001	Total 2011	Agricultura, Pecuária, Caça e Pesca		Indústria extrativa (à esquerda) e construção civil (à direita)				Comércio e reparação + transportes e armazenagem	
			2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
UFABGR	237	143	116	44	2	5	50	34	79	28
Cinfães	1244	1192	85	69	57	29	282	268	386	261
Espadanedo	430	401	26	7	59	33	195	192	222	76
Ferreiros de Tendais	191	118	115	26	6	3	38	31	48	16
Fornelos	265	209	61	33	17	18	94	67	124	42
Moimenta	167	123	45	3	21	10	43	40	137	62
Nespereira	805	566	248	101	91	37	184	150	247	141
Oliveira do Douro	539	415	40	22	45	40	239	184	290	60
Santiago de Piães	768	508	186	28	28	22	362	267	383	76
São Cristóvão de Nogueira	736	572	89	18	24	38	361	249	406	100
Souselo	1427	1036	233	53	143	80	515	404	564	197
Tarouquela	478	342	35	10	49	15	215	174	229	68
Tendais	233	200	90	49	14	16	59	37	73	28
Travanca	324	257	28	12	61	38	146	92	168	43
Total	7844	6082	1397	475	617	384	2783	2189	3356	1198

construção civil, a população ativa decresceu 24%.

Tabela 4- Variação da população ativa no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2001 e 2011

Fonte: INE, 2015

a) Setor Primário

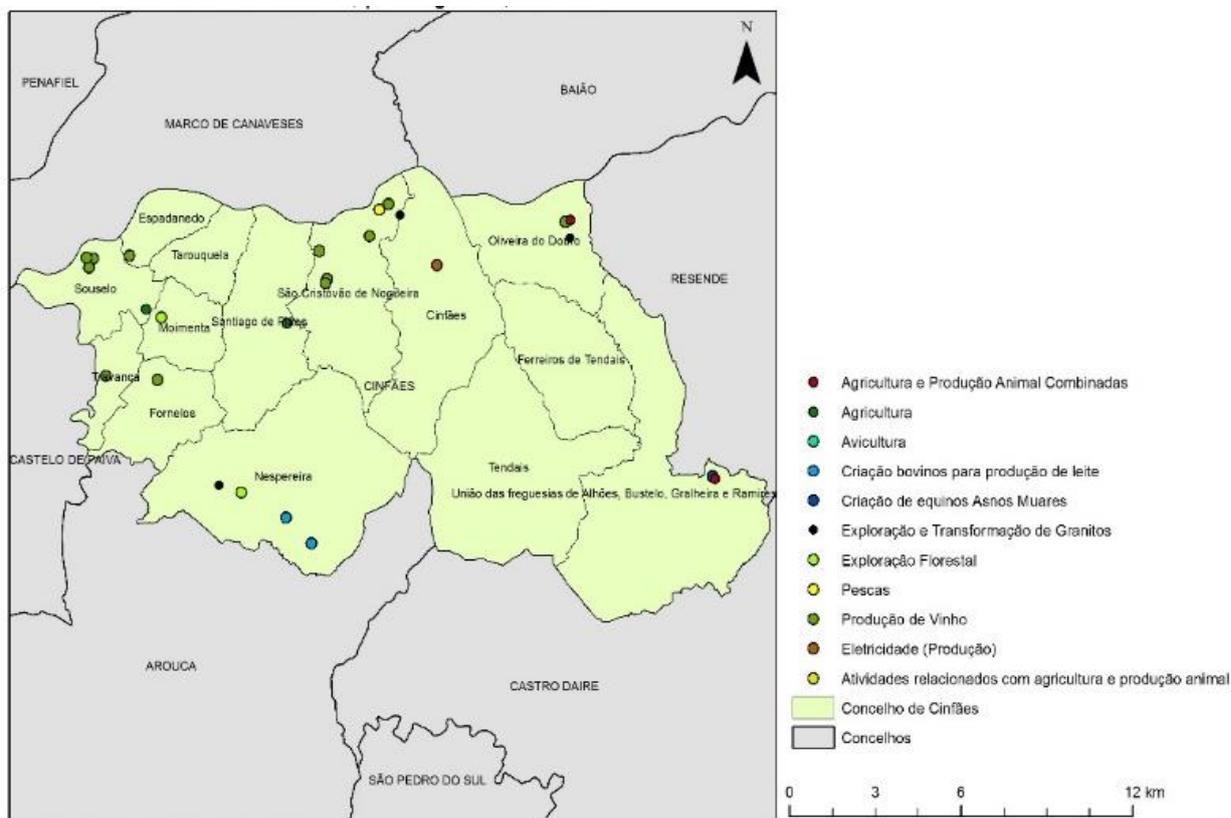
Como é possível perceber pela Figura 11 e Tabela 5, o setor primário não tem, atualmente, muita representatividade no concelho de Cinfães. Não obstante, as atividades encontram-se distribuídas de igual modo pelo concelho, à exceção das freguesias serranas, onde é visível uma menos expressão do setor. Esta situação ocorre, em grande parte, porque os terrenos nas áreas de maior altitude no concelho são menos férteis.

Tabela 5- Empresas do setor primário, por atividade, em 2014

Setor Primário	Nº de empresas no concelho
Agricultura	5
Agricultura e Produção de animais Combinadas	4
Atividades e serviços relacionados com a agricultura e produção animal	4
Avicultura	1
Criação de Bovinos para produção de leite	2
Criação de Equinos	1
Eletricidade (Produção)	3
Exploração Florestal	6
Exploração e transformação de granito	3
Pescas	1
Produção de Vinho	12
Nº total de empresas	42

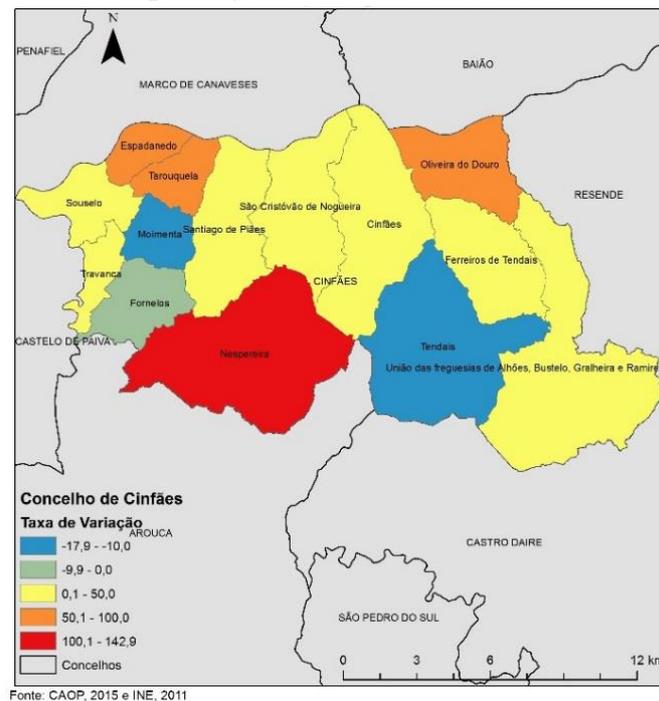
Fonte: Ignios.com e Infoempresas.com, 2014

Figura 12- Empresas do setor primário, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2014.



Fonte: Infoempresas.com / Ignios.com, 2014

Figura 13-Taxa de variação da SAU (ha), no concelho de Cinfães, por freguesia, entre 1989 e 2009



À semelhança do que tem acontecido nos países desenvolvidos, as atividades relacionadas com a agricultura e a pecuária têm diminuído significativamente (ver tabelas em anexo, páginas 122 e 123), mas em 2001 a agricultura em Portugal ainda era representativa, quando comparada com a restante União Europeia. Atualmente a situação portuguesa continua muito preocupante. Relembremos que na União Europeia, em apenas 2 anos (entre 1988 e 1990)

o emprego no setor primário transitou de 21% para 10%. Por seu lado, o “comércio agrícola tem vindo a crescer, mas menos rapidamente do que o comércio global. Em 1988-1990, a quota do comércio agrícola no comércio total foi de 7,8%, mas em 2000-2002 essa percentagem desceu para cerca de 6%” (Direção Geral da Agricultura, 2003, p. 5). Num país onde persiste quase 50% da população a residir em áreas rurais, é extremamente importante que exista competitividade nestas áreas, uma forma de as preservar. Neste contexto, a agricultura desempenha um papel crucial.

O setor agrícola no nosso país, é porém, bem diferenciado. No caso concreto de Cinfães, este setor tem sofrido diminuições significativas, tanto a nível de culturas permanentes e temporárias, ou mesmo da criação de animais (ver gráficos 123, em anexo). Contudo, esta situação não é homogénea, já que nas áreas de serra (este do concelho) domina a agricultura em socalcos, enquanto no oeste do concelho a agricultura é executada em “campos” ou “quelhas”. Por seu lado, as explorações agrícolas são de pequena a média dimensão e bastante parceladas, já que embora a área média das explorações seja de 2,16 ha, cerca de 50% têm menos de 0,5 ha (Recenseamento agrícola, 2009). Com frequência, nestas explorações persiste uma ocupação tradicional, recorrendo à rotatividade de culturas. Domina a conta própria. (Matos, 2000). Apesar da taxa de variação de SAU ser positiva (Figura 13), a verdade é que o setor primário detém cada vez menos representatividade no concelho (Tabela 5 e Figura 12).

Quando afloramos o grau de mecanização através do número de explorações com máquinas agrícolas, constatamos que em quase todas as freguesias do concelho se observa um aumento notório, ente 1999 e 2009, (ver gráfico anexo 124) o que significa um “passo em frente” para que a agricultura concelhia se torne cada vez mais rentável e competitiva. É de salientar ainda que os tratores são as máquinas agrícolas com maior aumento.

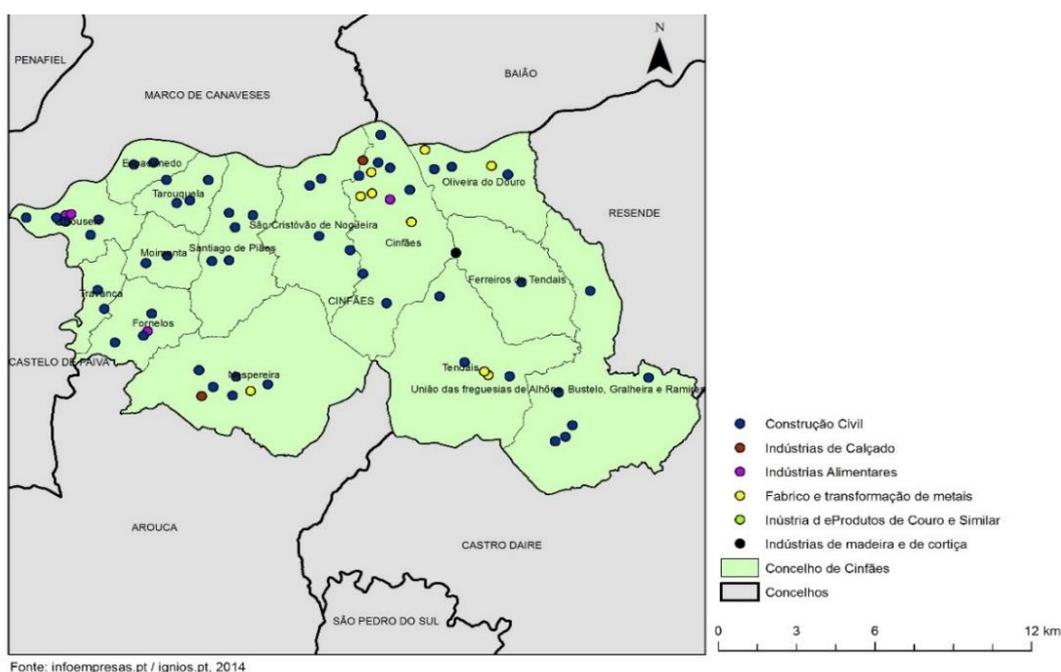
b) Setor Secundário

Tabela 6- Empresas do setor secundário, por atividade, em 2014

Setor Secundário	Nº de empresas no concelho
Empresas de construção civil	72
Indústria do calçado	3
Indústria do couro e dos produtos do couro	6
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	1
Indústrias alimentares	10
Fabrico e transformações de produtos metálicos	10
Nº total de empresas	102

Fonte: Ignios.com e Inforempresas.com, 2014

Figura 14- Empresas do setor secundário, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2014



Como é possível verificar pela Figura 13 e Tabela 7, as atividades do setor secundário ligadas à construção civil distribuem-se de forma semelhante pelas várias freguesias, contudo as indústrias de calçado situam-se apenas nas vilas do concelho. De qualquer modo é visível uma maior concentração e diversidade de atividades na vila de Cinfães e áreas envolventes.

Percebemos, após a comparação dos mapas e das tabelas acima representados, que o setor secundário detinha, em 2014, mais importância económica do que o setor primário. Acresce que, embora a atividade mais representativa do setor secundário seja a construção civil, poucas empresas operam no concelho, uma vez que a maioria, desde o início da crise económica de 2008, se transferiu para outros países europeus e africanos. Por outro lado, na generalidade são empresas familiares, com uma média de cinco a seis trabalhadores. Acresce que, de um total de 72 empresas, apenas 7 têm mais de 15 funcionários, exercendo funções no concelho de Cinfães ou arredores. Em termos de unidades industriais temos que destacar a abertura de três empresas ligadas à confeção de calçado, responsáveis por cerca de 100 empregos diretos. De relevar ainda, as indústrias alimentares, sobretudo a produção de licores, compotas e biscoitos, para além das padarias e pastelarias. Por fim, salientamos o fabrico e transformação de produtos metálicos que também detêm um peso significativo na economia do concelho.

C) Serviços

O comércio e serviços, tal como os conhecemos atualmente, apenas se implementaram em Cinfães na segunda metade do século XX, em 1964, quando foi concluída a Casa dos Magistrados, nos Outeirinhos. Em 1965 abriu a pensão e café Angola, com bastante reputação no concelho, mas que acabou por encerrar por volta do ano 2000. Por seu turno, em 1966 começou a funcionar a Guarda Nacional Republicana, bem como as primeiras bombas de combustível e ainda o hospital local. No início dos anos 70, recuperavam-se as vias públicas e executavam-se os passeios para peões, enquanto em 1976 abriu o primeiro banco em Cinfães, o Banco Pinto Sotto Mayor e, em 1977, a Caixa Geral de Depósitos. Só posteriormente surgiu o palácio de justiça. No decorrer da segunda metade do século XX, outros serviços surgiram como escolas, Centro Social, Estádio, Parque infantil, Quartel dos Bombeiros Voluntários e os correios, entre outros (Monterey, 1985).

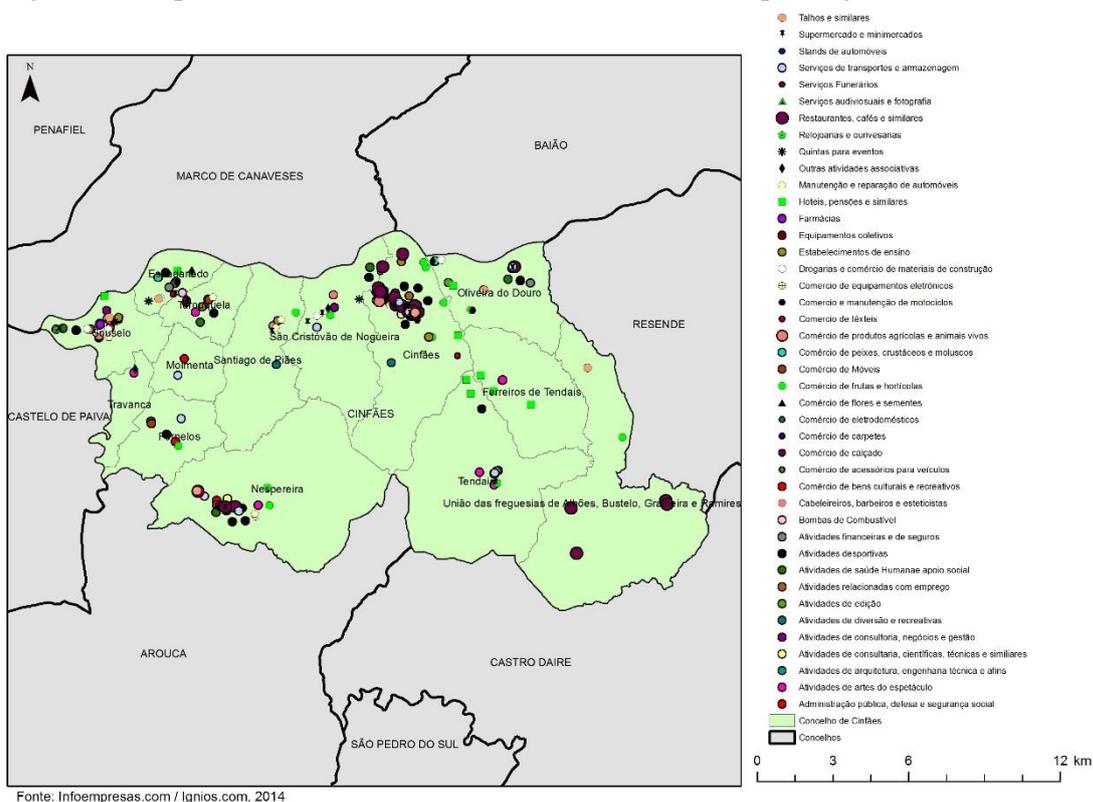
Tabela 7- Empresas do setor terciário, por atividade, em 2014

Setor Terciário	Nº de empresas no concelho
Serviços de apoio sociocultural	129
Atividades Financeiras e de seguros	10
Bombas de Combustível	6
Comércio retalhista	116
Comércio por grosso de produtos agrícolas brutos e animais vivos	3
Equipamentos Coletivos	8
Estabelecimentos de ensino	13
Farmácias	5
Hotéis, Pensões e Similares	19
Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	10
Outras atividades de organizações associativas	8
Quintas para eventos	3

Relojoaria e Ourivesaria	2
Restaurantes, Cafés e Similares	32
Serviços audiovisuais e fotografia	4
Serviços de transportes e armazenagem	19
Serviços Funerários	3
Stands de Automóveis	6
Total	403

Fonte: Ignios.com e Infoempresas.com, 2014

Figura 15- Empresas do setor terciário, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2014.



Como é possível perceber pelo Figura 14 e tabela 8, as atividades terciárias são as mais expressivas no concelho de Cinfães, embora num cenário muito assimétrico. Com efeito, enquanto no leste do concelho, ou seja na área serrana, a implantação de serviços e comércio é muito débil, nas vilas do concelho é onde encontramos mais variedade e concentração. Esta aglomeração também é notória nas imediações da N222, especialmente nas freguesias de Espadanedo e Tarouquela. Em conclusão, podemos verificar que, em 2014, o setor terciário agregava um número de empresas superior às restantes atividades, representando mais de 75% do número total no concelho de Cinfães.

2.3 – Unidades de Paisagem

Após caracterizarmos o concelho em estudo quer a nível do enquadramento físico, quer em termos demográficos e económicos, reunimos todos os indicadores para dividirmos o concelho em unidades de paisagem. Efetivamente, as paisagens são cada vez

mais reconhecidas pela sua importância, muito devido à sua ligação com o “património natural, histórico, cultural e científico” (Soares, 2001, p. 195).

A paisagem divide-se em diferentes categorias: a natural, a cultural e a global. A paisagem natural entende-se como a interação de fatores anteriores à influência do Homem, sejam estes físicos ou bióticos, enquanto a paisagem cultural está associada à influência do Homem exercida durante milhares de anos, sobre a paisagem natural. A paisagem global, por seu lado, resulta do afastamento entre o que consideramos urbano e rural, tanto a nível ecológico como espacial (Magalhães, 2010).

A paisagem é cada vez mais valorizada na construção da identidade das diferentes regiões. A DGOTDU (2011) define unidades de paisagem como sendo as “áreas em que a paisagem se apresenta com um padrão específico, a que está associado um determinado carácter que lhe confere uma certa identidade”. Existe um estudo elaborado pela Universidade de Évora sobre a direção da Professora Teresa Pinto Correia, onde são estabelecidas 22 unidades de paisagens distintas em Portugal.

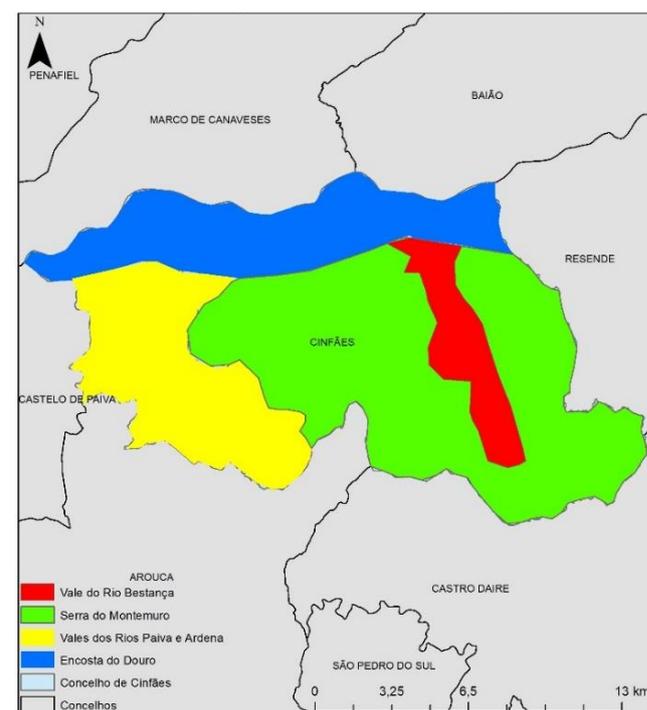
Por outro lado, as unidades de paisagem pressupõem a “existência de elementos nucleares que combinados entre si conferem um determinado arranjo ou padrão (...) a fração combinatória das condições edafoclimáticas, coberto vegetal/uso do solo, povoamento humano e morfologia do terreno a uma determinada escala” (Batita *et al.*, p. 1)

No concelho de Cinfães, distinguem-se quatro unidades de paisagem, como a Geoatributo refere, no âmbito da revisão do PDM. Em primeiro lugar destacam-se “Encostas do Douro” (Figura 16), marcada pelo encaixe do vale do Douro e pelos declives acentuados das suas encostas, paradigmáticas. Tendo em atenção o quadro socioeconómico antes apresentado, é nesta unidade de paisagem que reside mais população, acompanhando as principais vias de comunicação. É também nesta área do concelho que a população se encontra mais dispersa (Geoatributo, 2015, pág. 112).

Quando nos posicionamos nas áreas serranas, denominadas “serra do Montemuro”, tudo diverge da unidade de paisagem anterior, uma vez que corresponde às áreas de maior altitude no concelho, onde a densidade populacional é menor e o povoamento aglomerado. Aqui domina a vegetação natural, mas também as áreas aplanadas, ou em socialcos, onde é praticada a agricultura. Esta unidade de paisagem está inserida, quase na íntegra, na Rede Natura 2000, dado o seu valor ambiental. Em terceiro lugar, surge outra unidade de paisagem que congrega as freguesias situadas no ocidente e sudoeste do concelho, denominada “Vales dos rios Paiva e Ardena”. Como o nome indica abarca bacias dos referidos rios sendo também abrangida pela Rede Natura 2000. Trata-se de

uma unidade de paisagem muito marcada pela prática agrícola, onde dominam as culturas permanentes e as florestais, envoltas num grande parcelamento, um dos problemas que assola o concelho. Em termos de povoamento, as características observadas na bacia do rio Paiva aproxima-se mais das existentes na encosta do Douro, sendo os núcleos residenciais mais aglomerados e rodeados por áreas de usos agrícolas, como é o caso da bacia do rio Ardena.

Figura 16- Unidades de paisagem, no concelho de Cinfães, em 2016.



Fonte: CAOP, 2015 e Geoatributo, 2015

Por fim, distingue-se ainda o “Vale do Bestança”, uma das áreas de maior interesse turístico do concelho e elemento diferenciador do mesmo. Dominando na paisagem as vertentes declivosas, estas encontram-se preenchidas sobretudo por áreas agrícolas e florestais, ma também por pequenos aglomerados populacionais. À semelhança de unidades de paisagem anteriores, também esta é abrangida pele Rede Natura 2000, mas aqui deparamo-nos com um elevado património salientar ainda o

elevado valor arqueológico e histórico.

O património é uma das áreas a explorar no concelho, dada a sua riqueza e diversidade no mesmo. Por isso, vamos explorar os tipos de património que podemos encontrar em Cinfães e fornecer algumas ideias de tornar o mesmo mais atrativo, de modo a dinamizar o concelho.

2.4 – Património Natural e Cultural

“A crescente valorização patrimonial a que se tem assistido nas últimas décadas, fruto de uma maior consciencialização social e ambiental e, também, do valor significado dado às atividades de lazer e de ocupação dos tempos livres, tem desencadeado um conjunto de iniciativas conducentes à preservação e promoção das diversas formas de património” (Vieira, 2005/2006, p. 161). Podemos encarar o património como uma

herança de bens proveniente das anteriores gerações dirigidos às gerações vindouras, sendo esta uma herança do povo e não individual. Os bens podem ser diferenciados, desde materiais, imateriais ou culturais e devem ser valorizados e conservados. Temos ainda que ter em consideração que o conceito de património varia consoante o domínio científico, mas inclui sempre muito mais do que os monumentos históricos, uma vez que são consideradas também as paisagens onde se integram (Soares *et al*, 2013). Pelo mesmo motivo é de extrema importância aprofundarmos algumas definições e exemplos do património natural no concelho de Cinfães.

a) Património Natural

“Ao nível do património natural, as ações têm-se traduzido, mais concretamente, na criação de espaços naturais protegidos, bem como na valorização dos diversos elementos passíveis de serem preservados e potenciados, nomeadamente no âmbito da educação ambiental ou das atividades de recreio, lazer e turismo” (Vieira, 2005/2006, p. 161). São considerados património natural os monumentos naturais, sejam estas formações físicas ou biológicas, onde persistem habitats de espécies em risco, de valor universal, que urge preservar. É o caso do vale de Bestança, mas também da serra do Montemuro.

O vale do Bestança

O rio Bestança, com percurso integral no concelho de Cinfães, é considerado um dos rios menos poluídos da Europa e dos mais belos rios portugueses um “verdadeiro jardim natural”. Nasce em plena serra do Montemuro e desagua no lugar de Porto Antigo, sendo possível ver todo o seu trajeto desde a nascente a partir da sua foz. Nasce junto às Portas do Montemuro, a 1229 metros de altitude, e corre por vales e “degraus” de massa rochosa, na direção SSE-NNW, até desaguar no rio Douro. Na sua margem esquerda, surgem ainda as ribeiras de Enxindrô, Prado, Tendais e Canadas, enquanto na direita pontuam as ribeiras de Ourique e de Alhões (Pinho, 1997).

Envolve-se por uma paisagem muito verde marcada por socacos implantados no granito porfiroide de grão médio do final do período carbónico, o mais comum na área. Este granito é grosseiro e contém mega cristais de feldspato, especificidade que lhe permite ser designado como granito do Montemuro. Para além deste, existem mais três tipos de granitos no Vale do Bestança: o não porfiroide de grão fino, o porfiroide de grão fino e o não porfiroide de grão médio (Pinho, 1997).

O povoamento com que nos deparamos nas margens do rio Bestança tem origens distintas, mas sempre fundamentadas num sistema agro-pastoril. Encontram-se vestígios de cerâmicas e artefactos que podem remontar ao século V. a. C., mas também utensílios mesolíticos como enxós, machados polidos, moinhos manuais e cerâmicas de decoração. Reconheceram-se ainda construções megalíticas, como menires, cromeleques, alinhamentos, antas ou dolmens com mamoadas.

No primeiro século a. C. na sequência do “domínio de metalurgia do ferro e da cultura castreja” (Pinho, 1997), certamente nasceram vários povoados no vale do Bestança, mas apenas dois estão identificados, o castro das coroas em Ferreiros de Tendais, com quatro linhas de muralha e cerca de 6 ha de área¹⁶ e o de Castelô, em Tendais, mais pequeno, mas onde foram encontrados fragmentos de cerâmica e pontas de lança, reconhecendo-se ainda uma muralha tradicional.

Os assentamentos, por seu lado, encontravam-se estrategicamente, a elevadas altitudes para os povos se defenderem e possuírem boa visibilidade; eram quase sempre fortificados e aproximavam-se dos cursos de água de modo a conservar o potencial agrícola e pastorício, as principais atividades na época (Pinho, 1997).

Existem também no vale do Bestança testemunhos de ocupação romana entre os séculos I e V a. C., uma vez que esta área integrava a Lusitânia. Assim, persistem troços da uma via romana que ligava Tongobriga à Serra do Montemuro, utilizando a falha retilínea do vale do Bestança, passando em Vale de Papas e continuando até à cidade de Viseu. Os romanos transformaram ainda o castro de Coroas ou Castelô, o povoamento mais representativo entre Cinfães e a serra do Montemuro, localizado em Tendais, numa área urbana marcada pela cerâmica. Há referências a outras povoações de menor dimensão¹⁷, assim como alguns abrigos e estruturas medievais.

Existiam ainda outros assentamentos importantes no vale do Bestança, como a Chieira e o Paço, em Cinfães, baseados na exploração agrícola (séculos III e IV a. C.) e os assentamentos da Paradela e de Sequeiro Longo alicerçados nas cerâmicas (século V) para além do da Ressurgida (Ruivais), uma área com boa aptidão agrícola, onde foram encontrados fragmentos de tégula e cerâmica entre outros (Pinho, 1997). Muitos dos espaços agrícolas da idade média, situados no vale do Bestança, ainda são utilizados. Mas prossigamos nesta breve apresentação do vale do Bestança. A partir do século X

¹⁶Este talvez anterior à idade do ferro

¹⁷ A Aliviada (Cinfães), Lameiras do Azibeiro (Covelas), Rabelinha (Tendais), Ribeiro Santo (Bustelo)

formaram-se Ferreiros de Tendais, Vale de Papas e Tendais, bem como São Salvador, uma imponente fortaleza que os Homens transformaram em ruínas. Igual destino tiveram muitos outros monumentos, sobejando apenas algumas sepulturas escavadas na rocha e as torres senhoriais de Chã e Santiago de Piães.

No Vale do Bestança são ainda visíveis alguns locais de interesse como estruturas escavadas no saibro, furnas e cafurnas (abrigos), equanto na Quinta da Chieira existe um penedo denominado “Morgado do Desterro” com várias figuras esculpidas, idênticas às encontradas numa galeria subterrânea próxima. Existem ainda os Pelourinhos de Cinfães e Enxidrô (Tendais) e a Forca Medieval de Cinfães (Pinho, 1997).

Dada a importância deste património, em Janeiro de 2016 foi inaugurado o Centro de Interpretação do Vale do Bestança, associado também a seis percursos pedestres (entre 2,7 e 18,8 km), para uma duração de 1 a 5 horas. Estes percursos podem ser lineares ou circulares, ascendendo-se desde 236 metros a 1273 metros, e debruçam-se sobre uma temática específica. Exemplos: percurso entre a vila de Cinfães e o Centro Interpretativo, mais versado sobre a vila e a inovação no centro interpretativo, ou outro, mais extenso, abrangendo todo o vale do Bestança, mais direcionado para o rio e a sua vertente natural. Os percursos encontram-se sinalizados, contudo é necessário apostar mais na sua divulgação e fornecer amplo apoio aos que decidirem percorrê-los, especialmente os mais longos, onde deveriam existir alguns aparelhos SOS, fontes de água límpida e áreas de descanso.

A serra do Montemuro

A outra unidade referenciada é a Serra do Montemuro, “exemplo de uma área montanhosa com pouco desenvolvimento socioeconómico, demográfico e cultural, mas dotado de elementos naturais e culturais de elevado valor” (Vieira, 2005/2006, p. 161).

Constituída por granitos e marcada por vertentes abruptas, o pico da Serra do Montemuro situa-se a 1381 metros de altitude, o segundo relevo mais acentuado a sul do Douro, ultrapassado apenas pela cordilheira central. A Serra do Montemuro localiza-se no setor ocidental da Zona Centro-Ibérica (ZCI), do maciço hespérico, sendo delimitada a norte pelo rio Douro, a sul e a sudoeste pelo rio Paiva e a leste pelo desligamento tardi-hercínico Verín-Penacova. De um modo geral, podemos dizer que a fracturação tardi-hercínica foi a primeira influência tectónica da Serra do Montemuro, que perante as rochas graníticas e a “evolução dos processos microclimáticos”, proporcionaram a

criação de “vales de fratura e alvéolos graníticos (...) até aos *tafoni* ou pequenas pias” (Vieira, 2005/2006, p. 161).

Espaço onde o despovoamento é particularmente visível, aqui persiste apenas uma população envelhecida que se apoia numa “reduzida diversificação da estrutura económica” (Vieira, 2005/2006, p. 162). Eis os principais obstáculos ao seu desenvolvimento. De modo a tentar contrariar este cenário, têm sido levadas a cabo várias iniciativas na tentativa de revitalizar tradições como o artesanato, a gastronomia e o folclore, aproveitando fundos comunitários, nomeadamente os do programa LEADER (Vieira, 2005/2006). Há, efetivamente, que apostar nos recursos naturais como as belas paisagens onde vislumbramos ora povoações, ora blocos graníticos de diferentes formas e tamanho, ora ainda múltiplos socalcos onde a agricultura de autoconsumo é efetuada.

Mas na Serra do Montemuro não há apenas granitoides, pois deparamo-nos com xistos, quartzitos e calcários, até “elementos com características morfológicas necessárias para integrar o chamado Património Geomorfológico” (Vieira, 2005/2006, p. 163). Destaquemos “os domos rochosos do Montemuro e Perneval (Tendais), o *castle Koppie* da Gralheira e os inúmeros *tors* disseminados pelos pontos elevados da serra” (Vieira, 2005/2006, p. 163). Realce-se ainda os alvéolos graníticos que oferecem aproveitamento agrícola e que “correspondem a formas deprimidas, de dimensões hectométricas ou quilométricas, originadas principalmente pelo desenvolvimento de processos de erosão diferencial”, como são exemplo o alvéolo da Feira e da Lagoa de D. João¹⁸ (Vieira, 2005/2006, p. 163). Por fim, em termos geomorfológicos, salientar apenas os espaços somitais, “superfícies de aplanamento que testemunham fases de erosão que condicionaram a evolução do relevo no norte da Beira, marcadas, aqui e ali, por relevos residuais como o referido domo rochoso do Montemuro e inúmeros *tors* e blocos graníticos” (Vieira, 2005/2006, p. 164).

Mas o Montemuro destaca-se também pela diversidade biológica, importante para o ordenamento do território, já que muitas áreas, integram-se na Rede Natura 2000: é o caso do Montemuro e do rio Paiva. Aqui pontuam vários exemplos de flora ibérica e habitats naturais, tendo sido identificados “quatro tipos de habitats naturais de proteção prioritária: charnecas temporárias mediterrâneas (...), formações herbáceas de *Nardus* (...), florestas aluviais de *alnus glutinosa* e *fraxinus de excelsior* (...) e matagais arborescentes e laurus

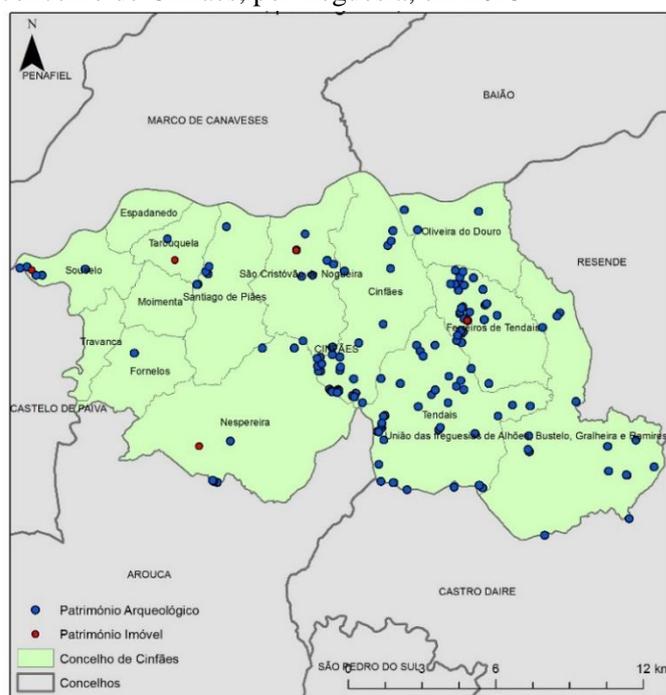
¹⁸Relativamente aos vales de fratura, existem vários exemplos como o vale do rio Balsemão, onde são visíveis escarpas de falha

nobilis” (Vieira, 2005/2006, p. 165). Assim se protegem os lobos, espécie em vias de extinção. Existem ainda algumas infraestruturas de lazer como “miradouros, espelhos de água, parques de lazer e praias fluviais” (Vieira, 2005/2006, p. 165).

De modo a potenciar os diferentes elementos presentes na Serra do Montemuro e na sua envolvente, foi criado o projeto “Montanhas Mágicas” que pretende promover os seus sítios de interesse, quer sejam naturais, culturais ou paisagísticos. O projeto integra os concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, São Pedro do Sul, Sever do Vouga e vale de Cambra. De modo a facilitar a visita, foram criados vários percursos agrupados e identificados por letras¹⁹. Existem no total nove linhas, cento e catorze painéis informativos e mais de duzentos pontos turísticos, que marcam “cascatas, rios, gravuras pré-históricas, turfeiras, antigas minas, dolmens, fragas, fósseis, fenómenos geológicos, vales e livrarias quartzíticas” (<http://montanhasmagicas.com/pt/montanhas-magicas/>). Encontramo-nos de facto numa área que congrega paisagens ofuscantes, onde a relação entre o Homem e o meio se exerce há milhares de anos, transformando-a numa das mais belas de Portugal.

b) Património cultural (arquitetónico e imaterial)

Figura 17- Património arqueológico e imóvel, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2015



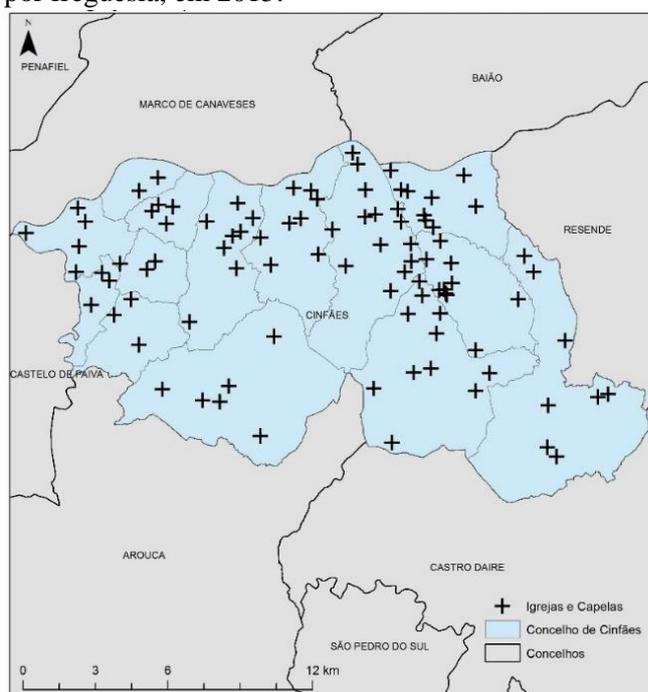
Segundo Hernández, o conceito “património cultural” pode ser definido como “todos los bienes que hacen referencia a la historia de la civilización (...) los bienes de interés arqueológico, histórico, artístico, ambiental y paisajístico, archivístico y bibliográfico, y cualquier otro bien que constituya un testimonio material, y posea valor de civilización” (1996, p. 256). São considerados património cultural, monumentos como obras arquitetónicas ou

¹⁹A letra A representa a serra da Arada, a linha B está associada ao rio Bestança, a C está relacionada com o rio Caima, a D ligada ao rio Douro, a letra F representa a serra da Freita e o M à serra do Montemuro, a letra P está ligada ao rio Paiva, o T à serra Arestal e por fim, a letra V ao rio Vouga.

outras de carácter geológico, para além dos conjuntos de construções e locais de interesse, obra humana ou da natureza, ou seja, património móvel e imóvel com Em termos de “património arqueológico”, destacamos o datado entre a pré-história testemunhos de valor.

Em termos de “património arqueológico”, destacamos o datado entre a pré-história e a era contemporânea. Para além de dolmens e mamoaas, existiam dezenas de stros no atual concelho de Cinfães²⁰ e num morro perto do rio Bestança, permanece um castelo da Idade do Ferro (Monterey, 1985). Os castelos eram de facto importantes, razão pela qual passaram a designar as freguesias ou os lugares. Para concluir refira-se que no alto da serra, na área denominada como as “Portas do Montemuro”, existiu uma muralha circular, considerada monumento nacional em Dezembro de 1974, que se encontra quase desmantelada. Por outro lado, no interior dos castros encontram-se alguns fustes de colunas, mós redondas e cerâmicas diversas, enquanto em muitas das povoações do concelho, persistem as ruas estreitas, limitadas pelas construções de granito cobertas por colmo.

Figura 18- Igrejas e capelas, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2015.



Fonte: Adaptado de Monterey, Guido de, 1985, pág. 315 a 332

É o que sucede, especialmente em Boassas, Seara, Pias, Cosconhe, Marcelim e Guisande. Ficaram ainda como herança romana alguns topónimos de lugares, em quase todas as freguesias do concelho (Monterey, 1985, p. 34). Especifiquemos alguns dos exemplo mais significativos em Cinfães.

As igrejas e capelas

Como é possível perceber pela Figura 18, Cinfães é um concelho extremamente rico em

²⁰Os mais significativos são Ramires (Castelo de Alrete), Alhões (Portas do Montemuro), Gralheira (Castelo de Aguiar), Ferreiros de Tendais (Castro Cio e Monte das Coroas), Cinfães (Cidadelhe), São Cristóvão de Nogueira (Citânia de S. Paio), Santiago de Piães (Citânia de S. Finz, Cristelo e Crasto), Tarouquela (Castelo), Fornelos (Castro de Aire), Nespereira (Castelo de Ervilhais e Castelinho), entre outras construções.

património religioso, dispersando-se pelo território dezenas de igrejas e capelas. As capelas mais antigas recuam à era medieval e à Idade Média, enquanto as mais recentes datam do século XX. Parte deste património não está conservado, como sucede com a capela de Nossa Senhora de Cádiz, na freguesia de São Cristóvão de Nogueira, apesar de ser muito rica em história e em património, como se comprova com o cofre de 3 chaves. Por outro lado, temos também lendas, sobretudo as relativas a D. Afonso Henriques. Correspondendo as igrejas e capelas a um património muito rico, é necessário cuidar do mesmo, transformando-o uma das “portas de entrada” de turistas em Cinfães, criando rotas e programas que integrem este tipo de património, conjugando deste modo o turismo com as construções típicas e tradicionais do concelho. Como é possível ver pela Figura 18, a maior concentração de igrejas surge sobretudo no vale do Bestança, justificada sobretudo pela concentração de povoamento ao longo dos anos.

A Rota do Românico

Um exemplo da rota já instituída é a do românico. Fundada em 1998, abrangendo primeiramente os concelhos do Vale do Sousa, em 2010 alastrou a concelhos do Tâmega e Sousa, totalizando 12 concelhos. Abrangendo inicialmente Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, na fase seguinte expandiu-se aos municípios de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende.

Este projeto pretende valorizar e preservar o património arquitetónico de origem românica (séculos XI e XVI), mas também toda a cultura e legado histórico que lhe estão associados, existentes na área adstrita aos concelhos aderentes. A principal forma de preservar e potenciar os 58 monumentos que integram a “Rota do Românico” surgiu através do turismo cultural e paisagístico, pois este possibilitou o contacto com a natureza envolvente e a descoberta do modo de vida da população local e do seu artesanato. Assim se descobre o património arquitetónico da “Rota do Românico”, mas também a gastronomia da região e o seu vinho verde ou as casas de Turismo em Espaço Rural, e tudo isto, envolto na simpatia e gentileza dos locais.

No concelho de Cinfães, existem duas igrejas e uma capela que se integram na “Rota do Românico”: a capela de Nossa Senhora da Natividade, em Escamarão, na freguesia de Souselo; a igreja de São Cristóvão de Nogueira, localizada na freguesia com o mesmo nome e a igreja de Santa Maria Maior, na freguesia de Tarouquela. A “Rota do

Românico” tem de ser um projeto para continuar, dado que em muito beneficiou os monumentos integrados do mesmo.

Os Solares

Tabela 8- Quintas e casas apalaçadas no concelho de Cinfães, em 1985

Freguesia	Nº de casas brasonadas e quintas apalaçadas
União de Freguesias ABGR	0
Cinfães	8
Espadanedo	2
Ferreiros de Tendais	0
Fornelos	2
Moimenta	0
Nespereira	3
Oliveira do Douro	8
Santiago de Piães	5
São Cristóvão de Nogueira	15
Souselo	5
Tarouquela	5
Tendais	0
Travanca	4
Total	57

Fonte: Adaptado de Monterey, Guido de, 1985, pág. 229 a 298

Como Cinfães é um concelho com um historial longo e excecional, acumulam-se também as casas apalaçadas e as quintas com edifícios senhoriais e capelas. Apesar do seu grau de dispersão, há que destacar a freguesia de São Cristóvão de Nogueira, a mais rica em quintas e casas apalaçadas, mas também aquela onde a produção de vinho verde e de produtos hortícolas é mais volumosa. As freguesias de Cinfães e de Oliveira do Douro, por seu turno, também detêm bastantes quintas e casas apalaçadas, sobretudo nas proximidades do rio Douro. Sendo a maioria propriedade privada, tal impede a sua exploração, sendo por isso, exceção o hotel de Porto Antigo, casa nobre pretensamente associada à família do explorador Serpa Pinto. Aborde-se também a casa da Quinta da Calçada, ornamentada, hoje adaptada ao TER e a Casa da Altamira, atualmente com turismo de Habitação. A Quinta do Paço da Serrana, por seu turno, pertencente à família do explorador Alexandre Serpa Pinto, foi recentemente adquirida pela CM de Cinfães²¹. Para além das casas e quintas, o concelho é rico em outro património edificado tradicional

²¹Esta informação encontra-se no livro de Guido de Monterey, de 1985 e muitas das quintas e casas apalaçadas que existiram poderiam, à data da publicação do livro, já ter desaparecido.

como moinhos e canastros, que podem ser associados ao turismo e a percursos inovadores (Tabela 8).

Moinhos, canastros, lagares e alminhas

Para além do património com raízes na nobreza local, em Cinfães prolifera um património vernacular muito amplo, diversificado e com elevado valor cultural. A título de exemplo, refiram-se os moinhos de água, se bem que em muitos casos apenas se reconhecem as paredes, mas outros, ocasionalmente, ainda se encontram em funcionamento, como sucede nas margens do rio Bestança (ver exemplo de moinho no Bestança na pág. 125 e 126), mas também em algumas ribeiras nas freguesias de Travanca e Moimenta, afluentes do rio Paiva, onde persistem dezenas destes moinhos cerealíferos.

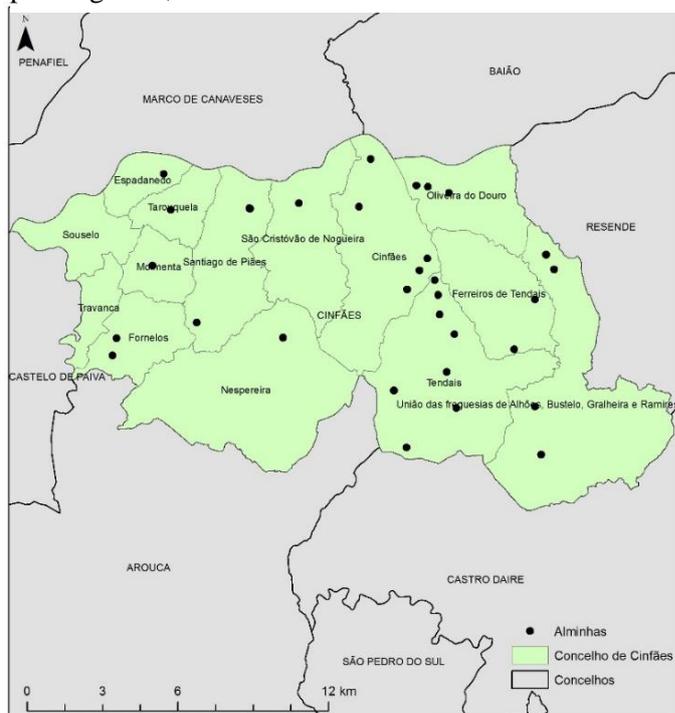
Associados aos moinhos, encontravam-se também as levadas (ver fotografia alusiva às levadas na pág. 126 e 127) canais para desvios das águas e para rega em anos passados. Hoje, domina o desleixo, uma vez que muitos dos terrenos agrícolas do concelho de Cinfães se encontram abandonados. Uma destas levadas, associada ao ribeiro de São Paio ou Sonoso, tem início no lugar de Joazim e termina na freguesia de São Cristóvão de Nogueira, nas proximidades da quinta vitivinícola do Palheiro. Há que preservar e revitalizar este património, pois demonstram às gerações vindouras as tradições do passado.

Como os cereais eram muito importantes, em Cinfães proliferaram de igual modo os canastros. Aliás, perante este cenário, o município de Cinfães obteve financiamento para criar a “Rota dos Canastros”, se bem que ainda não exista informação sobre este projeto. Recorde-se que todos os lugares e casas particulares detinham um canastro, mas por desuso, muitos acabaram por ruir ou foram demolidos. Alguns são já irrecuperáveis. Era nos canastros ou espigueiros que se guardavam as espigas de milho durante todo o ano, de modo a que estas pudessem ser dadas aos animais ou utilizadas nos moinhos, para a produção de farinha. Propomos a recuperação de alguns destes exemplares, inclusivamente nas proximidades da vila, no morro do Outeiro, onde existem seis canastros, dado que cinco ainda se encontram em estado razoável de conservação (ver imagens em anexo na pág. 128).

Outro património muito divulgado no concelho de Cinfães são as alminhas (Figura 19), posicionadas nas encruzilhadas de quatro caminhos, uma vez que, dizem a lendas, estes espaços são propícios a bruxarias e más ações, razão pela qual era necessária a

proteção divina, construindo-se as alminhas de modo a expulsar o que não fosse bom. Não obstante, as alminhas aparecem também nas bermas das estradas, muitas vezes simbolizando o local onde morreu alguém num acidente de viação, entre outros locais (Martins, Fernando, 1997).

Figura 19- Alminhas (exemplos), no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2015.



Fonte: CAOP, 2015 e Ventura Joroe "Montemuro - Alminhas dos caminhos"

Por todo o concelho encontramos também lagares vitícolas em granito, muitos ainda em uso pelos pequenos produtores para produzirem o próprio vinho. O processo utilizado é o tradicional, nomeadamente a pisa das uvas, concretizada no final do dia pela população, acompanhada por cânticos populares da região, enquanto a restante população fica do lado de fora do lagar a cantar e dançar. Tradições como as lagaradas ou as desfolhadas do

milho deveriam ser cada vez mais preservadas e valorizadas. Estas atividades podem ser associadas a hotéis, ou casas de TER, de modo a que os turistas possam ter uma experiência diferente, fiel aos costumes da região.

Aldeias Tradicionais

Mas, indiscutivelmente, o património mais divulgado associa-se às aldeias e ao seu edificado. Apesar de em todas as freguesias existirem aldeias típicas, três destas merecem destaque pela sua arquitetura, gentes e costumes: Boassas, Vale de Papas e Gralheira. As duas primeiras, Boassas e Vale de Papas, integram mesmo a rota das “Aldeias de Portugal”.

A aldeia de Boassas, localizada na freguesia de Oliveira do Douro, nas encostas do rio Bestança, tem as suas origens anteriores à implementação da nacionalidade portuguesa. Durante muito tempo esteve associada aos marinheiros fluviais, sobretudo aos barcos rabelos que transportavam o vinho do Porto da região duriense para o Porto e para Vila Nova de Gaia. A santa padroeira desta aldeia é Nossa Senhora da Estrela.

Estando ligada à pesca, sucederam-se as sardinheiras, mas também outras atividades já extintas, como a cerâmica e a latoaria, que apoiavam a área agrícola e toda a envolvente da aldeia.

Possui um amplo património arquitetónico, composto sobretudo por casas e quintas apalaçadas representativos de várias épocas, mas também uma vasta e diversificada arquitetura popular como as casas típicas de dois andares construídas em granito, ou as de ardósia e ainda as que recorreram a ambos os materiais. Lamentavelmente, muitas têm sido destruídas e só algumas são restauradas. Uma das construções mais importantes de Boassas é a já referida Quinta do Paço da Serrana (Cerveira Pinto, 2008).

Por seu lado, a aldeia de Vale de Papas, com aproximadamente 30 habitantes, insere-se na União de Freguesias ABGR e está situada em plena serra do Montemuro. Integra a Rota das “Aldeias de Portugal” e é considerada uma aldeia típica porque preserva ainda casas em granito com cobertura de colmo. Conserva também a cultura popular, muito marcada pelo pastoreio e pela agricultura. De salientar que em 2014, esta aldeia, integrou o projeto “Terra Amada”, uma iniciativa do curso de Arquitetura da Universidade Católica de Viseu, que, através de ações de voluntariado, reabilita e intervém em aldeias do interior português.

Vale de Papas é uma aldeia rica em património material e imaterial que necessita de ser preservado e divulgado de modo a valorizar esta aldeia e a sua cultura. Assim se potenciam as especificidades locais, apostando na multifuncionalidade.

Por fim a aldeia da Gralheira, conhecida como “Princesa da serra”, um dos locais de referência do concelho de Cinfães, é reconhecida pela sua envolvente mágica pois é a aldeia mais elevado do concelho, a cerca de 1100m de altitude. Sendo uma das mais típicas do concelho, aqui é possível recuar no tempo, pois deparamo-nos com casas típicas de granito, uma pequena capela, uma igreja e muitos animais que deambulam pela aldeia, especialmente bovinos de raça arouquesa, mas também ovinos e caprinos, já que a criação de gado é uma das principais fontes de rendimento para a população que aí reside. Situada nos limites entre o concelho de Cinfães, Castro Daire e Resende, podemos ainda encontrar casas cobertas de colmo, já que os invernos aqui são extremamente rigorosos.

A Gralheira foi freguesia autónoma até 2013, mas sempre uma das menos povoadas do concelho, sobretudo nas últimas décadas, o que induziu à redução do número de cabeças de gado e das áreas de cultivo. Não obstante, na aldeia e nas áreas circundantes podemos encontrar ainda muita fauna e flora típica da Serra do Montemuro, como lobos e víboras (Silvestre, 2002). A paisagem pitoresca e os constantes nevões no inverno,

atraem milhares de pessoas à aldeia todos os anos. Desta forma dinamiza-se também a sua gastronomia, como sucede no restaurante “Recanto dos Carvalhos”, reconhecido pela gastronomia tradicional cinfanense e pelas pizzas em forno de lenha. Decorado à medida da “princesa de serra”, já se transformou num ponto de passagem obrigatório para quem visita a aldeia.

Artesanato e Museus

O concelho de Cinfães é ainda um concelho de artesanato, como é exemplo a cestaria produzida em aldeias típicas, recorrendo a vime e vergame de carvalho, ou ainda a palha e silva. Há que realçar também os chocalhos de bronze e as aplicações de metal amarelo, típicos da freguesia de Tendais, ou ainda a latoaria, praticada em Porto Antigo e Boassas. Mas a diversidade é a tónica, pois, para além do artesanato já referenciado, há que anexar a tamancaria arte que executa tamancos em metal e em madeira, ou a tecelagem com a execução de cobertores da serra em lã, para além de toalhas de linhos e das capuchas de burel. A esteiraria, também se apresenta atualmente como uma forma de artesanato, assim como a construção de palhaças de carroças e chapéus de palha a partir de tranças. Em Cinfães, também encontramos odres de pele de bovino para transportar vinho, muito próprio da freguesia de Tendais e por fim, a arte das miniaturas dos barcos rabelos em madeira.

Esta diversidade em termos de artesanato, retrata a necessidade de, aproveitando a matéria-prima autóctone, satisfazer as necessidades básicas da população desse tempo. Atualmente, o artesanato é utilizado sobretudo para decoração e recordações adquiridas por turistas. Pelo mesmo motivo, é necessário que o mesmo seja integrado em roteiros e áreas de passagem obrigatória de turistas, aplicado numa perspetiva multifuncional, de modo a intensificar e potenciar, o desenvolvimento local.

Dada a riqueza concelhia, sobretudo a nível cultural e histórico, não é de estranhar que existam três museus que retratam a história local e o modo de vida dos habitantes, bem como algumas tradições e alusões às mais importantes figuras do concelho. Um dos exemplos é o museu que enaltece Alexandre Serpa Pinto. Referimo-nos ao Museu Serpa Pinto²², situado no centro da vila de Cinfães, num edifício que anteriormente servia como posto da Guarda Nacional Republicana. Aqui se partilham aspetos da vida do explorador do continente africano, como também do seu modo de vida.

²²<http://turismo.cm-cinfaes.pt/index.php/visitar/cultural/item/30-museu-serpa-pinto>

O museu possui duas coleções permanentes, a primeira ligada aos elementos arqueológicos encontrados no concelho, que comprovam a ocupação milenar do território cinfanense, enquanto a segunda é dedicada à vida de Serpa Pinto, expondo objetos pessoais do explorador. Por vezes, o museu em questão recebe também outras exposições e outras formas de arte.

Podemos ainda visitar o Museu Etnográfico de Nespereira²³. Localizado nas proximidades da vila de Nespereira, direciona-se para a preservação das tradições e da identidade local, partilhando histórias e o modo de vida dos povos de Nespereira e do concelho de Cinfães. O museu encontra-se dividido em três espaços diferentes, sendo um interior, onde estão expostos utensílios alusivos a atividades e experiências pouco praticadas nos dias de hoje; segue-se um espaço exterior onde observamos uma coleção de construções e utensílios ligados à atividade agrícola, como um canastro ou espigueiro; por fim, encontramos um espaço multifuncional preparado para receber várias exposições ou eventos. Este museu encontra-se ligado ao Grupo Folclórico de Nespereira, motivo pelo qual podemos encontrar vários trajes e utensílios típicos que remontam aos séculos XIX e XX.

Por outro lado, há que visitar também o Museu de Vilar²⁴, localizado em Vilar do Peso, freguesia de São Cristóvão de Nogueira. É descrito como um “museu escola”, uma vez que reúne objetos de várias escolas e tenta reproduzir uma sala de aula e todos os utensílios antes usados, de forma a que os visitantes percebam o ambiente e a dinâmica de uma escola, e das salas de aula antigas. Este espaço pode ainda ser utilizado para recriações históricas, embora o objeto central seja exemplificar a evolução do sistema educativo nacional, que atualmente se encontra muito mais tecnológico e inovador. Este é mais um dos exemplos em que a tradição e a inovação se encontra, abrindo as portas a um cenário multifuncional, incentivando o desenvolvimento concelhio.

Feiras e Festas tradicionais

Outra estratégia seguida para amplificar as dinâmicas locais assenta nas feiras e festas tradicionais. E Cinfães é, efetivamente, reconhecido pelas suas festas e feiras que atraem milhares de visitantes, trazendo ao concelho pessoas dos municípios limítrofes, população cinfanense ou indivíduos com raízes no concelho. Esta é uma vertente que tem

²³<http://turismo.cm-cinfaes.pt/index.php/visitar/cultural/item/31-museu-etnografico-de-nespereira>

²⁴<http://turismo.cm-cinfaes.pt/index.php/visitar/cultural/item/164-museu-escola-de-vilar-do-peso>

captado um investimento progressivo por parte da Câmara Municipal, na medida em que ajuda também a divulgar o concelho e a potenciar o seu desenvolvimento.

Os exemplos sucedem-se. Iniciemos pelo “São João”, o santo padroeiro da vila de Cinfães. Festeja-se a 24 de Junho, feriado municipal, estendendo-se os festejos por 2 ou 3 noites e um dia de festa, tendo como ponto alto a procissão solene. Especifiquemos um pouco, no dia 23 de Junho ocorre a noite principal marcada pela atuação de um artista nacional de renome, enquanto nos dias restantes existem concertos por parte de bandas e orquestras locais. O dia 24 de Junho é reservado à atuação de duas bandas filarmónicas do concelho e à procissão solene, antecedida por uma eucaristia, o momento mais marcante de toda a festa.

Para além desta festa onde o profano se conjuga com o religioso, em Cinfães concretizam-se outros eventos de carácter cultural e económico onde se conjuga a tradição, como é o caso da “ExpoMontemuro”, feira regional de Cinfães, que ocorre em meados de Julho. Estende-se por cinco dias, no centro da vila de Cinfães, reunindo mais de 100 expositores do concelho. Divide-se por três “praças” distintas, sendo a primeira vocacionada para a gastronomia e vinho verde, onde são servidas refeições por alguns restaurantes locais e onde os 12 produtores de vinho verde expõe a colheita do ano anterior. Na segunda “praça” são expostas todas as formas de artesanato, os doces tradicionais e outras bebidas e, por fim, numa última “praça”, divulgam-se outras atividades do concelho, sob a responsabilidade de associações e empresas do setor terciário. Esta feira é ainda marcada pela atuação de cinco artistas nacionais em concertos noturnos, sempre precedidos e depois continuados por atuações de grupos regionais. Atuam ainda os ranchos folclóricos que se conjugam com torneios de sueca e de matrecos.

Embora a “Expomontemuro” seja a feira de maior destaque à escala concelhia, existem outros eventos como o “*Douro Green Fest*” (outrora denominado Festival da Juventude), festival que ocorre no último fim-de-semana de Agosto, nas proximidades da barragem de Carrapatelo, na freguesia de São Cristóvão de Nogueira. É uma festa direcionada ao público jovem, desenvolvendo-se atividades radicais como escalada, slide, touro mecânico, entre outras. Encontramos também uma área dedicada a petiscos e bebidas, mas o momento alto deste festival são as atuações de grupos nacionais, na sexta-feira e no sábado à noite, seguidos pela intervenção de DJ’s reconhecidos. Assim se potencia a melhor paisagem do concelho, num espaço que acolhe um elevado número de pessoas, essencialmente jovem, para além de atrair um setor da população que tende a sair das áreas rurais.

A “Feira da Castanha”, por seu lado, corresponde a outro evento a destacar. Realiza-se no fim-de-semana mais próximo de meados de Novembro. É mais do que uma festa, é uma mostra de produtos locais ligados à castanha. Concretiza-se na freguesia de Tendais, aquela que mais se distingue na produção deste fruto. Nesta mostra expõe-se tudo o que é produzido na região, sobretudo os produtos hortícolas, enquanto se potencia também a gastronomia, através da intervenção dos restaurantes locais. Acrescem os momentos musicais proporcionados pelos bailes com orquestras típicas locais, as competições de jogos tradicionais e um “magusto à antiga”. Esta festa é organizada pela Associação de Defesa e Promoção da Freguesia de Tendais, com o apoio da Câmara Municipal de Cinfães e da Junta de Freguesia de Tendais.

A “Feira do Fumeiro” é outro dos eventos idealizados para dinamizar Cinfães, particularmente os espaços rurais. Trata-se de uma mostra de produtos locais e regionais, concretizadas na aldeia serrana da Gralheira, num dos últimos fins-de-semana do mês de Março. É uma das inovações mais recente e uma aposta por parte da Associação Recreativa, Cultural e Desportiva da Gralheira, em colaboração com o Município de Cinfães e a União de Freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires. Em franca evolução, atrai cada vez mais população não residente no concelho, divulgando e preservando o fumeiro tradicional serrano, no seguimento das estratégias defendidas pelo Centro Interpretativo da Gralheira. Assim se gera emprego e se fixa população. Cada edição congrega a mostra de aproximadamente 50 produtores de fumeiro, artesanato, doces tradicionais e vinhos, harmonizados com música e animação a cargo dos grupos e orquestras de música locais.

A “Aldeia do Pai Natal” é mais uma inovação no contexto concelhio. Realiza-se na “princesa da serra”, na Gralheira, correspondendo a uma festa em que toda a população residente participa, transformando por completo a aldeia nos dois primeiros fins-de-semana do mês de Dezembro. Direcionada às crianças, a magia do Natal é celebrada de forma efusiva, ao mesmo tempo que se disfruta de animação e se revitalizam e preservam tradições e se aposta nos produtos locais.

A “aldeia do Pai Natal” foi uma aposta ganha da Câmara Municipal de Cinfães onde as crianças vibram com a presença do Pai Natal, das renas e de duendes. Várias casas típicas são transformadas em casas temáticas e existem atividades ao vivo como a fábrica de chocolate e o fabrico de broa caseira. A vertente lúdica é completada com peças de teatro, coreografias animadas por jovens vestidos de figuras de desenhos animados, mas também por desportos radicais, insufláveis e o baile à moda antiga. Trata-se,

efetivamente, de uma festa onde a magia do Natal se junta às tradições e à animação cultural, de modo a proporcionar às crianças o melhor espírito natalício.

O “FolkCinfães”, por seu lado, também conhecido como Festival Internacional de Folclore de Cinfães, é realizado na fonte dos amores, na Vila de Cinfães, entre o fim de Julho e o início de Agosto. Este festival reúne grupos folclóricos nacionais e internacionais, o que fomenta o intercâmbio de culturas e de novas experiências, proporcionando dois fins-de-semana de animação.

Este evento é organizado pelo Grupo Folclórico de Cantas e Cramóis de Pias – Cinfães, e no ano de 2016 juntou folclore de 10 países diferentes, representantes de quatro continentes. Num concelho onde o folclore é muito valorizado, com esta iniciativa preservam-se tradições ao mesmo tempo que se proporciona o contacto com novas culturas.

Podemos concluir que estas feiras e festas revitalizam as tradições do concelho de Cinfães, ao mesmo tempo que são enaltecidas com inovações. Todas as edições acima citadas, atraem todos os anos milhares de visitantes ao concelho, o que favorece não só a sua vertente económica como o seu fator de atração para a fixação de população.

Gastronomia

Por último, não podemos concluir esta alínea sem nos debruçarmos sobre outra vertente concelhia com grande valor económico, mas também social e cultural, a gastronomia. Cinfães é de facto um concelho de gastronomia marcante, onde existem pratos que se destacam como o cabrito e o anho assados no forno com arroz, os rojões à moda de Cinfães, as carnes de porco fumadas e as milhas de carne de porco. Em termos de doçaria, o concelho detém as suas próprias tradições, como o pão-de-ló de Cinfães ou pão leve (fabricado no lugar da Seara, na freguesia de São Cristóvão de Nogueira), a sopa-seca, os formigos, os bolinhos de centeio, as bolachas de farinha de castanha pilada e os bolos de manteiga ou matulos. Bolos simples de massa fofa e fermentada, cobertos por uma calda de açúcar, os matulos, são os bolos mais divulgados no concelho, já que em qualquer feira, festa ou dia comemorativo, existem matulos à venda. Por esta razão, em todo o concelho existem senhoras que produzem estes bolos típicos, que podem ainda ser encontrados em alguns cafés do concelho, especialmente na vila de Cinfães.

Uma das nossas propostas, seria celebrar um fim-de-semana gastronómico onde restaurantes de todo o concelho serviriam apenas as iguarias típicas do nosso município

e, como sobremesa, estariam disponíveis os doces típicos. Os cafés e minimercados do município poderiam também vender estes doces tradicionais do concelho.

2.5 – GAL (Grupos de Ação Local)

Para a concretização de todos os eventos referidos, através dos quais se revitalizam e preservam as tradições, e a cultura local, enquanto se inova também, é indispensável a conjugação de esforços que incluam a população local, mas também as entidades autárquicas, designadamente a Câmara Municipal²⁵, os serviços técnicos setoriais e as associações locais. Só da conjugação destes atores se concretiza um efetivo desenvolvimento sustentável, onde se unem a tradição com a inovação.

Para além das associações já referenciadas no ponto anterior, acrescentamos a DOLMEN e o “Arouca Geoparque”, dado o seu impacto, atual ou previsível, na região e no concelho de Cinfães.

DOLMEN

A DOLMEN, é uma entidade que auxilia o Desenvolvimento Local, focando no futuro, mas sempre valorizando o passado. Abrange os municípios de Amarante, Baião, Cinfães, Marco de Canaveses, Penafiel e Resende. O maior objetivo da DOLMEN é a “promoção do desenvolvimento da região, numa perspetiva integrada, valorizando os seus Recursos Endógenos Naturais, Culturais e Humanos, assente na preservação dos nossos saberes, sabores e valores” (<http://www.dolmen.co.pt/NoticiasMenu.htm>).

Como a DOLMEN, CRL é o GAL que mais influencia o desenvolvimento do concelho de Cinfães, já que a ADRIMAG não detêm, atualmente, quaisquer projetos inscritos nas freguesias serranas de Cinfães, como era no passado, neste contexto a DOLMEN passou a ser a única GAL a atuar no concelho. Sendo pertinente agendarmos uma reunião com esta associação, tal ocorreu no dia 4 de Março de 2016. Foram então debatidos diversos temas, no sentido de conhecer o historial, características e atividades

²⁵A Câmara Municipal sempre se disponibilizou para me ceder informação e apoio de qualquer tipo, concretizando-se mesmo uma reunião onde se discutiram os projetos futuros, algumas questões sobre programas de incentivo à natalidade, à criação de gado e à formação, ou ainda sobre o património local. Numa outra oportunidade, participei em Cinfães numa reunião de trabalho com a CCDRN, onde foram colocadas questões sobre novos projetos a implementar em áreas de REN, especialmente ligados ao turismo. Toda esta informação foi essencial para a realização desta dissertação, pelo que aqui reitero os meus mais sinceros agradecimentos.

da associação e a sua influência em Cinfães, nomeadamente os apoios do passado e os projetos futuros. Podemos ainda perceber o que se encontrava à venda na DOLMEN, produzido no concelho de Cinfães. Percebemos que a DOLMEN auxiliou a abertura de diversas casas de TER no concelho de Cinfães, das quais destacamos, “Arsdurium” e o “Douro Green”, enquanto apoiavam também investimentos no setor vitivinícola e na formação. À data da entrevista a DOLMEN avançava ainda com um projeto de “Banco de Terras” para fomentar a atividade agrícola, contudo, esta iniciativa não abrangia o concelho de Cinfães. Percebemos ainda o teor das propostas para o novo quadro de referência nacional, Portugal 2020, uma vez que se esboçavam as primeiras propostas, maioritariamente apostas no turismo.

Conjugando esta informação com a disponibilizada com o autor João Lucas, 2012 (Dissertação de Mestrado), conseguimos estruturas a tabela 9, demonstrativa do impacte desta associação e de outras, ou mesmo de entidades associadas ao “poder local”, promovendo/coordenando projetos incisivos na região, e em Cinfães de modo particular.

Tabela 9 - Investimentos por fundos comunitários, diretos e indiretos, no concelho de Cinfães

Designação do projeto	Promotor	Investimento total (€)	Investimento Elegível (€)
Plano de Gestão e Salvaguarda do Vale do Bestança	Município de Cinfães	793.350	793.350
Rota da Água e da Pedra I - Norte	ADRIMAG	180.000	180.000
Rota da Água e da Pedra II - Centro	ADRIMAG	179.580	179.580
Parque de Lazer de Alhões	Município de Cinfães	102.055,91	99.898,25
Casa dos Fidalgos da Granja - IIª fase	Associação Recreativa de Nespereira	144.504	144.504
Centro de Interpretação da Gralheira "Casa do Ribeirinho"	Associação Recreativa, Cultural e Desportiva da Gralheira -	81.375	67096,33
O Património Natural como factor de Desenvolvimento e Competitividade Territoriais no Baixo Tâmega	Associação de Municípios do Baixo Tâmega	465.138,19	244.016,23
O Património Cultural como factor de Desenvolvimento e Competitividade Territoriais no Baixo Tâmega	Associação de Municípios do Baixo Tâmega	165.888	165.888
Rota do Românico - 1ª fase	Associação de Municípios do Baixo Tâmega	2.950.575	2.950.575
Rota do Românico - 2ª fase	Associação de Municípios do Baixo Tâmega	2.096.424	2.096.424
Hotel Rural ARSDURIUM	ARSDURIUM, Lda	987.092	874-126
A Rota do Românico a sul do Douro	Município de Cinfães	72.000	72.000
Rota dos Canastos	Município de Cinfães	60.000	60.000
Centro de Recria de Novilhas	ANCRA - Criadores da Raça Arouquesa	78.000	78.000
Concursos, Feiras e Mostras Gastronómicas	ANCRA - Criadores da Raça Arouquesa	84.000	84.000
Arena para lutas de touros de Raça Arouquesa	ANCRA - Criadores da Raça Arouquesa	132.000	132.000

Douro Green	Maranhão - Sociedade de Construções, Lda	1.390.000	1.390.000
-------------	--	-----------	-----------

Adaptado de Lucas, João; 2012

A partir da tabela 10, é possível perceber que tem existido um investimento significativo no concelho de Cinfães, sobretudo relacionado com a ANCRA e por associações de apoio ao desenvolvimento local. Contudo, o município de Cinfães e alguns investidores independentes também se encontram representados.

Arouca Geoparque

Outra instituição que contactei foi o Geoparque de Arouca, dado o seu interesse em expandir-se para 6 concelhos limítrofes, nomeadamente Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, São Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra. Este geoparque pretende sobretudo a preservação e reconhecimento de mais de 40 geossítios, dos quais de destacam as trilobites de Canelas e as “Pedras Parideiras”.

Questionados sobre o interesse por Cinfães, foi-me aconselhada a leitura de uma dissertação de mestrado intitulada “Avaliação do alargamento do Geoparque Arouca ao território do Montemuro e Gralheira - Um estudo sobre património geológico e proposta de um plano de desenvolvimento territorial”, onde eram determinados quais os pontos de interesse dos concelhos limítrofes, para além de se definir o valor científico, educativo e turístico do geoparque e desta estratégia expansionista. Para o concelho de Cinfães são realçados os seguintes geossítios (tabela 10):

Tabela 10 - Principais características dos geossítios do TMG, no município de Cinfães

Designação	Município	Tipologia	Interesse Principal	Rede Natura 2000	Valor científico	Valor educativo	Valor turístico
Vale de fratura do Rio Bestança	Cinfães	Sítio panorâmico	Tectónico	Não integrado	155	255	270
Queda de água da ribeira de Sampaio	Cinfães	Sítio isolado	Geomorfológico	Não integrado	145	285	290
Depósito de Ruivais	Cinfães	Sítio isolado	Geomorfológico	Sítio Serra de Montemuro	185	180	185
Monte da Senhora do Castelo	Cinfães	Sítio panorâmico e isolado	Geomorfológico	Sítio Serra de Montemuro	155	240	190
Geoformas graníticas	Cinfães e Arouca	Área e sítio	Geomorfológico	Sítio Serra de	225	220	230

de S. Pedro do Campo		panorâmico		Montemuro			
Fragas da Penavilheira	Cinfães	Sítio isolado	Geomorfológico	Sítio Serra de Montemuro	155	235	195
Domo rochoso de Montemuro	Cinfães	Sítio panorâmico e isolado	Geomorfológico	Sítio Serra de Montemuro	155	250	205
Portas de Montemuro	Cinfães e Castro Daire	Sítio panorâmico	Geomorfológico	Sítio Serra de Montemuro	225	270	265

Fonte: Adaptado de Rocha, 2015

Como é possível perceber, o concelho de Cinfães apresenta inúmeros pontos de interesse, que incluem para além de um elevado valor científico, o educativo e o histórico. Destaquemos a queda de água da Ribeira de Sampaio, as Portas de Montemuro, as geoformas graníticas de S. Pedro do Campo e, claro, o vale de fratura do Rio Bestança. Esta inserção no Arouca Geoparque beneficiaria o próprio geoparque, mas, acima de tudo, o concelho de Cinfães, uma vez que nos foi revelado pelos gerentes/proprietários de hotéis e estabelecimentos de TER, que muitos dos hóspedes que se instalam no nosso concelho, o fazem quando visitam os passadiços do rio Paiva. Assim, se o concelho de Cinfães fosse inserido no geoparque, tornar-se-ia um território mais atrativo, aproveitando o *marketing* territorial e a publicidade do geoparque, para além de valorizar o património local.

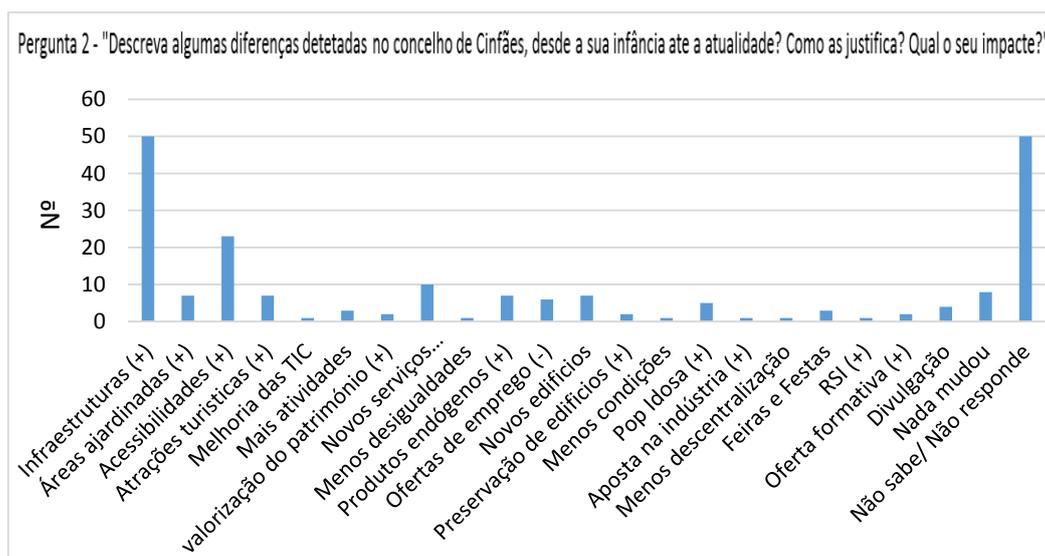
Capítulo 3 - Cinfães na perspetiva dos cinfanenses

3.1- Resultados da aplicação de inquéritos

Foram aplicados 300 inquéritos à população cinfanense, divididos em dois grupos distintos. Originalmente, previa-se a aplicação de 400 inquéritos, que seriam aplicados nas escolas e nos lares de terceira idade para analisarmos a opinião dos dois grupos etários mais díspares da população. Dada a impossibilidade de concretização dos mesmos nos lares de terceira idade, foram aplicados apenas 300 inquéritos, 150 aos estudantes do concelho de Cinfães, com idades compreendidas entre os 16 e os 23 anos e outros 150 aos adultos, com idades entre os 24 e os 89 anos. A idade média dos jovens inquiridos foi de aproximadamente 18 anos, enquanto a idade média dos adultos foi de aproximadamente 55 anos. Os mesmos foram distribuídos por todas as freguesias do concelho de Cinfães. Podemos encontrar um exemplar dos inquéritos aplicados, nos anexos desta dissertação.

A aplicação destes inquéritos foi de extrema importância para a realização desta dissertação, uma vez que nos permitiu perceber os problemas e as potencialidades do concelho de Cinfães, pela perspetiva da população residente e/ou natural do mesmo concelho, tanto a nível económico, com paisagístico, cultural e social. Foi igualmente importante perceber se a perspetiva dos cinfanenses era semelhante à dos autores ou dos agentes de desenvolvimento local do concelho. Seguidamente serão comparados resultados da aplicação dos inquéritos aos grupos anteriormente mencionados.

Figura 20- Resposta à pergunta número 2 dos inquéritos (jovens).



Através das figuras 20 e 21, é possível perceber que os dois grupos etários inquiridos detêm perspetivas diferentes sobre o que mais se alterou no concelho de Cinfães, já que, enquanto $\frac{1}{3}$ dos jovens não responderam à mesma pergunta, outros 30% aproximadamente referiram as novas infraestruturas, sendo que a melhoria das acessibilidades também foi uma mudança valorizada pelos jovens. Por outro lado o grupo dos adultos valoriza sobretudo a existência de novos serviços, a melhoria dos acessos e o embelezamento da vila.

Figura 21- Respostas à pergunta número 2 (adultos).

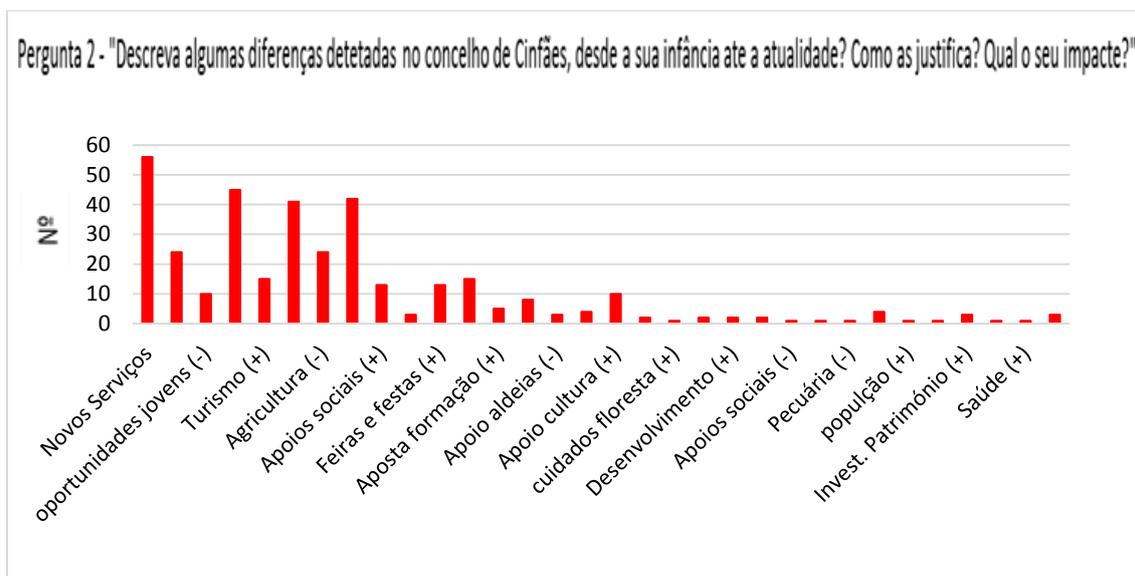
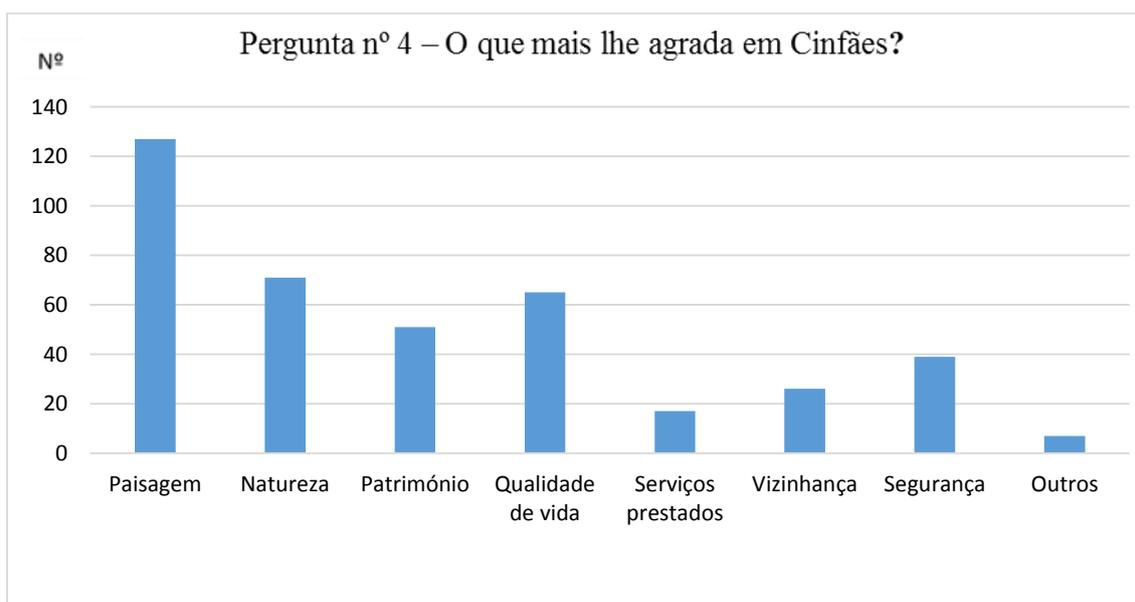


Figura 22- Respostas à pergunta número 4 (jovens).



Em relação à pergunta nº 4, sobre o que mais agradava aos grupos inquiridos em Cinfães, os jovens valorizaram sobretudo a paisagem, a qualidade de vida e a natureza. Enquanto o grupo de adultos realçou a paisagem, a natureza e a segurança, respetivamente, em Cinfães. Os serviços prestados foram a opção menos escolhida no seguimento da mesma questão.

Figura 23- Respostas à pergunta número 4 (adultos).

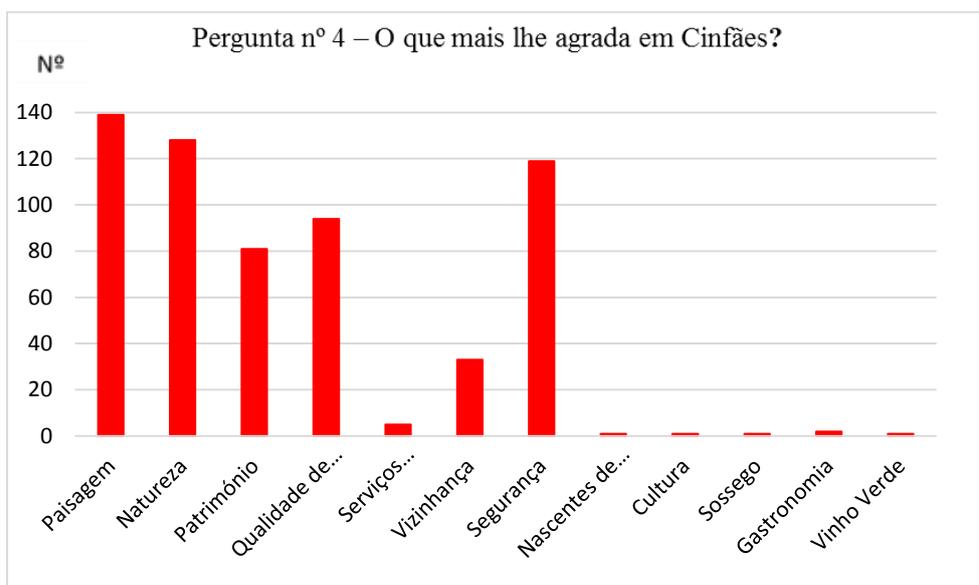


Figura 24 - Respostas à pergunta número 5 (jovens).

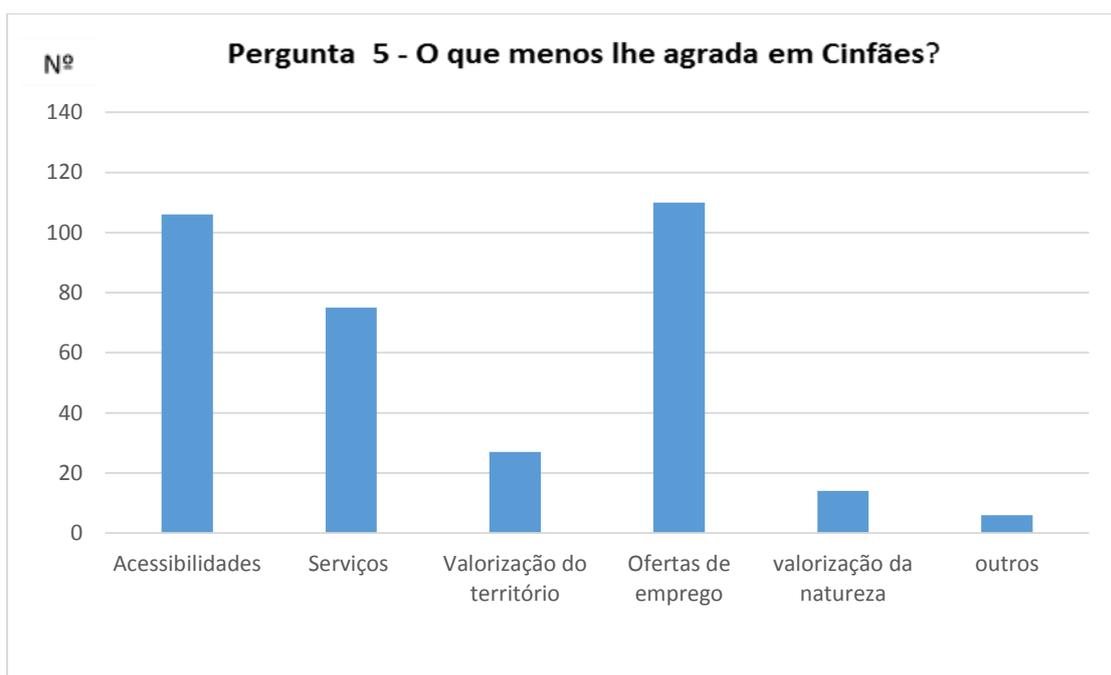


Figura 25 - Respostas à pergunta número 5 (adultos).



Em relação à pergunta nº 5, sobre o que menos agradava aos grupos inquiridos, ambos os grupos demonstraram sobretudo o desagrado pela falta de oportunidades de emprego, seguida pelas acessibilidades deficitárias aos concelhos limítrofes e por fim os serviços. A valorização da natureza aparece como o indicador que congrega menos desagrado por parte dos cinfanenses (Figuras 24 e 25).

Figura 26 - Respostas à pergunta número 6 (jovens).

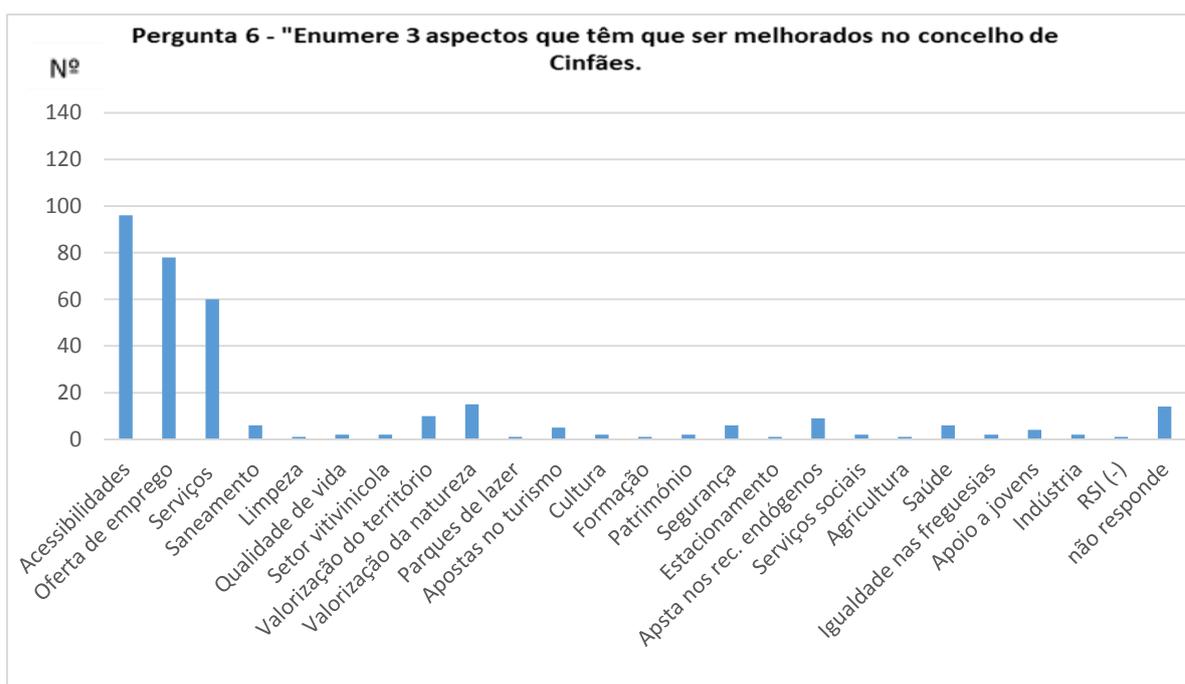
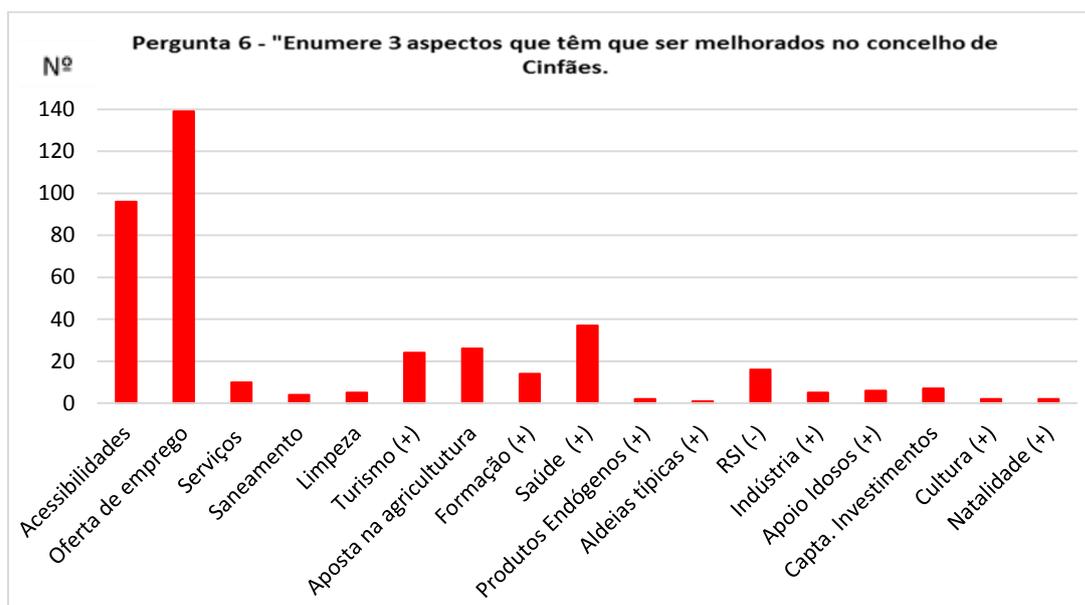


Figura 27 - Respostas à pergunta número 6 (adultos).



Em relação à questão número 6, que solicitava três aspetos a serem melhorados no concelho de Cinfães, o grupo dos jovens melhorariam sobretudo as acessibilidades, as ofertas de emprego e os serviços respetivamente. Para o grupo de adultos inquiridos os três aspetos a serem melhorados são as ofertas de emprego, as acessibilidades e os serviços de saúde. Nesta pergunta de respostas abertas, também foi mencionado a aposta na agricultura, nos recursos endógenos e a diminuição do RSI (Rendimento Social de Inserção) (Figuras 26 e 27).

Figura 28 – Respostas à pergunta número 7 (jovens).

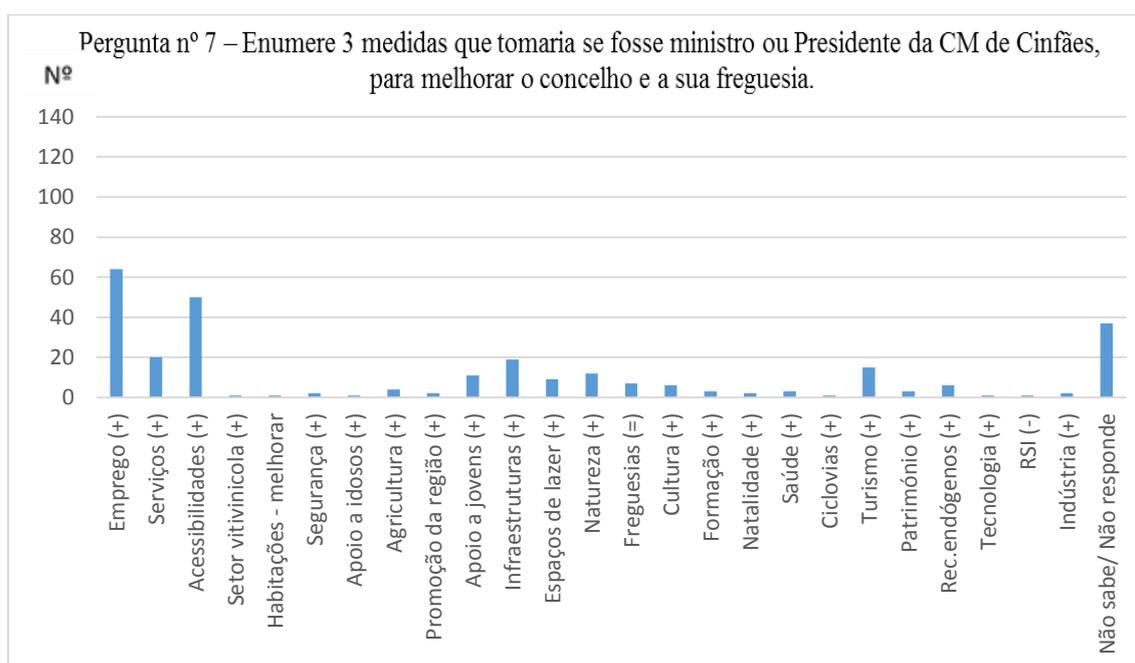
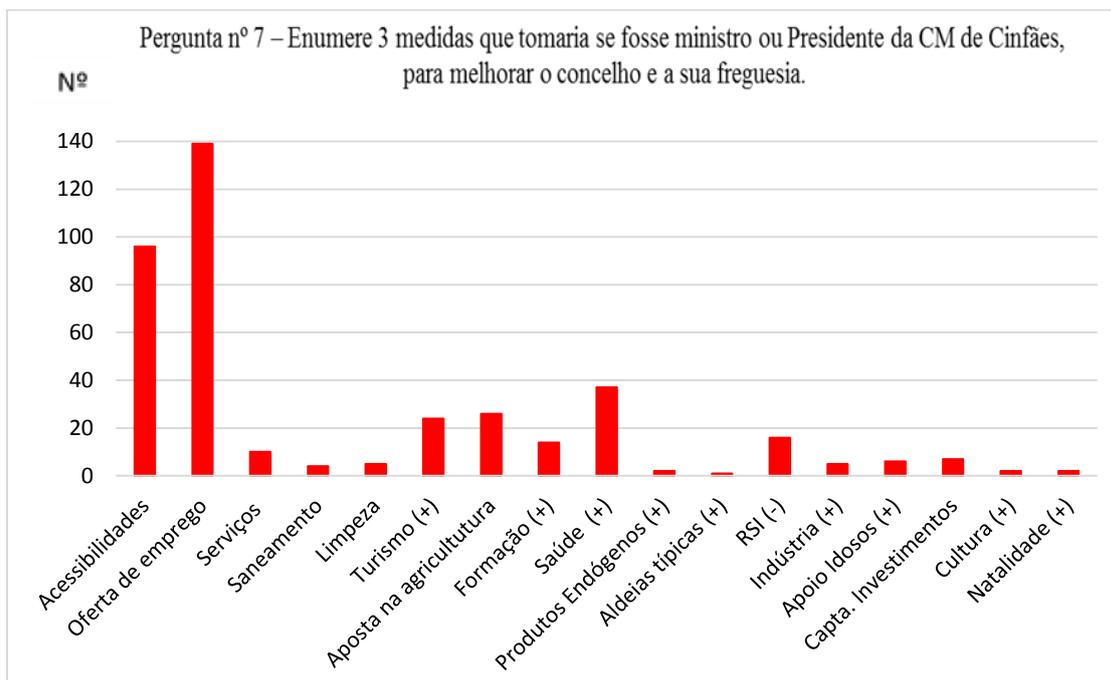


Figura 29 - Respostas à pergunta número 7 (adultos).



Em resposta à questão número 7, que perguntavam três medidas que implementavam no concelho de Cinfães, as respostas foram muito semelhantes às respondidas na questão anterior (Figuras 28 e 29).

3.2 Problemas do concelho de Cinfães

Cinfães é um concelho interior, periférico, onde se foi descurando quer a agricultura, quer a criação de gado. Como o setor industrial nunca foi estratégico, as oportunidades de emprego escasseiam, razão pela qual continua a perder população, para além de dinâmica e atratividade. Registe-se que, em 2013, foi mesmo considerado o concelho com menor poder de compra em Portugal, agregando sempre os piores indicadores relativos à qualidade de vida. Definimos, por isso, uma multiplicidade de problemas existentes, distinguindo os mais significativos:

1. Acessibilidades
2. Débil formação técnica
3. Reduzida oferta de emprego
4. Serviços especializados em número restrito
5. Valorização do património insuficiente
6. Incêndios florestais

Um dos maiores problemas do concelho, considerado tanto pela população inquirida, quanto pelos responsáveis e dirigentes da Câmara Municipal de Cinfães, relaciona-se com as fracas acessibilidades, pois tal dificulta a deslocação da população e a fixação de empresas. Em relação ao transporte viário privado, apesar de Cinfães se situar apenas a 75-80km de distância da cidade do Porto, como os acessos são deficitários, o percurso estende-se em média, por 1 hora e 20 minutos de viagem. Efetivamente, se pela EN proliferam os veículos pesados a transitar a baixas velocidades, o acesso à A4 (autoestrada), por seu lado, só é possível a partir do Marco de Canaveses ou de Penafiel. Em relação aos transportes públicos, apesar de acessíveis, existe apenas uma empresa que executa o trajeto entre Cinfães e o Porto, demorando entre 2h 15m e 2h 45m, pois não é direto.

Para a sede de distrito, Viseu, o cenário piora, pois se antes das SCUT na A24, bastava subir a Serra do Montemuro, para entrar na autoestrada, após a sua implementação deixou de ser comportável. Por seu turno, os transportes coletivos são quase inexistentes²⁶, incluindo o ferroviário, já que a estação mais próxima é a de Mosteirô, (linha no Douro), situada a cerca de 16km do centro da vila de Cinfães. Se acrescentarmos o percurso para as freguesias, especialmente para as serranas e as do extremo ocidental do concelho, é incomportável. O transporte ferroviário beneficia sobretudo a freguesia de Oliveira do Douro.

Outro problema incisivo como se confirma pelos inquéritos à população jovem é a deficiente formação. Assim, os jovens desconhecem não só as potencialidades do concelho, como a história local, incrementando a “repulsividade” a Cinfães. Foi notório entre os jovens a terminarem o secundário, um “afastamento” e desinteresse pelas suas raízes e pelo seu território.

Como a proporção de residentes com ensino superior é mínima, apesar dos incentivos camarários e da intervenção do *Rotary Club*, é necessário perceber os fundamentos deste quadro e revertê-lo, pois é outro dos problemas percecionados pelos inquiridos. Na realidade, apesar de existirem cursos de formação para adultos, será que estes estão adaptados, auxiliando, na sua inserção no mercado de trabalho? Sendo cursos subsidiados, é necessário que à vertente social se direcione a aplicação prática das competências e conhecimentos adquiridos, no concelho de Cinfães. Mas a exígua oferta de emprego é sem dúvida um dos problemas referidos com maior insistência, sobretudo

²⁶Só existe a ligação via expresso de Cinfães para Viseu, ao domingo, ao fim da tarde, e de Viseu para Cinfães à sexta-feira à noite.

depois da crise que se instalou no setor da construção, o “barómetro económico” do dinamismo concelhio. Sendo tão escassas as oportunidades e expectativas para os jovens, tanto para os mais qualificados, quanto para os menos instruídos, tal facilita o êxodo rural e a emigração. É certo que a Câmara Municipal e os órgãos responsáveis se têm esforçado para combater este problema, fornecendo inúmeras vantagens às empresas que se queiram fixar no concelho e implementando programas de estágios, contudo estas medidas são insuficientes, pelo que uma das apostas mais seguras seria na agroindústria, uma vez que o concelho detém uma significativa aptidão para a mesma atividade.

Outro problema detetado é a oferta de serviços de apoio social, económico e cultural, sobretudo os mais especializados e diferenciadores, o que implica que os autóctones se dirijam às cidades mais próximas como Marco de Canaveses e Penafiel, ou até mesmo ao Porto, em casos extremos. Apesar de se registarem melhorias, sobretudo no âmbito cultural e lúdico, no lazer, na sequência da criação, em 2015, pelas entidades autárquicas de espaços de diversão noturna, no setor da saúde, o problema persiste, uma vez que no concelho não existem clínicas ou equipamentos para análises e exames clínicos. Como a população é cada vez mais idosa, perspetivam-se problemas agravados no futuro.

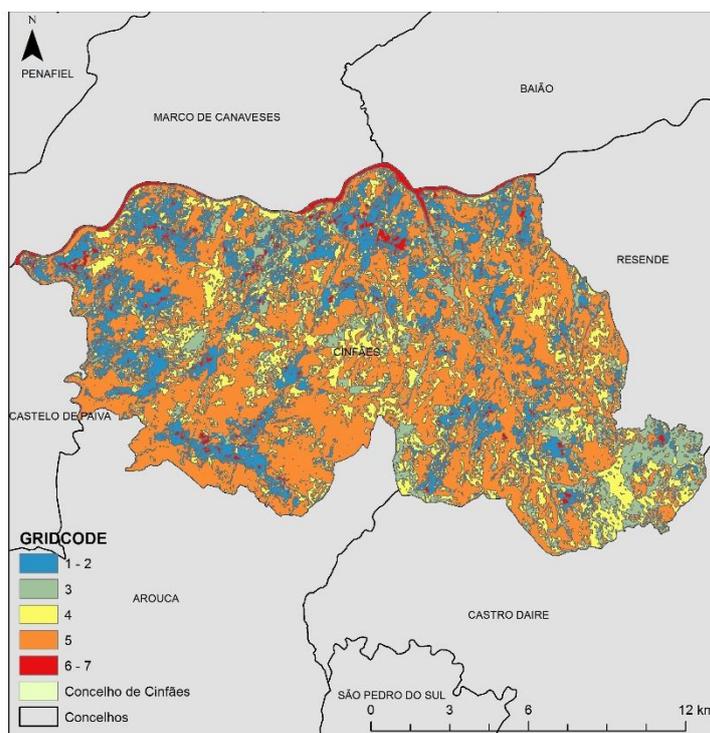
Outro problema também referenciado foi o da preservação do rico património natural e arqueológico, e embora exista um interesse crescente, visível sobretudo no vale do Bestança, o património arqueológico continua descuidado e desconhecido por parte da população residente e dos turistas que visitam o concelho. Com mais de 140 elementos de património arqueológico identificados, esta potencialidade turística e histórica encontra-se subalternizada, quase ignorada. Acresce que é mínima a percentagem deste património reconhecido pelos cinfanenses e este não se encontra inserido em qualquer rota disponibilizada pelos hotéis ou pelos estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural. Assim prossegue a sua degradação perdendo-se milhares de anos de histórias, testemunhos únicos de povoamento, da história local.

Para mitigar os problemas antes descritos, devemos detetar tipologias territoriais, a diferentes escalas. Se anteriormente as áreas rurais se associavam à produção agrícola, como as mudanças socioeconómicas e as novas tecnologias alteraram a paisagem, nos dias de hoje deveria apostar-se noutros parâmetros (Hoggart, 1995, p. 66). Independentemente do espaço físico, das atividades económicas ou das transformações

demográficas, as áreas rurais continuam a ser espaços de baixa densidade e a depender do seu quadro natural (Hoggart, 1995, p. 76).

Por isso, há que olhar para todos os elementos da paisagem, quer sejam sociais, económicos ou ambientais, como a floresta. Ocupação tão importante no concelho, é devastada com frequência pelos incêndios. Na verdade, todos os verões existem incêndios de grandes dimensões que consomem centenas de ha de áreas de mato e floresta em Cinfães. E apesar das altas temperaturas, aliadas a níveis baixos de precipitação e humidade, como mais de 10% da floresta é constituída por resinosas, e cerca de 75% das áreas florestais do concelho são de domínio privado, não são limpas nem o seu o seu subosque, acumulando-se no solo em material e altamente combustível.

Figura 30 - CRIF, por escalões, no concelho de Cinfães, em 2015



Fonte: CAOP, 2015 e ICNF, 2015

Como é possível perceber pela Figura 30, grande parte do concelho de Cinfães integra os escalões de risco de incêndio mais altos, segundo a CRIF (Cartografia de Risco de Incêndio Florestal²⁷), razão pela qual são necessárias mais medidas para prevenir a recorrência de incêndios no concelho de Cinfães, mas incrementar também a replantação de florestas com espécies endógenas, em detrimento das resinosas como o eucalipto e o pinheiro,

espécies que potenciam os incêndios florestais. Por fim, é urgente a aplicação de coimas elevadas à população que não limpe o mato e a floresta, para além de mais fiscalização.

3.3 - Potencialidades Turísticas do concelho de Cinfães

Por outro lado, Cinfães ostenta potencialidades das mais diversas tipologias, quer

²⁷A metodologia utilizada para definir estes escalões baseia-se em indicadores como a orografia, o declive, a exposição, o uso e a ocupação do solo, a rede viária e hidrográfica, a demografia e as infraestruturas

seja a nível do turismo ou da qualidade de vida, aspetos aliás, confirmados pelos inquéritos. Numa síntese, sobressaíram os seguintes:

1. Património Histórico e Cultural (Pontes - Ponte românica de Covelas; Restos de Construções dolménicas; Igrejas - Rota do Românico e Capelas Cádiz);
2. Solares e casas ricas de lavoura (Quinta da Fervença, Quinta da Soalheira...)
3. Aldeias Tradicionais (Aveloso, Boassas, Vale de Papas)
4. Artesanato (cestaria, tecelagem, tamancaria...)
5. Feiras (ExpoMontemuro, feira antiga), Festas (Folk Cinfães) e Romarias (São João)
6. Usos e Costumes (Banda Marcial de Tarouquela e Municipal de Cinfães e Rancho Cantas e Cramóis – Pias, Cinfães)
7. Grupos Desportivos (CDC)
8. Património Paisagístico (Serra do Montemuro e rio Bestança)
9. Moinhos, azenhas, lagares, canastros, engenho de linho, alminhas

Realcemos contudo, a Serra do Montemuro. Como potenciar as suas virtualidades? Uma forma sustentável e viável de potenciar o Montemuro, segundo Vieira, seria através de percursos pedestres e de BTT. Se os concelhos pertencentes à Serra do Montemuro (Cinfães, Lamego, Resende, Castro Daire e Arouca) cooperassem em percursos mais longos que passassem pelos diferentes concelhos, poderiam criar-se dois percursos principais, um ligado ao património cultural e outro ao património natural e paisagístico (Vieira, 2005/2006, p. 165 e 166). Assim se valorizariam os recursos endógenos, materiais e imateriais, apoiando inclusivamente o turismo.

Outra hipótese decorreria da eventual expansão do Geoparque Arouca, como já foi referido. Proposta que congrega uma área total de 1690 km², abrangendo cerca 127.000 habitantes (Sá, 2012), como esta se fundamenta na “geobiodiversidade” das serras do Montemuro e Gralheira, integradas na Rede Natura 2000²⁸, anexando-lhe as Portas do Montemuro, com o Douro como “pano de fundo” e o Vale do rio Bestança, polos atrativos de Cinfães, o sucesso estaria assegurado, bem como o dinamismo de Cinfães ampliado.

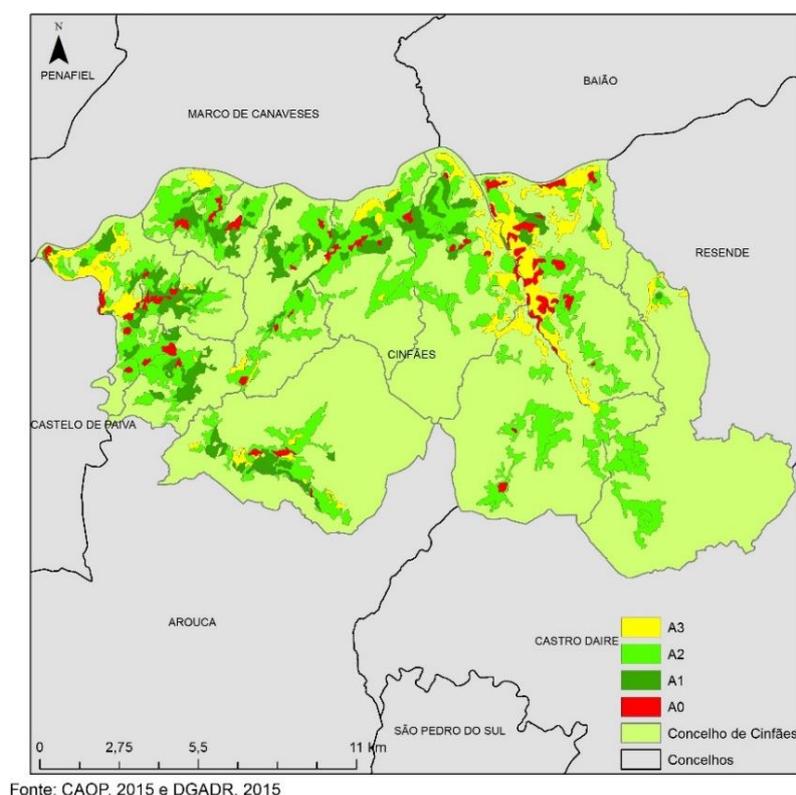
²⁸Abrangendo um total de 60 áreas protegidas, 10 monumentos nacionais, 40 locais de interesse público e 1 monumentos de interesse público.

Por outro lado, o turismo de Neve poderia também ser fomentado. Recorde-se que todos os anos milhares de curiosos residentes nas proximidades, rumam à Serra do Montemuro para ver a neve e brincar com as crianças. É certo que os desportos radicais ligados a este fenómeno são difíceis de implementar devido às rochas graníticas que afloram à superfície, mas poderiam ser incrementadas algumas rotas específicas, ou as subidas ao topo da serra utilizando o transporte adequado. Outra potencialidade seria a implantação de um hotel de charme no topo da serra.

De salientar que a CM de Cinfães, com o apoio do QREN e do FEDER criou o “Mountain Bike Centre”, um centro de BTT, e apresentou seis percursos com quatro níveis de dificuldade, que variam entre o fácil e o muito difícil, totalizando 140 km.

É inquestionável: há que incrementar a cooperação com os concelhos limítrofes em vários domínios. Para além dos já referidos, refira-se a partilha de serviços especializados, relacionados com a saúde, única forma de rentabilizar os investimentos associados. O mesmo aconteceria com grandes infraestruturas, cenário que possibilitaria que mais recursos fossem aplicados, por exemplo, na sede dos concelhos, melhorando as condições de vida das populações.

Fig. 31- Carta de aptidão dos solos, por classes, no concelho de Cinfães, em 2015.



Mas, indiscutivelmente, a agropecuária continua a ser incisiva no concelho, apesar dos problemas que envolvem este setor. Ainda que referenciado nos inquéritos e no geral, muito pela significativa recessão registada, mitigados ou ultrapassados os problemas que o manietam, seria possível o seu desenvolvimento, bem como a aposta em agroindústrias, nomeadamente na

interligação com a pecuária, com a raça bovina arouquesa. Se historicamente, a economia de Cinfães de baseava na agricultura, como nos últimos 20 anos, se observou um enorme decréscimo na produção agrícola, dada a persistência de potencialidades, há que “voltar às raízes”, interligada com a agroindústria. Uma vez que já foi comprovado que uma agroindústria de produção de queijo proveniente do leite dos bovinos de raça arouquesa, típicos da região, não seria rentável, uma das soluções passaria pela aposta na produção de batidos *vegan*, não só rentável como potenciaria um estilo de vida saudável. Com a produção destes batidos apostar-se-ia nos produtos hortícolas e frutas da região, sendo transformados no concelho e apenas o embalamento seria externo. Assim se apostaria na agricultura biológica, sustentável e rentável.

A partir da Figura 31, podemos perceber também que no território cinfanense encontramos em todas as freguesias áreas com aptidão agrícola elevada e moderada (classes A1 e A2)²⁹. Pelo mesmo motivo, consideramos que uma maior aposta na agricultura poderia melhorar as condições de vida da população residente.

É pena que embora grande parte dos solos estejam adstritos a minúsculas explorações, muito parceladas e, por isso, com frequência, abandonadas, não se aproveite para criar um “banco de terras” para que toda esta potencialização agrícola fosse possível. Embora a CM de Cinfães não tenha projetos neste sentido, como a DOLMEN coordena a “ECOALDEIA JANA”, que inclui o “banco de terras – terrenos e casas para ceder, alugar e vender”, em vigor desde o início do ano de 2016³⁰, (obviamente, nenhum dos aderentes é de Cinfães, porque este concelho não se integra neste projeto), seria interessante incentivar uma parceria neste sentido com a DOLMEN, ou criar um “banco de terras” próprio no concelho, com vantagens para os proprietários e para os agricultores.

Congregando um “banco de terras”, com a formação da população na área agrícola e com um emparcelamento das explorações agrícolas³¹, Cinfães pode voltar a prosperar economicamente tendo por base o setor agrícola, os produtos endógenos. Há, porém, outra potencialidade a incrementar: a raça bovina arouquesa, referenciada inclusivamente por alguns dos inquiridos como uma medida a executar. Raça de porte pequeno, tabela 11, com cor castanha, pêlo curto e grosso e por vezes áspero, olhos grandes e faces de

²⁹Segundo a FAO (Food and Agriculture Organization)

³⁰Não possui muita adesão por parte da população, uma vez que na página oficial do projeto não se encontra nenhuma atualização desde o início do mesmo projeto e à data de acesso possuía apenas dois membros <http://ecoaldeijanas.org/grupos/banco-de-terras-terrenos-e-casas-para-ceder-alugar-ou-vender/> (30-07-2016)

³¹Muito auxiliado pela nova LBPSOTU que prevê a expropriação dos solos se estes não forem utilizados por mais de cinco anos

forma triangular e cor nos de tamanho médio, esta raça pode ser encontrada em quatro distritos diferentes, Aveiro, Viseu, Porto e Braga. A origem do seu nome deriva de Arouca, outro concelho onde a mesma se desenvolve. Possui uma alimentação baseada na vegetação endógena, pois os animais adultos são levados para os espaços serranos de onde só regressam à noite para a respetiva corte. Assim se preservam também estas paisagens tradicionais.

Tabela 11- Número de cabeças de gabo bovino arouquês, por concelho, em 1985/1999 e na atualidade

Concelhos	1985/1999	Atualidade	Evolução 11985/99 – 2015
Cinfães	5424	1945	-3479
Castro Daire	3254	1055	-2199
Arouca	2099	680	-1419
Amarante	1695	668	-1027
Baião	1691	650	-1040
S. Pedro do Sul	1578	565	-1013
Resende	1068	380	-688
Vale de Cambra	785	105	-680
Marco de Canaveses	377	165	-212
Moimenta da Beira	190	25	-165
Castelo de Paiva	189	80	-109
Lamego	121	10	-111
Vila Nova de Paiva	84	10	-74
Tarouca	84	80	-4
Sever do Vouga	71	15	-56
Viseu	64	8	-56
Vouzela	63	7	-56
Celorico de Basto	59	0	-59
Guimarães	24	0	-24
Tabuaço	15	0	-15
Oliveira de Frades	15	10	-5
Sernancelhe	13	20	7
Santa Comba Dão	12	10	-2
Sátão	4	0	-4
Vila Real	4	0	-4
Felgueiras	3	0	-3
Aveiro	2	0	-2
Sabrosa	2	0	-2
Vila Nova de Famalicão	1	0	-1
Santarém	1	0	-1
Total	18992	6.488	-12548

Fonte: Site oficial da ANCRA (<http://www.ancra.pt/descriraca.htm>)

A aposta na raça arouquesa é por isso necessária para projetar o nome de Cinfães, muito porque este continua a ser o concelho que mais bovinos de raça arouquesa produz, apesar da significativa diminuição registada nos últimos anos (Tabela 11). Por outro lado, esta aposta era igualmente benéfica para a melhoria de toda a economia do concelho, possibilitando o aumento do número de postos de trabalho. Aliás, a CM de Cinfães já detém um programa específico para incentivar os produtores a investirem na raça arouquesa, mas como é insuficiente, nomeadamente por falta de pastagens, se seguisse um “banco de terras”, esse problema seria minimizado. Acresce que, para incentivar os jovens, no início seriam disponibilizados alguns apoios a estes novos produtores, no sentido de poderem começar projetos rentáveis.

Outras das soluções para melhorar o concelho no âmbito agrícola, também valorizada nos inquéritos efetuados, seria continuar a aposta bem-sucedida na produção de venho verde. É cada vez mais importante reforçar a ideia de que na secção do vale do Douro integrado na região demarcada do vinho verde, criada em 1908, o concelho de Cinfães, reparte-se por duas sub-regiões: “Baião”, que congrega os concelhos de Baião, Resende e Cinfães (excetuando as freguesias de Travanca e Souselo), onde domina a casta de Avesso, e “Paiva”, que abrange o concelho de Castelo de Paiva e as freguesias de Travanca e Souselo. Aqui predominam as castas Amaral e Vinhão (tintas) e Arinto, Loureiro e Trajadura (brancas). Dos 12 produtores de vinho destas sub-regiões., Cinfães engloba apenas quatro, 1 em Travanca (a Quinta da Carvalha) e três em Souselo (a Quinta das Fontes, a Quinta do Fijô e o Inspir’ar)³².

Nestas circunstâncias, em Cinfães podemos encontrar vinho verde branco ou tinto, sendo notório o incremento do número de produtores, sobretudo na freguesia de São Cristóvão de Nogueira. Inclusivamente, estes vitivicultores, têm aumentado a sua presença nas feiras internacionais de vinho, ganhando algumas medalhas. Uma delas, já no ano corrente de 2016, onde o vinho da Quinta do Fijô ganhou uma medalha de Prata.

Reforçando a produção de vinhos no concelho, através da conjugação de fundos comunitários, investimento privado ou ainda com subsídios da CM de Cinfães, criar-se-iam condições para reerguer a Adega Cooperativa de Cinfães, que há mais de uma década encerrou, desamparando os pequenos produtores, num cenário onde a inovação também esteja presente, por exemplo, com a aposta em novos aromas, provenientes das uvas.

³²<http://www.vinhoverde.pt/pt/regiao-demarcada>

Uma das grandes apostas, porém, corresponde à conjugação entre a tradição e a inovação. Como foi possível perceber ao longo desta dissertação, Cinfães é um concelho muito rico em tradições, visíveis quer no modo de vida das populações, mas também nas aldeias históricas, nos antigos ofícios ou no património construído. Urge, pois, tirar partido deles e conjuga-los com a inovação, de modo a gerar emprego e dinamizar a economia concelhia.

Uma das alternativas de conjugação destas duas vertentes, tradição e inovação, recai na demonstração das artes e ofícios antigos que visualizamos nas feiras regionais, no concelho de Cinfães. Existem, contudo, muitos ofícios que desapareceram, ou se encontram em risco de extinção, como por exemplo a chapelaria, a latoaria, a tamancaria, a cestaria, ou ainda os carvoeiros, os barqueiros (especialmente na envolvente do rio Bestança e em Escamarão), os colmadores, os pastores, os padeiros (que podemos ver na Aldeia do Pai Natal – Gralheira), os moleiros, os seareiros e os carreteiros. Também seria importante representar as mesmas artes e ofícios nas aldeias onde estes eram mais significativos, de modo a que quem visitasse a aldeia, percecionasse as antigas profissões e ofícios, podendo, contudo, encontrar também serviços modernos como é o caso dos hotéis e estabelecimentos de TER.

Nas envolventes dos estabelecimentos de TER poderíamos apostar ainda numa agricultura tradicional para que os turistas participassem nas atividades agrícolas aprendendo e auxiliando os proprietários, como sucede na quinta da Ventuzela. Este cenário participativo valoriza o estabelecimento e a delícia dos hóspedes citadinos. Assim se conjugaria uma agricultura tradicional, com outra moderna e mais rentável, mas também com a agricultura biológica. É de extrema importância que esta aposta se concretize.

Mas Cinfães, para se impor, tem que se posicionar em termos turísticos, não só à escala do “Douro Verde” como também na nacional, e um dos meios fundamenta-se num turismo de qualidade em estabelecimentos recomendados, integrados na paisagem e na cultura local. Também em estabelecimentos de TER, para que isto seja possível, não devemos apenas despertar o interesse do turista para o concelho de Cinfães, e para uma estadia mais longa, pois é necessário criar também atratividades diversas e preservar as já existentes. Há, contudo, que salientar que os museus do concelho de Cinfães, o posto de turismo e o centro de interpretação do Vale do Bestança, detêm horários restritivos,

encerrando, habitualmente, durante o fim-de-semana, quando aumentam as visitas de turistas.

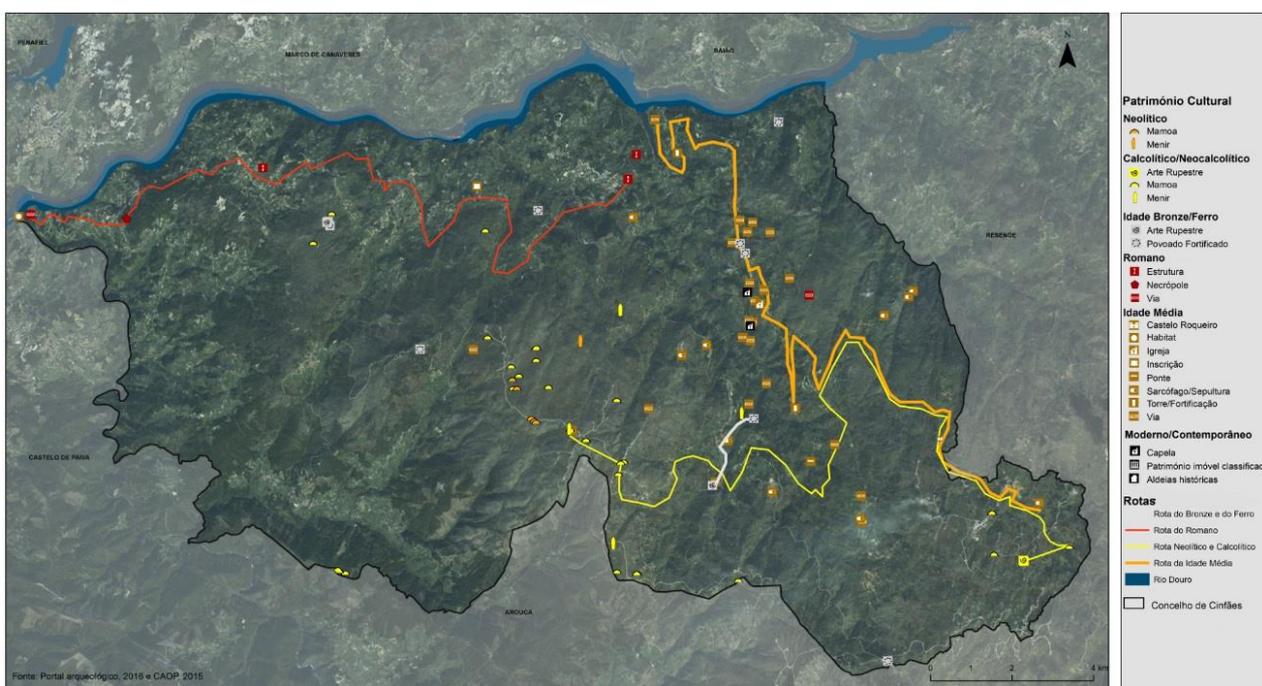
Por outro lado, como Cinfães é um concelho do interior mas é delimitado, ou mesmo atravessado, por diversos rios, devem criar-se praias fluviais com todas as condições. Aliás, existem atualmente duas em Cinfães, e quando a questão é “ir a banhos”, a primeira a referir é a do rio Bestança, em Pias, onde se aproveita a maior profundidade de rio e espaços agradáveis para fazer um pic-nic, enquanto se delicia com a envolvente natural, em família. Seria necessário colocar uma área de churrasco e arborizar mais o recinto e as do rio Bestança de modo a torna-lo mais atrativo ainda. Outro local é a praia de Granja, em Espadanedo, praia fluvial em pleno rio Douro, muito frequentada pela população mais jovem, mas demasiado descurada para ser utilizada por toda a família. Apostar nesta vertente seria uma medida que beneficiaria o turismo, mas, acima de tudo, a população local.

Outra medida a tomar seria a criação projeto “Arq’Cinfães” (Rota do Património Arqueológico do concelho de Cinfães) (Figura 32). Com este projeto, auxiliar-se-ia o turismo na região, proporcionar-se-ia um maior conhecimento sobre as origens do povoamento no concelho de Cinfães, ao mesmo tempo que se preservava o património arqueológico do concelho. Para tal, seriam necessários fundos comunitários para iniciar o investimento, criando uma rota específica, desde o património arqueológico mais antigo até ao mais recente, aglomerando o património arquitetónico da pré-história recente, neolítico final, idade do bronze, calcolítico (ou idade do cobre), neo-calcolítico e idade do ferro, assim como o património da ocupação romana e da idade média. Desta forma, todo património arqueológico entre a pré-história (aproximadamente 3500 a. C.) é os séculos XV e/ou posteriores, seria representado. Seriam criadas quatro rotas específicas, a primeira, intitulada “Rota do Bronze e do Ferro”, cujo o percurso teria um total de 2 km. Uma segunda, nomeada “Rota do Neolítico e Calcolítico”, com 24 km de extensão. Uma terceira, a “Rota do Romano”, com um total de 22 km e por fim, a “Rota da Idade média”, com uma extensão de 24 km. Todas estas rotas foram elaboradas sob a rede rodoviária municipal de modo a que o acesso a todos os sítios de interesse arqueológico fossem de fácil acesso. Foram também destacados os monumentos de maior relevância nos percursos de modo a garantir que as rotas eram o mais completas possíveis. Devido ao seu elevado interesse, o património natural também merece destaque, sobretudo o

relacionado com as portas do Montemuro e o Vale do Bestança, embora existam também depósitos e ribeiros de interesse.

Deste modo, conjugando ideias inovadoras com o património e as tradições existentes, Cinfães tornar-se-ia um concelho multifuncional e dinâmico. Com a aposta nos produtos endógenos, mencionados também nos inquéritos efetuados, poderíamos criar espaços únicos de importância relevante no concelho local e nacional. Como foi alertado por todos os hotéis ou estabelecimentos de TER, os turistas estrangeiros representam aproximadamente 70% dos turistas que ficam hospedados no concelho, e por isso, a aposta no turismo é um meio difusor de dinamismo económico, cultural e social.

Figura 32- Rotas do Arq´Cinfães, em 2016.



Fonte: Portar arqueológico, 2015

Conclusão

“Os territórios rurais possuem muitos atributos e qualidades: fauna e flora, ecossistemas particulares, paisagens humanizadas, modos de povoamento, sítios históricos, aldeias tradições seculares, manifestações ancestrais, entre outros” (Covas, 1997, p.9)

Depois de analisarmos os espaços rurais e o caso do concelho de Cinfães em concreto, percebemos que existem soluções para as áreas rurais portuguesas, sendo que de um modo geral, estas poderão passar pela agricultura de produção especializada e de elevado rendimento, com recurso à tecnologia e formação mais avançada de modo a tornar o investimento rentável. Poderá passar igualmente, pela agricultura extensiva, com vantagens ambientais, apostando numa vertente menos prejudicial para o ambiente, não esgotando os solos. A estratégia poderá focar-se ainda na agricultura de ordenamento e qualidade ambiental, utilizando sobretudo os solos com mais aptidão agrícola. E, por fim, pela agricultura e serviços rurais, apostando na multifuncionalidade das paisagens rurais através de novas atividades, adicionando à produção o comércio dos produtos regionais, o TER, e a conservação da natureza, entre outros. Podemos dizer, por isso, que a agricultura de elevado rendimento tem condições para se desenvolver no nosso país, mas para isso há que conhecer o território.

Passando para o caso de estudo, o concelho de Cinfães este é um município pleno em potencialidades, embora estas estejam “camufladas” por problemas vincados que influenciam o modo de vida da população, conduzindo as elevadas taxas de êxodo rural e de emigração. Ainda assim, este concelho não é homogéneo, sendo visíveis assimetrias que urge mitigar. Para isso são necessárias medidas que potenciem estes espaços. No caso específico do concelho de Cinfães, o modelo de potencialização do concelho deve apostar na agricultura, designadamente na produção de vinho verde e de bovinos de raça arouquesa, garantidamente apostas de sucesso.

A falta de emprego, por seu turno, continua a ser um dos fatores que mais prejudica as áreas rurais, contudo, a atividade agrícola, atendendo às atuais dinâmicas e exigências, pode adotar cambiantes como a agricultura biológica e a aposta em produtos hortícolas variados, enquanto nas proximidades do rio Douro se privilegiariam as árvores de fruto e a produção de vinho verde.

Outro problema detetado refere-se à deficiente oferta de serviços especializados. Como é impossível que em todos os concelhos exista “um leque” variado de serviços

especializados, a cooperação municipal seria a forma mais viável de contornar este problema, “espalhando”, estes serviços pelos municípios associados, beneficiando assim uma vasta área.

Como foi debatido ao longo da execução deste projeto, a aposta na relação entre a tradição e inovação é crucial para o sucesso dos projetos nas áreas rurais, conservando e revitalizando as tradições e transmitindo-as às gerações vindouras de modo a que estas possam entender o passado e o modo de vida da população autóctone. Por seu turno, a inovação é necessária para garantir que todas as necessidades da população são satisfeitas e fornecer aos turistas razões para voltarem a hospedar-se no concelho de Cinfães. Um dos modos mais rentáveis de conjugar tradição e inovação é através dos estabelecimentos de TER, o artesanato e a agricultura.

A aposta no turismo apresenta-se de facto, como uma alternativa fiável, uma vez que o concelho de Cinfães conserva um soberbo património natural, arquitetónico e cultural. Para o valorizar e divulgar, há que laborar rotas do património arqueológico e natural, uma vez que o património arqueológico se encontra mais descurado. Seria uma forma não só de fomentar o turismo no concelho de Cinfães, mas também de preservar este tipo de património. Outra aposta incide no turismo fluvial e na promoção das linhas de água, opção rentável e segura de potenciar o turismo no concelho, uma vez que já existe uma praia fluvial na freguesia de Espadanedo, e no rio Bestança deparamo-nos com outra multiplicando-se os locais propícios para um mergulho refrescante.

Em conclusão, as áreas rurais e, em especial o concelho de Cinfães, são espaços atrativos e cheios de possibilidades que insta valorizar, mas numa perspetiva multifuncional. Assim se mitiga a contínua pressão que existe sobre o litoral e se previnem os processos de despovoamento das áreas rurais com a consequente desertificação. Além de necessitarem de ser potenciadas, as áreas rurais precisam de ser preservadas e mantidas, pois representam a nossa história, a nossa cultura. Há que impedir que o mundo rural sucumba às problemáticas e à degradação.

Relatório de estágio

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) é a instituição responsável pela gestão territorial do Norte de Portugal. Para além de uma direção de serviços ligados ao Ordenamento do Território, existe um outro setor associado ao ambiente e outro que coordena a aplicação de fundos comunitários, nomeadamente os do programa ON (Novo Norte). Noutro setor analisam-se e estruturam-se os projetos de carácter regional e local, mas também os de cooperação internacional, especialmente com Espanha.

Na CCDRN reúnem-se todos os instrumentos de gestão territorial, quer ao nível nacional, quer à escala regional ou municipal. Muita dessa informação está disponibilizada em formato raster para qualquer cidadão. Instituição crucial ao nível do planeamento regional, existem mais quatro comissões adstritas a outras regiões dispersas pelo país (CCDRC, CCDRLVT, CCDRALT e CCDRNALGV).

Como não possuía qualquer experiência no mercado de trabalho e como no segundo ano do mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, os estudantes têm a possibilidade de escolher entre concretizar apenas uma dissertação ou efetuar um estágio adicionado à dissertação, optei pela última opção. Ponderei em efetuar um estágio na Câmara Municipal de Cinfães, mas como esta instituição não possui um setor de trabalho específico para o planeamento, percebi que a melhor opção seria fazer o meu estágio na CCDRN, uma vez que assim residiria na cidade do Porto e poderia desenvolver a minha dissertação sobre Cinfães. Após auscultação dos docentes nesse sentido e confirmação da viabilidade deste projeto, a minha decisão foi tomada.

Reuni com a CCDRN duas vezes, uma sozinha para perceber de o estágio se poderia concretizar e outra acompanhada pela minha orientadora Professora Doutora Helena Pina para discutirmos os últimos pormenores. Na sequência destas reuniões, em Outubro de 2015 comecei a tratar dos pormenores para iniciar o estágio curricular, que decorreria entre Outubro e Março, totalizando 300 horas, tempo máximo estipulado no protocolo, assinado entre mim, a FLUP e a CCDRN, iniciando-se no dia 26 de Outubro de 2015 e concluído no dia 3 de Março de 2016. Compreendia quatro tardes semanais, sob a tutoria da Dra Fernanda Neves e trabalharia, sobretudo, na Mapoteca da CCDRN.

No dia 26 de Outubro iniciei então o meu estágio curricular. Comecei por efetuar tarefas simples, como comparar os *sites* das várias CCDR do país e perceber a informação disponibilizada pelas mesmas. Seguidamente, organizei os vários dossiês da REN

(Reserva Ecológica Nacional) e coloquei todos os CD, na pasta partilhada da DSOT (Direção de Serviços de Ordenamento do Território). Executei este processo para os 49 dossiês de REN disponíveis no arquivo da sala de reuniões, e posteriormente efetuei o mesmo trabalho para todos os PDM (Plano Diretor Municipal) da região Norte. Fiz tabelas dos pontos de situação da REN e dos PDM em vigor, distinguindo os revistos, dos que se encontravam em revisão, para além dos que já não estavam em vigor. Também listei os elementos que estavam em falta.

Na fase seguinte, verifiquei os PDM e REN em vigor que se encontravam no mapoteca (plataforma virtual da CCDRN, onde os PDM e REN em vigor são disponibilizados para os técnicos) de modo a perceber os que estavam corretos e os que teriam de ser atualizados. Em simultâneo, organizava os dossiês com a nova informação que ia chegando, como fichas de dados estatísticos dos PDM, memórias descritivas da REN e as respetivas cartas e plantas. Enquanto recebíamos informação das câmaras, elaborávamos os pontos de situação, de modo a perceber o que faltava e a informação já obtida, ao mesmo tempo que ia separando as imagens em formato TIFF e JPG para posteriormente serem carregadas na mapoteca, assim como a informação vetorial.

Mas indiscutivelmente, este estágio foi muito gratificante, pois forneceu-me a possibilidade de executar múltiplas tarefas e aprofundar os meus conhecimentos. Assim, noutra fase, mais específica auxiliiei a Dra Fernanda Neves a elaborar a apresentação para apresentar numa conferência em Oliveiras das Azeméis sobre o “Gisday: O SIG no investimento”. Por videoconferência assistimos aos vários painéis e a Dra Fernanda efetuou a sua apresentação. No dia 26 de Novembro fui com outros colaboradores da DSOT a Braga para participar na Ação de Formação sobre a Diretiva Inspire, intitulada “Introdução à criação e utilização de metadados e serviços de dados geográficos no âmbito da implementação da diretiva inspire”. Contou com a presença de colaboradores da CCDRN, da DGT (Direção Geral do Território) e de algumas Câmaras Municipais. Nesta ação de formação proporcionaram-se esclarecimentos sobre o enquadramento da Diretiva Inspire, a remodelação do SNIG (Sistema Nacional de Informação Geográfica) e da evolução do mesmo ao longo do tempo. Recorde-se que este Sistema, criado em 2007, passou a denominar-se SNIG2020, no âmbito da Diretiva Inspire (Infrastructure for Spatial Information in Europe). Nesta ação de formação seguiu-se ainda uma fase de programação onde foram explicados os processos afetos aos metadados da Diretiva Inspire. Em resumo, abordaram-se os vários instrumentos que permitiam o acesso a informação geográfica, focando sobretudo o SNIG2020 e a Diretiva Inspire.

Com a aproximação do fim do ano civil e a urgência de carregar os novos PDM e REN na Mapoteca, foram necessários reforços para que o trabalho fluísse, garantindo que todos os metadados e legendas estavam executados e que os ficheiros TIFF e JPG estavam selecionados e georreferenciados de modo a facilitar o carregamento dos mesmos na mapoteca. Neste âmbito, foi-me ensinado como fazer metadados e as respetivas legendas, que comecei a aplicar de modo a rentabilizar o tempo.

As legendas para a inserção de dados na mapoteca são elaboradas no Photoshop, de modo a serem manipuláveis para conter toda a informação necessária e possuem o formato específico exigido, o JPG, não perdendo assim, qualidade de imagem. Existem, porém, diferenças no caso dos PDM têm que possuir duas legendas uma para a Planta de Condicionantes e outra para a Planta de Ordenamento: caso sejam carregadas outras plantas anexas, essas também têm que possuir a sua própria legenda. No caso das REN, estas têm apenas que possuir uma legenda, exceto quando existam cartas anexas. Em relação aos metadados, estes também diferem um pouco entre os do PDM e os das REN, sendo comuns apenas a identificação, aqui deve existir o nome do IGT e do concelho, a data de publicação, o número do diploma, a descrição do mesmo, a data impressa da carta ou da planta, bem como a identificação do sistema de coordenadas assumido na cartografia e o código de identificação do mesmo. Diferem pelo facto de, no caso dos PDM temos que descrever todas as plantas, anexas ou não, que acompanharam o PDM, definindo quantas folhas são e o que contêm, enquanto no caso das REN, esta discriminação não é necessária, existindo apenas um pequeno tópico onde se menciona o número de folhas.

Dada à contínua urgência em prosseguir com o carregamento de REN e PDM, eu e a Dra. Fernanda Neves assistimos ao carregamento de uma das REN na Mapoteca de modo a compreendermos o processo de inserção. Este é, no essencial, um projeto de programação, sendo utilizados *links* em programas específicos e em servidores distintos de modo a que “as ordens” sejam dadas ao computador corretamente. A demonstração e as dúvidas sobre o carregamento na mapoteca e a respetiva substituição foram fornecidas pelo Dr. Filipe Pereira, técnico em SIG.

Outra tarefa que desempenhei aquando do meu estágio relaciona-se com processos de ações em REN, nestes casos os proprietários dos terrenos, ou as CM, apresentam uma proposta que propõe uma ação numa área localizada em REN e os técnicos das CCDR avaliam de modo a perceber se a áreas proposta para ação se encontram em REN e se sim, em qual tipologia e se estão isentos ou sujeitos a comunicação prévia ou se estão interditos

a ações, se possuem requisitos específicos ou se requerem pareceres vinculativos de alguma instituição, ou estão sujeitos ao pagamento de taxas, estabelecidos no Decreto-Lei. Depois de concluídas as fases de avaliação e análise, procede-se à elaboração da informação e do ofício. Também executei um procedimento semelhante, mas respeitante aos PDM.

Em resumo, o estágio na CCDRN foi extremamente produtivo em todos os sentidos, já que não só aprendi a trabalhar em planeamento, como me foi possível executar diferentes tarefas, adquirindo muitas competências que me possibilitam uma rápida integração no mercado de trabalho. Assim, tal como imaginava no início do estágio, não são suficientes apenas aprendizagens meramente teóricas, pois a vertente prática é essencial e apenas esta última “aguça o engenho”, preparando-nos para a efetiva inserção no meio empresarial ou em instituições públicas, como profissionais mais competentes e preparados.

Referências Bibliográficas

- Albergaria, Henrique; Pires, Sara; “O turismo e o desenvolvimento dos espaços rurais de fraca densidade”; Desenvolvimento e ruralidade no espaço europeu – Atlas do VIII encontro nacional da APDR, Volume I; 2000, Coimbra;
- Almeida, Octávio; “A política regional e os fundos comunitários”; Revista Poder Local, nr 30, “A união Europeia e o poder local”: Abril/Junho, 1997, Lisboa;
- Almeida, Octávio; “Reflexões sobre o II quadro comunitário de apoio e a gestão dos fundos comunitários”; Revista Poder Local, nr 128, “Regionalização, democracia e desenvolvimento”; Setembro de 1996, Lisboa;
- Associação de defesa do vale do Bestança; “Património arqueológico do vale do Bestança”; 1997, Viseu;
- Bento, R.; Azevedo, N; Ramos, L.. Determinação do Conceito e Mapeamento dos Territórios de Muito Baixa Densidade,2012 (Relatório técnico);
- Bravo, Manuel de Castro Pinto; “Monografia do extinto concelho de Sanfins da Beira: história, arqueologia, heráldica, genealogia, toponímia, etc”; Emp. Industrial Gráfica do Porto, 1938, Porto;
- Cerveira Pinto, Manuel dos Santos; “Boassas – Uma aldeia histórica”; Jornal Miradouro Edições, Lda; 2008, Cinfães;
- Covas, António; “Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural”; Direção Geral de Desenvolvimento Rural; Coleção Estudos e Análise 3 – Política de diversificação e a política de ajustamento: duas componentes da política de desenvolvimento rural; 1997, Lisboa;
- Covas, António; “Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural”; Direção Geral de Desenvolvimento Rural; Coleção Estudos e Análise 8 – Política de diversificação e a política de ajustamento: duas componentes da política de desenvolvimento rural; 1997, Lisboa;
- Covas, António; “Desenvolvimento e território: Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer – homenagem à Professora Dra Carminda Cavaco”; 2006, Lisboa (páginas 107 a 127);
- Covas, António; “Portugal e a conquista europeia estratégica”; 2003, Lisboa (pág. 199 a 2013);
- Cunha, Maria José dos Santos; “Animação, tradição e cultura como fatores de preservação da memória e desenvolvimento rural”; Revista do turismo e desenvolvimento, nº 17/18, volume 3; 2012;
- Delgado, Carlos Filipe dos Santos; “Expansão urbana e fragmentação de áreas com forte aptidão agrícola – o caso de estudo da “bacia leiteira primária” de Entre-Douro-e-Minho”; Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de Mestrado); 2010, Porto;
- Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; “Estudo de caracterização do turismo no espaço rural e do turismo de natureza em Portugal – versão resumida”, 2008;

- Direção Geral de Desenvolvimento Rural; “Desenvolvimento rural: novas realidades e perspectivas”; 1997, Lisboa;
- Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; “A paisagem na revisão dos PDM”; Universidade de Évora; 2011, Évora;
- Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; “Contributo para a Identificação e caracterização da Paisagem em Portugal continental”; 2004, Évora;
- Galvão, Maria João; Varreta, Nicole D.; “A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento”; Cadernos curso de doutoramento em geografia; Porto, 2010;
- Geoatributo; “R.01 Caracterização e diagnóstico – Revisão do PDM de Cinfães”; Volume 1; Abril de 2015
- Givord, Doriane; “The european rural model – Defending the european rural and agricultural model at WTO”; Leader magazine, Nr 25; 2000/2001;
- Hoggart, Keith; Bulles, Henry; Black, Richard; “Rural Europe – Identity and change”; 1995, Arnold;
- La Documentation française; “Des systèmes spatiaux en prospective – territoires 2040”, Revue d’études et de prospective, 2011, Datar, N° 4;
- Luís, Esmeralda; “Turismo e desenvolvimento do espaço rural: o caso do concelho de Santa Marta de Penaguião”, Inforgeo – Associação Portuguesa de Geógrafos, nº 16/17; 2001/2002;
- Magalhães, Lúcia da Silva; “Revitalização das áreas rurais de baixa densidade da ERPVA (Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental); Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de Mestrado); 2010, Porto;
- Magalhães, Manuela Raposo; “Estrutura Ecológica Municipal – uma proposta de delimitação e regulamentação”; Centro de Estudos de Arquitetura Paisagística Professor Caldeira Cabral; 2015, Lisboa;
- Marques, Hélder; “Modernidade e inovação na ruralidade do noroeste de Portugal”; Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de Doutoramento); 2000, Porto;
- Marques, Maria Alegria; Resende, Nuno; “Terras e Gentes – Os forais manuelinos do atual concelho de Cinfães”; Câmara Municipal de Cinfães; 2013, Cinfães;
- Martins, Fernandes; “Terras Cinfanenses”; EFEMART; 1997;
- Mendes, Nuno Miguel Jorge; “Sinfães 1900”; Monografia de Cinfães; 2000, Cinfães;
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional; “Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013”; Setembro de 2007, Lisboa;
- Monterey, Guido de; “Terras ao léu – Cinfães”; Edição do autor; 1985, Porto;
- Neves, José Cesar; “Os fundos comunitários e a economia portuguesa – uma abordagem informal”; Revista Economia, volume XVIII; Janeiro de 1994, Lisboa;

- Pina, Helena; Teixeira, Pedro; “The new generation and the strategic development of the alto Douro: the importance of innovation and entrepreneurship”; 2015
- Pinho, Luís M. Silva; Silva, António Manuel; “Antes de Cinfães – da pré-história à idade média”; Monografia de Cinfães; 2000, Cinfães;
- Pinto Correia, Teresa; Breman, Bas; Jorge, Victor; Dneboská, Milena; “Estudo sobre o abandono em Portugal continental – Análise das dinâmicas da ocupação dos solos, do setor agrícola e da comunidade rural”; Universidade de Évora; 2006, Évora;
- Pinto Correia, Teresa; “Multifuncionalidade da paisagem rural: Novos desafios à sua análise”; Inforgeo; 2007; (pág. 67 a 71);
- Rocha, Daniela Maria Teixeira da; “Avaliação do alargamento do Geoparque Arouca ao território Montemuro e Gralheira - Um estudo sobre património geológico e proposta de um plano de desenvolvimento territorial”; Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro (Tese de Doutoramento); 2015, Vila Real;
- Sequeira, Teresa; Diniz, Francisco; “Impacto do investimento em áreas rurais: para além do betão, a emergência do 3º setor (Portugal)”; Cuadernos de Desarrollo Rural, Nº10; 2013 (pág. 145-165)
- Silva, J. M. Amado da; “Quadros Comunitários de Apoio, Política Industrial e Competitividade”; Revista Economia; 1994, Lisboa;
- Silvestre, Carlos de Oliveira; “Gralheira de Montemuro”, Monografia, 2002, Cinfães
- Soares, L.; Pacheco, E; Lucas, J; “Geo diversidade, cultura e património: uma leitura integrada da paisagem; CEM – Cultura, Espaço & Memória, nº4, pp. 157-175;
- Vasconcelos, Maria Isabel; Ribeiro, José Manuel; Matos, Ernesto Santos; “Geografia de Cinfães”, Monografia de Cinfães; 2000, Cinfães;
- Ventura, Jorge; “Montemuro – Alminhas dos Caminhos”; Educação do Autor; 2004, Cinfães;
- Ventura, Jorge; Pereira, Lourenço; “Património e História – imagens que valem por 1000 palavras”; Monografia de Cinfães; 2000, Cinfães;
- Vieira, António; “Património natural da serra do Montemuro: Factor de potencialização da área de montanha”; Cadernos de Geografia, nº 24/25; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; 2005/2006, (pág. 161 a 170);
- Vukonic, Pedrag; Kljajié Natasa; Arsic; Slavica; “Agro-industry and agrarian policy measures in the republic of Serbia during 1950 to 2000”; Universităţii Petrol Gaze Ploiesti, Vl. LXI, No. 4/2009; 2009, Roménia;
- <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho>
- <http://www.wecportugal.com/pt/cidade-de-gouveia/a-cidade/>
- http://www.ipv.pt/millennium/19_spec10.htm
- <http://www.bolsanacionaldeterras.pt/quem.php>

- <http://www.escapadarural.com/que-hacer/albarracin>
- <http://fundacionsantamariadealbarracin.com/>
- <http://www.unizar.es/centros/eueeh/master/LACAMBRA.pdf>
- <http://montanhasmagicas.com/pt/montanhas-magicas/>
- <http://www.escapadarural.com/que-hacer/albarracin>
- <http://fundacionsantamariadealbarracin.com/>
- <http://www.unizar.es/centros/eueeh/master/LACAMBRA.pdf>
- <http://pt.france.fr/pt-br/a-descobrir/em-auvergne-0>
- http://europa.eu/rapid/press-release_IP-88-737_en.htm
- http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.2.1.html
- <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-en/biblio/model/art02.htm>
- <http://www.pdr-2020.pt/>
- <http://www.publico.pt/portugal/noticia/um-mundo-ruralmoderno-esta-a-desenvolverse-em-auvergne-1703668>
- http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007800006
- http://www.qca.pt/n_qca/antiores.asp
- <http://www.qca.pt/home/index.asp>
- <http://www.qren.pt/np4/379>
- http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007800006
- <http://turismo.cm-cinfaes.pt/index.php/visitar/cultural/item/30-museu-serpa-pinto>
- <http://turismo.cm-cinfaes.pt/index.php/visitar/cultural/item/31-museu-etnografico-de-nespereira>
- <http://turismo.cm-cinfaes.pt/index.php/visitar/cultural/item/164-museu-escola-de-vilar-do-peso>
- <http://www.dolmen.co.pt/NoticiasMenu.htm>
- <http://ecoaldeiajanas.org/grupos/banco-de-terras-terrenos-e-casas-para-ceder-alugar-ou-vender/>
- <2http://www.ancra.pt/descriaca.htm>
- <http://www.vinhoverde.pt/pt/regiao-demarcada>
-
-

Anexos

“A 1 de Julho de 1936, as armas de Cinfães têm a seguinte constituição heráldica: de prata com um cacho de uvas púrpura folhado e surtido de verde, acompanhado lateralmente de 2 ramos de oliveira de verde, frutados de negro, atados em ponto de vermelho, e em chefe um leopardo de azul com uma estrela de cinco pontas na testa. Coroa mural de Prata de quatro torres. Listel branco com os dizeres “Vila de Cinfães” a negro.”

Culturas endógenas do concelho de Cinfães

O concelho de Cinfães é atualmente marcado por deter culturas diversificadas, mas muitas destas foram originárias da Europa, trouxeram como o castanheiro, a figueira, a videira, a macieira, nogueira, as espécies florestais como os pinheiros manso e bravo e o cipreste e flores como a açucena, cravos, goiva, junquilha e malmequer. Do continente asiático, chegaram ao território cinfanense árvores de fruto como a ameixeira, a cerejeira, o damasqueiro, a laranjeira, o limoeiro, marmeleiro, magnoleiro ou nespereira, a pereira, a tangerineira, pessegueiro, diospireiro, culturas como a cebola, ervilha, centeio e por fim, espécies de flores como a azálea, a camélia, glicínia, hortências, jacinto, sécia e Crisânteos. Do continente Oceânia, chegou apenas uma espécie de árvore o eucalipto. Do continente Americano, chegaram culturas como a batata, a abóbora, o feijão, tomate e milho, de espécies de flores chegaram ao território cinfanense a begónia, a dália, as estrelas do Egipto, lágrimas, girassol e zinias. Por fim, do continente africano, chegou a cultura da fava, uma espécie de árvore, o chorão e algumas espécies de flores como a beladona, a frésia, o gladiolo, a ixia, os speraxis e os jarros. Quanto a espécies animais, existem lobos na serra, víboras na Gralheira, existem ainda espécies como cobra, sardão, sardonisca, raposa, doninha, ouriço-cacheiro, coelho e lebre, são espécies que abundam por todo o concelho. Quanto a espécies de aves, existem a perdiz, o gaio, papa-figos, pardal, melro, pombo, rola, toutinegra e as andorinhas, nos meses mais quentes. Também existem várias espécies de peixes no concelho, barbo, boga, escalo, enguia truta, antes da construção da barragem do Carrapatelo, existem também lampreia e sável. Existem ainda outros anfíbios e insetos, como rãs, grilos, cigarras, saltaricos e borboletas. (Monterey, 1985)

Bandas e grupos de animação e feiras no concelho de Cinfães

Cinfães é um concelho rico em grupos de animação, sendo que no concelho, existem oito orquestras típicas, seis grupos folclóricos, dois grupos corais e cinco bandas filarmónicas. Em relação a estas últimas, a banda Marcial de Cinfães que iniciou-se a 13 de Abril de 1876, a banda Marcial de Tarouquela e Municipal de Cinfães, que iniciou funções em 1930, a banda marcial de Nespereira que data de 20 de Fevereiro de 1942, a banda de Santiago de Piães, a mais antiga banda de música ainda em atividade, que se iniciou em 1975 e a banda da casa do povo de Ferreiros que data também de Fevereiro de 1942, existia ainda outra banda no concelho de Cinfães, a banda Marcial de Espadanedo, que exerceu funções entre 1840 a 1964.

As feiras eram, de igual modo, uma troca de saberes e por vezes de sabores, ao longo do território cinfanense, realizavam-se várias, umas anualmente, outras mensalmente e as mais frequentes, quinzenalmente. A Feira de Cinfães ainda é realizada nas proximidades do mercado municipal e realiza-se quinzenalmente, todos os dias 10 e 26 de cada mês, se estes dias representarem um domingo ou um feriado, habitualmente a ocorrência da feira é no dia anterior, também quinzenal é a feira de Nespereira, que se realiza todos os dias 4 e 18 de cada mês, assim como a feira do Couto, em Souselo, que se realiza a 14 e 28 de cada mês.

Antigamente, existia ainda outra feira quinzenal, a feira de Ruivais, que se realizava a 1 e 13 d cada mês. Existem ainda feiras anuais como é o caso da feira das portas do Montemuro, em Alhões, a feira da Gralheira e a feira da Malhada em Tendais, entre outras.

Situação agrícola e de produção animal, atual, no concelho de Cinfães

Figura 33 - Número de explorações agrícolas com culturas permanentes, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 1989, 1999 e 2009

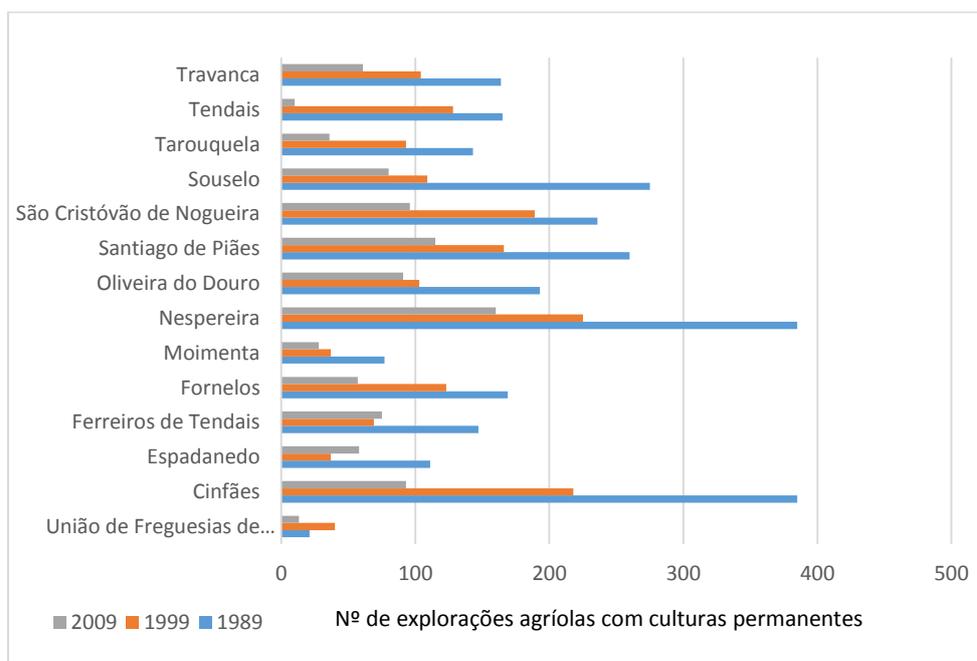


Figura 34 - Número de explorações com culturas temporárias, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 1989, 1999 e 2009

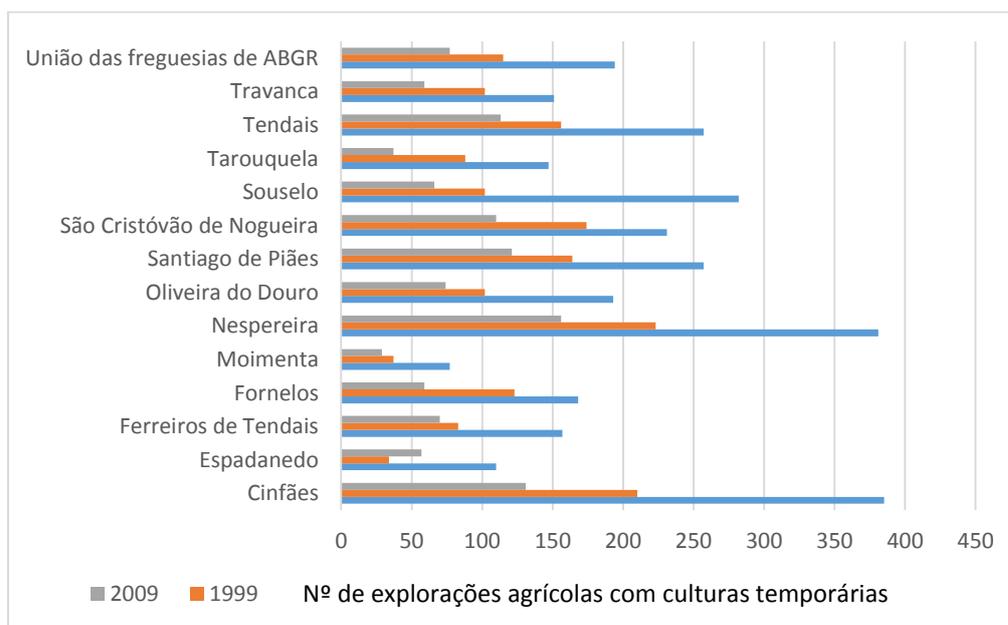


Figura 35- Número de efetivo animal da exploração agrícola, no concelho de Cinfães, por freguesia, em 1989, 1999 e 2009

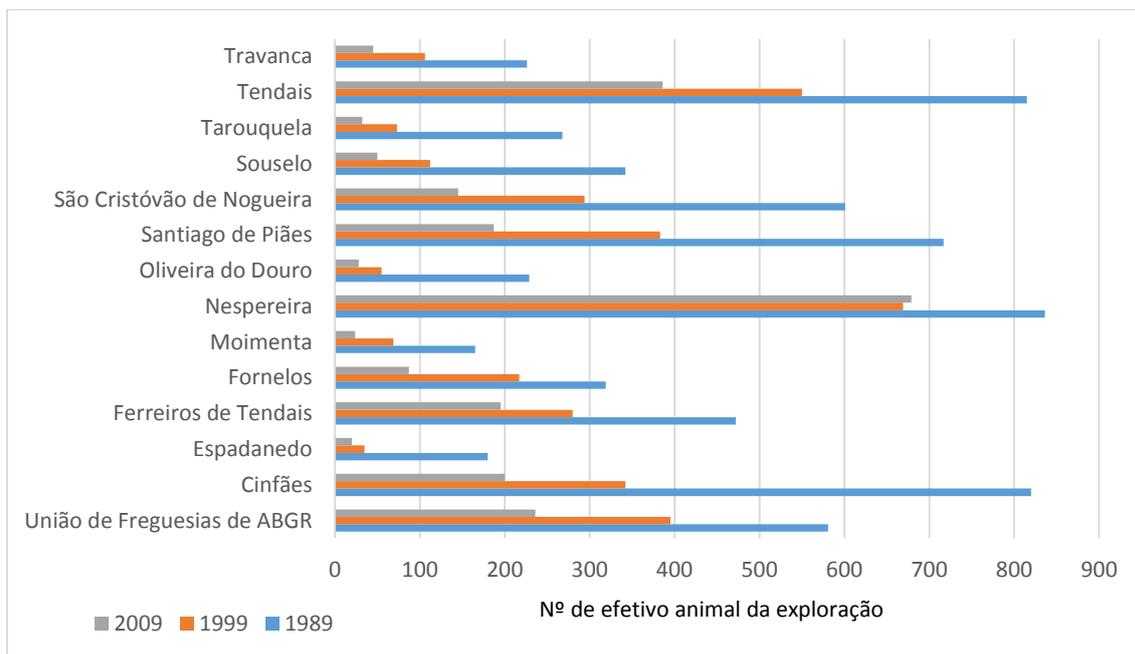


Figura 36- Explorações agrícolas com máquinas (Nº), no concelho de Cinfães, por freguesia, em 1989, 1999 e 2009

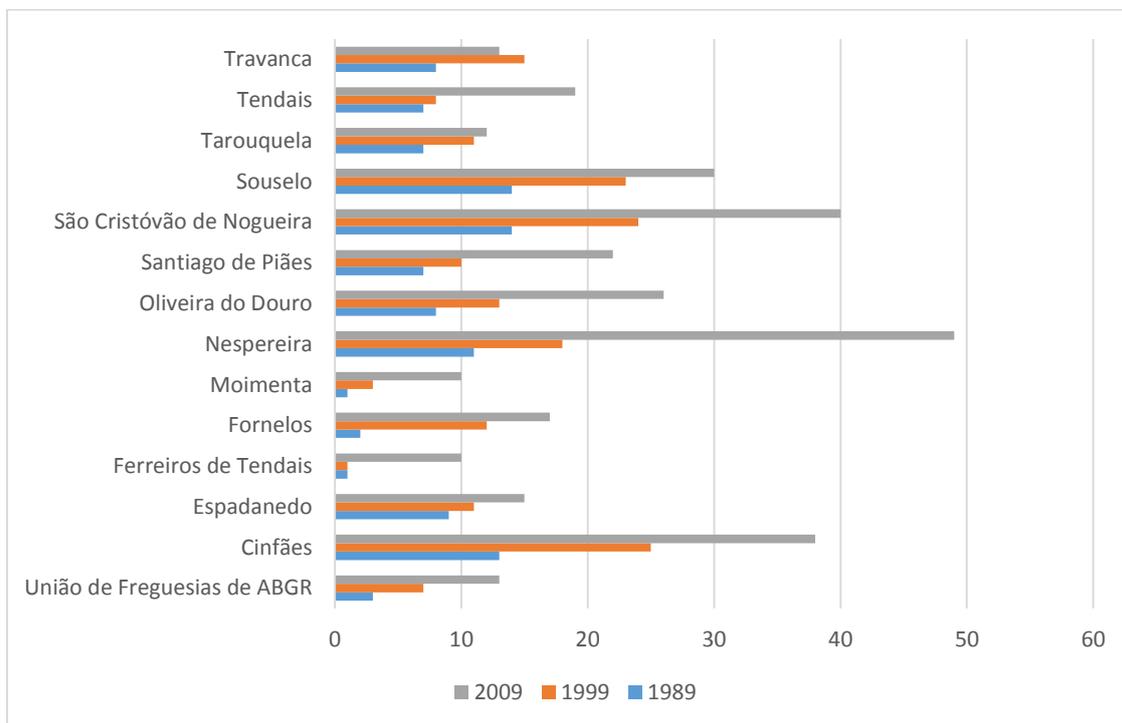


Figura 37- Carta de Ocupação do Solo (COS), no concelho de Cinfães, em 2007

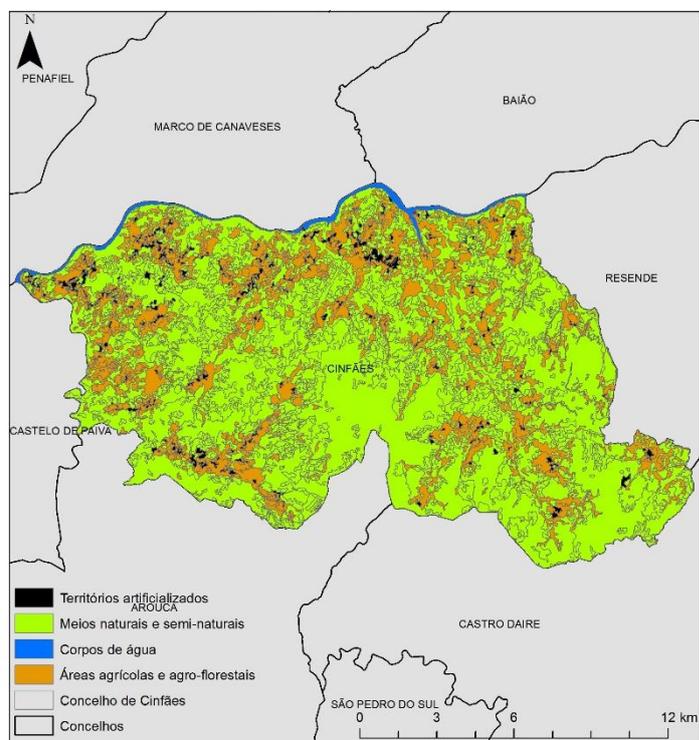


Figura 38 - Densidade de alojamentos (Nº/Km2), no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2001 e 2011

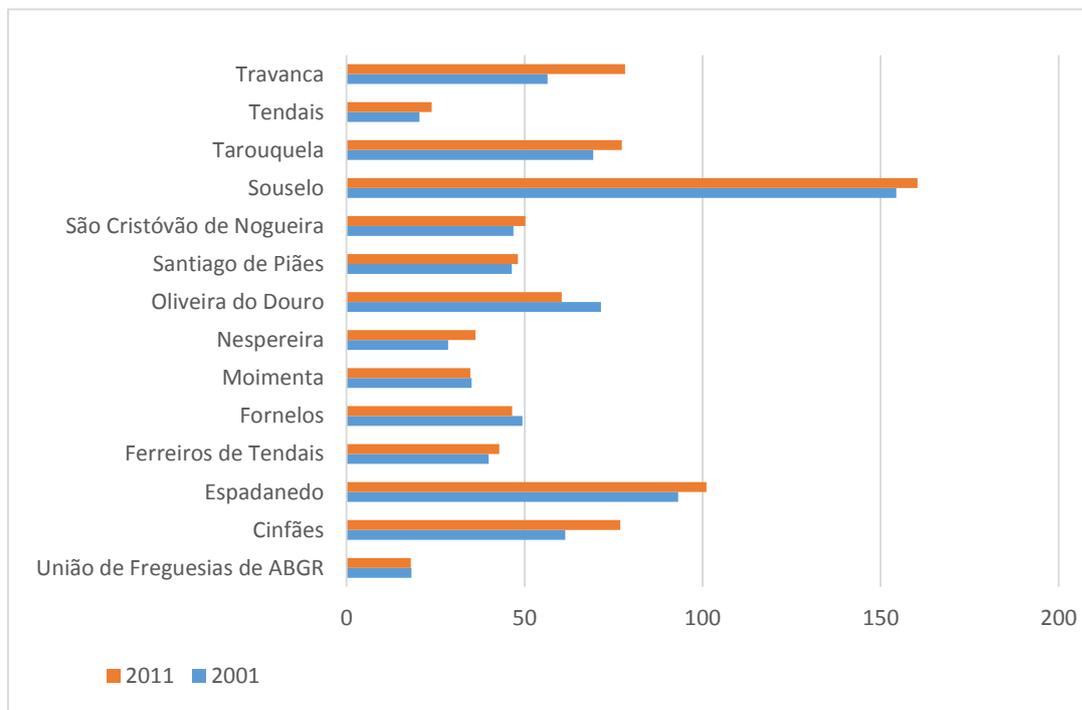
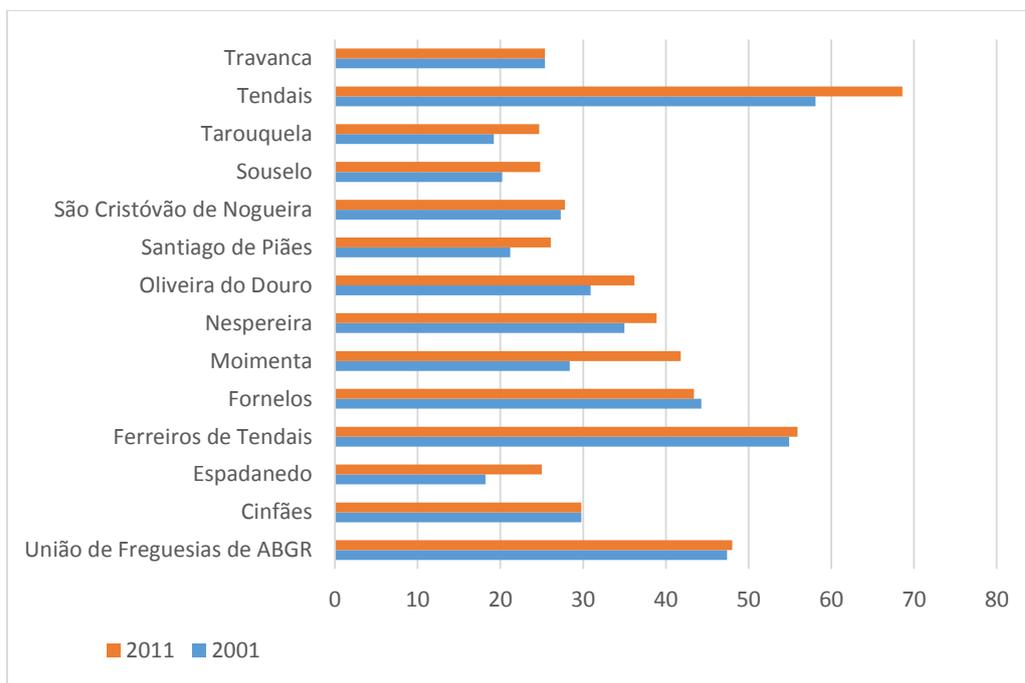


Figura 39- Índice de dependência de idosos (Nº), no concelho de Cinfães, por freguesia, em 2001 e 2011



Inquérito a responsáveis de Hotéis e a Alojamentos locais no concelho de Cinfães:

1- Sobre o Hotel

- 1.1 – Localização do Hotel? Porquê?
- 1.2 - Quando e porque surgiu o empreendimento?
- 1.3 - Qual o número de quartos? Qual o número de camas? Quais os serviços e equipamentos diferenciadores? Existe ligação a programas específicos que fixem os hóspedes mais tempo, como as caminhadas pelo rio Bestança?
- 1.4 - Durante o processo de construção existiu algum entrave/problema? Como o resolveu? E na atualidade?
- 1.5 Recorreu a fundos comunitários? Qual vetor específico?

2 – Quadro Humano

- 2.1 - Qual o perfil dos proprietários?
- 2.2 - Qual o perfil do quadro humano de apoio (colaboradores/empregados)?

3 – Perfil dos Hóspedes

- 3.1 - Qual o número médio de visitantes na época baixa e na época alta?
- 3.2 - Qual o perfil dos hóspedes e a proveniência dos mesmos?
- 3.3 - Qual o motivo da deslocação dos hóspedes a Cinfães? (Trabalho, turismo, contacto com a natureza...)
- 3.4 – Quais as grandes tendências ao longo dos anos. Quais os reflexos da incidência da crise?

4 – Futuro

- 4.1 - Como prevê o futuro do seu estabelecimento e do concelho?
- 4.2 - Se fosse Ministro ou Presidente da CM o que faria para melhorar o concelho e atividade que exerce?

Entrevista ao responsável do Edifício do Turismo

1 – Edifício/ Serviço

- 1.1 - Quando e porque surgiu?
- 1.2 - Durante o processo de construção existiu algum entrave/problema?
Como o ultrapassaram?
- 1.3 - Na atualidade quais os problemas?

2 – Quadro Humano

- 2.1 – Perfil do funcionário da loja e do responsável?

3 – Turistas

- 3.1 - Nota-se o aumento de turistas? O que procuram?
- 3.2 - Qual a sua proveniência/perfil?
- 3.3 - Porque visitam Cinfães? (trabalho, turismo, contacto com a natureza...)
- 3.4 - Quando os turistas perguntam, o que aconselham a visitar? Onde aconselham dormir? Onde aconselham comer?

3 – Futuro

- 3.1 - Como prevê o futuro do concelho?
- 3.2 - Se fosse Ministro ou Presidente da CM o que faria para melhorar o concelho, a atração de visitantes/turistas?

Inquérito à população em geral

Este inquérito surge no âmbito de uma Dissertação de mestrado intitulada “A multifuncionalidade e a influência da tradição e da inovação nas áreas rurais – o caso de estudo do concelho de Cinfães”, correspondente ao trabalho final do segundo ano do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Agradeço, desde já, a resposta a este inquérito da forma mais completa possível, uma vez que dela depende o meu desempenho na dissertação acima referida.

Género: M F

Idade: _____

Profissão: _____

Naturalidade (freguesia, concelho): _____

Residência (freguesia): _____

1 - Sempre residiu no concelho de Cinfães? Sim Não

2 – Descreva algumas diferenças detetadas no concelho de Cinfães, desde a sua infância até à atualidade? Como as justifica? Qual o seu impacte?

3 – O que mais gosta em Cinfães?

Paisagem

Serviços Prestados

Natureza

Vizinhança

Património

Segurança

Qualidade de Vida

Outros

Se respondeu outros, especifique quais

4 – O que menos lhe agrada em Cinfães?

Acessibilidades

Valorização do Território

Serviços

Ofertas de Emprego

Valorização da Natureza

Outros?

Se respondeu outros, especifique quais

5 – Enumere três aspetos que têm que ser melhorados no concelho de Cinfães?

6 - Enumere três medidas que tomaria se fosse Ministro ou Presidente da Câmara Municipal de Cinfães para melhorar o concelho e a sua freguesia?

Muito grata pela vossa colaboração,

Ana Ferreira

Figura 40 - Moinho de água no rio Bestança, em Vila de Muros, 2009

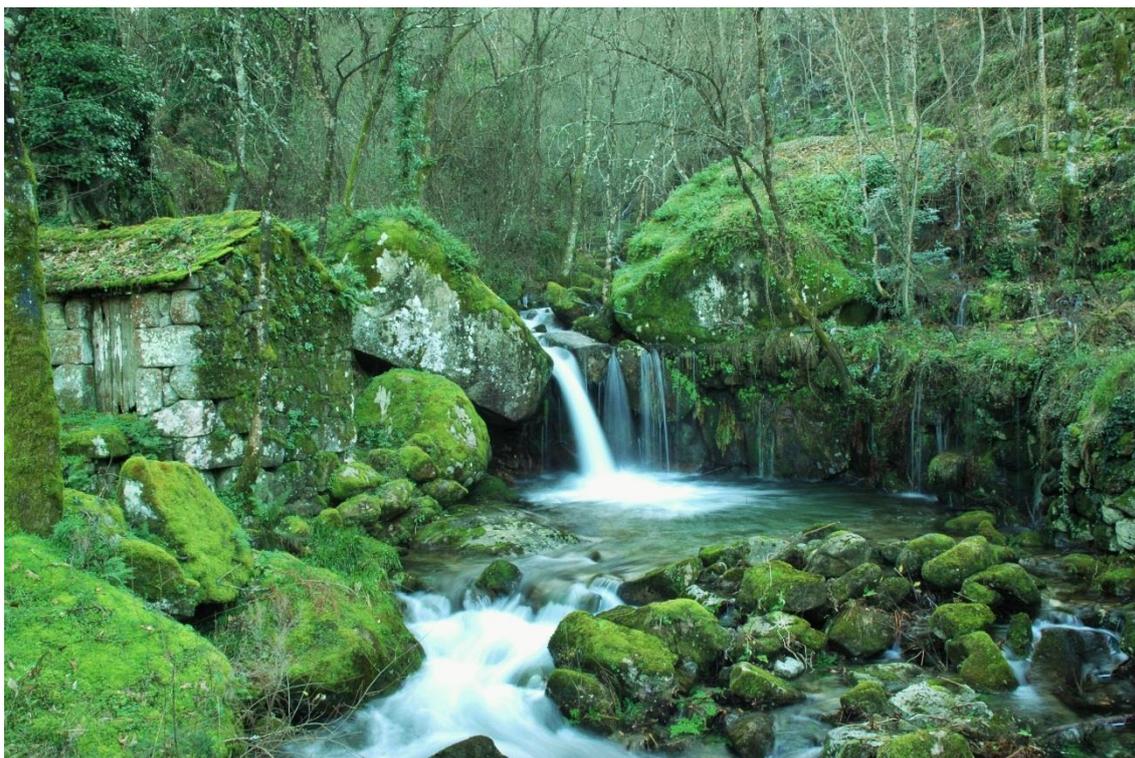


Foto de Lourenço Pereira

Figura 41- Moinho de água Bestança, em Pias, Cinfães



Foto de Lourenço Pereira

Figura 42 - Levadas no rio Bestança, Pias, 2014

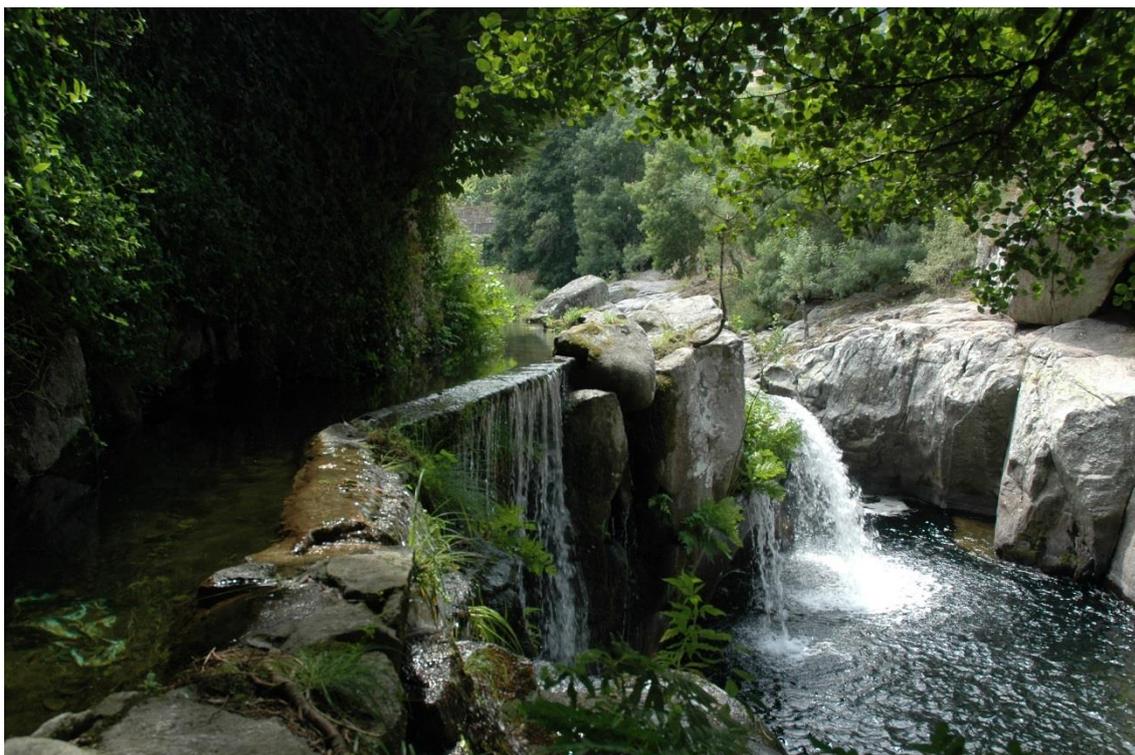


Foto de Lourenço Pereira

Figura 43 - Levadas no lugar de Arrabalde, Cinfães, 2016



Foto de Ana Ferreira

Figura 44 - Canastros no Outeiro, Cinfães, 2016



Foto de Ana Ferreira

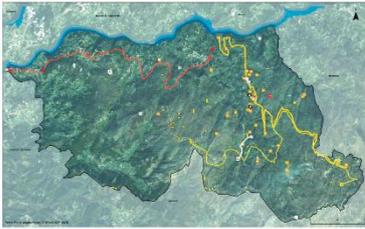
Figura 45 - Canastro no Outeiro, Cinfães, 2016



Foto de Ana Ferreira

Figura 46 - Flyer de apresentação dos roteiros do Arq'Cinfães

Descarregue a APP Arq'Cinfães.
Disponível para Android e IOS.

CÂMARA MUNICIPAL DE CINFÃES
Paços do Concelho 4690-030 - Cinfaes

TELEFONE| 255 560 560
HORÁRIO| 09h:00 - 17h:00
SÍTIO| www.cm-cinfaes.pt
EMAIL| geral@cm-cinfaes.pt

ARQ' CINFÃES

○

Venha conhecer o
património
arqueológico de
Cinfães

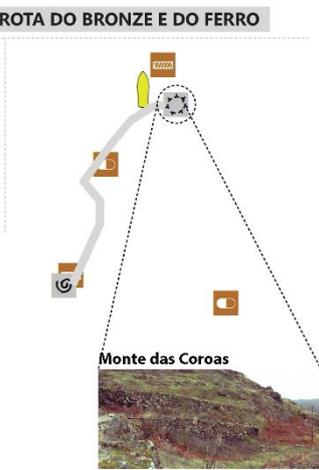
CINFÃES, UM DESTINO
NATURALMENTE ÚNICO

Este roteiro é composto por 4 percursos que representam períodos diferentes do povoamento de Cinfaes.

Segundo o Portal Arqueológico, aqui se encontram mais de 140 sítios de interesse.

Igualmente rico em património natural, tradições seculares e aldeias preservadas.

ROTA DO BRONZE E DO FERRO



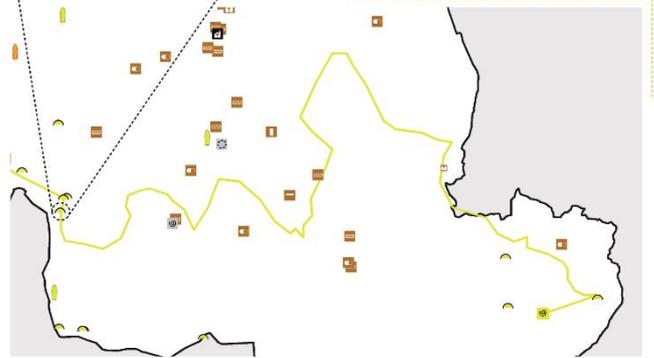
Monte das Coroas

ROTA DO ROMANO






ROTA DO NEOLÍTICO E CALCOLÍTICO



ROTA DA IDADE MÉDIA




<p>Património Cultural</p> <p>Neolítico</p> <ul style="list-style-type: none"> Mamoas Menir <p>Calcolítico/Neocalcolítico</p> <ul style="list-style-type: none"> Arte Rupestre Mamoas Menir <p>Romano</p> <ul style="list-style-type: none"> Estrutura Necrópole Via 	<p>Idade Média</p> <ul style="list-style-type: none"> Castelo Roqueiro Habitat Igreja Inscrição Ponte Sarcófago/Sepultura Torre/Fortificação Via <p>Idade Bronze/Ferro</p> <ul style="list-style-type: none"> Arte Rupestre Povoado Fortificado
--	---

CONQUISTE O SEU LUGAR NA HISTÓRIA!

